

Pedagogia da participação

Trabalhando com comunidades

Débora Nunes

1ª Reimpressão

UNESCO / Quarteto
Salvador
2006

Este livro foi publicado originalmente em francês com o título
La citoyenneté à travers la participation – Projet pilote à Vila Verde, Brésil. © UNESCO, 2001.

“As idéias e opiniões expressas nesta publicação pertencem ao autor e não refletem, necessariamente, o ponto de vista da UNESCO. Os termos empregados nesta publicação e os dados apresentados não implicam nenhuma tomada de posição da UNESCO quanto ao estatuto jurídico dos países, territórios, cidades ou zonas, ou de suas atividades, nem quanto às suas fronteiras e limites.”

© **Copyright:** Débora Nunes, 2002

1ª Reimpressão 2006

Direitos reservados em língua portuguesa à

Editora Quarteto

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3213

Ed. Golden Plaza, sala 702

Tel.: (71) 3452-0210 – Telefax.: (71) 3353-5364

41275-000 – Salvador, BA, Brasil

e-mail: quarteto.livros@compos.com.br

Coordenação editorial:

Débora Nunes e José Carlos Sant’Anna

Foto da capa:

Fotografia aérea vertical integrante do acervo de imagens do Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia – INFORMS, foto 07, faixa 26A do voo fotogramétrico de Salvador, ano 1998, escala 1:8.000, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

Revisão: Regina Martins da Matta

Editoração Eletrônica e Capa: Joseh Caldas

Apoio:

UNIFACS

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

NUNES, Débora.

Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades / Débora Nunes; tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

130p.

ISBN: 85-87243-16-0

1. Participação social – Salvador, BA. 2. Antropologia urbana. 3. Cidadania. 4. Pobreza. I. Título.

CDD:307.98142

SUMÁRIO



Introdução	7
Capítulo I – O contexto da experiência participativa	11
I - Contexto intelectual da experiência	11
A hipótese	11
Pressupostos teóricos	12
Influências teóricas	13
O urbanismo participativo	13
O intelectual orgânico gramsciano	15
A comunicação de intercompreensão de Habermas	16
A Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire	18
Diferenças entre a pobreza no Brasil e a exclusão na Europa	20
II - Contexto material da experiência	23
O Brasil	23
Salvador	25
O bairro de Vila Verde	28
Capítulo II - Compreender uma comunidade interagindo com ela	33
I - Perfil econômico e social dos habitantes do bairro	33
Emprego e renda	33
Escolaridade	35
Relações familiares	36
Vida cotidiana das famílias	36
As relações de vizinhança	37
Os lazeres	49
Vida pública e vida cidadã	40
As relações dos habitantes com pessoas de fora do bairro	43



II - As mentalidades e os comportamentos dos habitantes	44
Horizontes de vida e de interesses dos habitantes	47
As preocupações com a sobrevivência ocupam o tempo e o espírito das pessoas e condicionam seu olhar sobre a vida	48
A baixa escolaridade conduz a um difícil acesso à cultura escrita e dificulta o conhecimento aprofundado da realidade	49
O isolamento físico e social e a falta de informações impõem uma exclusão sociocultural	50
O sentimento de impotência perante as questões que ultrapassam o cotidiano se reflete no horizonte de interesse pessoal	52
III – A estigmatização dos pobres	52
A interiorização do estigma	54
Consequências da interiorização do estigma	56
A auto-imagem negativa do grupo	56
O apoio a líderes fortes	58
A inveja despertada pelos líderes que se distinguem	61
A in experiência em ações coletivas	63
Capítulo III: O desenrolar da experiência-piloto	65
I - As atividades pedagógicas	66
Atividade I: a confecção da maquete do bairro	67
As intenções que guiaram o desenrolar da atividade	70
Deixar as pessoas à vontade	70
Fazer dos habitantes os sujeitos da experiência desde a primeira atividade	70
Chamar a atenção das pessoas para o bairro como um todo	71
Trabalhar coletivamente	71
Passar uma imagem agradável do trabalho realizado coletivamente	72
Atividade II: a localização do lote de cada um na grande planta do bairro	72
As intenções que guiaram o desenrolar da atividade	74
Atividade III : a discussão das prioridades de intervenção da Prefeitura	75
As intenções que guiaram o desenrolar da atividade	77
Atividade IV: a discussão das regras do mutirão dos passeios	79
As intenções que guiaram o desenrolar da atividade	82

II - As ações coletivas	83
Primeira ação coletiva: a criação da associação de moradores	84
Nossa experiência conjunta no bairro	85
A Associação em ação	87
Avaliação da ação coletiva	88
Segunda ação coletiva: a eleição para a escolha do nome do bairro	90
Nossa experiência conjunta em Vila Verde	90
Avaliação da ação coletiva	91
Terceira ação coletiva: a organização da escola comunitária	92
Nossa experiência conjunta em Vila Verde	93
Avaliação da ação coletiva	95
Quarta ação coletiva: a organização da creche comunitária	96
Nossa experiência conjunta em Vila Verde	97
Avaliação da ação coletiva	99
Outras iniciativas pedagógicas e alguns erros exemplares	101
Alguns erros exemplares	103
 Capítulo IV: Os resultados práticos da experiência	105
I - A Mudança no comportamento dos habitantes	105
Despertar do interesse das pessoas para o coletivo	106
Aprendizado das iniciativas de trabalho coletivo	108
Emergência de líderes “mobilizadores”	110
Mudança na relação entre os habitantes e a Prefeitura	111
Capacidade de ação coletiva autônoma	112
Refletindo sobre as conquistas da experiência	113
II - A interação do animador externo com os habitantes	115
Romper com as relações hierárquicas	116
Construir a legitimidade do animador no bairro	117
Reconhecer a diferença sem estabelecer uma hierarquia	118
Passar da dependência para a autonomia	119
III - Os papéis do animador externo	119
O animador como estimulador do trabalho coletivo	119
O animador como organizador	120
O animador como mediador dos conflitos	122
O animador como intermediário entre dois mundos	123
Conclusão	125
Bibliografia citada	127

INTRODUÇÃO



Este livro é o produto de uma experiência-piloto, realizada no bairro de Vila Verde, na periferia do município de Salvador, (BA). Trata-se de um bairro projetado pela Prefeitura, e as 500 famílias que, inicialmente, deslocaram-se para o local, o fizeram por se encontrarem desabrigadas, depois dos graves desabamentos de terra e de residências ocorridos durante as chuvas de maio e junho em 1995. Originárias de diferentes regiões populares de Salvador, essas famílias começaram a reconstruir suas vidas em Vila Verde e, em razão disso, tornou-se possível observar desde o início a dinâmica do bairro e testar um método participativo em um terreno praticamente virgem.

Durante o ano de 1996, quando se passaram os acontecimentos aqui descritos, a Prefeitura pretendia intervir fortemente no bairro. O projeto urbanístico já estava realizado, mas várias decisões referentes aos equipamentos públicos (prioridade, tamanho, local, construção, modo de funcionamento etc.) deveriam ainda ser tomadas, o que sugeria ainda haver espaço para a interferência da população. Com essa experiência, para a qual se obteve o acordo da Prefeitura de Salvador, teve-se como objetivo levar os habitantes, reconhecidamente de extrema pobreza e de baixa escolaridade, a participar dessas decisões e engajá-los em ações coletivas de

melhoria de suas condições de vida. Aprovando a metodologia participativa proposta, a Prefeitura se comprometeu a pôr em prática os resultados advindos do processo, que passo agora a descrever.

A essência do método testado consistia no princípio de que participar e se engajar em ações coletivas significam, em si, um processo de aprendizagem da cidadania. A preocupação de testar um método provinha da consciência de que a grande legitimidade pouco a pouco alcançada pela reivindicação de participação era acompanhada dos riscos de manipulação. A retórica dos políticos e profissionais de todos os tipos se apropria dessa idéia como *slogan*, o que não significa que eles se disponham a enfrentar as dificuldades concretas de sua realização. Para uma participação verdadeira, o puro discurso não é suficiente, mesmo se sincero. É preciso vontade política, conhecimento profissional de métodos de trabalho participativos e conhecimento antropológico da realidade.

No caso dos bairros populares, é preciso ainda uma disposição pedagógica e a busca constante de uma relação igualitária com os habitantes. O propósito seria então retomar a questão da participação em seu sentido prático, da observação direta sobre o terreno, e contribuir para a criação de um *know-how* participativo,



ainda que modesta e pontualmente. Para atender a esses objetivos, propus um método com atividades pedagógicas e ações coletivas, que foram se aperfeiçoando no andamento da experiência. Uma concepção precisa da maneira pela qual os animadores do processo participativo deveriam interagir com os habitantes constituía-se num dos pilares fundamentais desse método.

Neste livro, o leitor vai encontrar chaves para a ação baseada na prática, ao se familiarizar com as dificuldades cotidianas de um processo participativo e ao refletir conosco sobre as mesmas. Serão vistos também os fatores que podem bloquear a participação popular, a exemplo do desconhecimento dos habitantes relativamente às palavras, lógicas e ferramentas dos urbanistas e dos rituais práticos da democracia direta. Outro desses fatores é a interiorização do estigma da pobreza, o que faz com que muitos se considerem incapazes de tomar parte em discussões desse tipo. Estes são temas aprofundados neste livro com o propósito de fundamentar ações de incentivo à participação.

A experiência durou dez meses, durante os quais foram feitas mais de 80 visitas ao bairro, em torno de três por semana, com uma duração mínima de duas horas. Nessa fase do trabalho, ou seja, nos primeiros meses, aí estive acompanhada de estudantes de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, e a partir da metade do processo, com o final do estágio destes, passei a trabalhar sozinha com os moradores do bairro. Ao fim da experiência, estavam construídas uma associação de moradores, uma escola comunitária e uma creche, ainda hoje em pleno funcionamento.

No primeiro capítulo deste livro, são discutidas as influências teóricas que nortearam o método participativo, bem como o contexto no qual se desenrola a experiência. Os traços gerais da sociedade brasileira são brevemente delineados e o contexto específico de Salvador é estudado na confirmação desses traços e na revelação de suas especificidades. Em seguida, é apresentado o caso do bairro de Vila Verde.

No segundo capítulo, o contexto é considerado nos seus aspectos antropológicos, buscando-se responder às seguintes questões: qual é o perfil social e econômico dos homens e mulheres com os quais nós trabalhamos? Qual é sua visão de mundo diante da idéia de participação? Quais são os comportamentos coletivos mais comuns? Por quê? Nessa fase, buscou-se a aproximação com uma das dificuldades centrais da participação popular: a interiorização do estigma da pobreza.

No terceiro capítulo, as etapas sucessivas da experiência são descritas de forma jornalística e o leitor poderá, assim, seguir o animador do processo participativo e os habitantes da comunidade no desenrolar concreto do método no bairro. Entende-se que esse método, com variações de adaptação a cada contexto, pode ser usado em outras comunidades como forma de incentivar a participação popular no processo de melhoria de bairros populares, justificando-se, assim, sua apresentação minuciosa.

No quarto capítulo, é realizado um balanço dos resultados práticos da experiência em termos de melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade e, sobretudo, do aprendizado da cidadania. A experiência foi considerada positiva, uma vez que atendeu a esses

dois objetivos, sobretudo possibilitando a tomada de consciência por parte de uma parcela significativa da comunidade. O alcance dos objetivos é também objeto de discussão neste capítulo, particularmente no que diz respeito à conduta do animador em face dos moradores da

comunidade, de forma a que se possa tirar lições práticas para futuros processos participativos.

Por fim, na Conclusão, é feito um balanço pessoal acerca da experiência vivida e das lições aprendidas com a população de Vila Verde.

CAPÍTULO I

O contexto da experiência participativa

I – Contexto intelectual da experiência

A hipótese

Fui a campo com a hipótese de que A PARTICIPAÇÃO DOS HABITANTES EM DECISÕES DE URBANISMO em determinada área pode CONSTITUIR-SE EM UM APRENDIZADO DE CIDADANIA. Para bem compreender essa premissa, quatro conceitos-chave devem ser explicitados: participação, decisões de urbanismo, aprendizagem e cidadania.

Participar significa tomar parte em discussões e em decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessário, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabou-

ço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de *Pedagogia da participação*.

Decisões de urbanismo são aquelas que, tomadas em relação à cidade ou bairro, repercutirão no cotidiano futuro dos seus habitantes, que se traduzirão em ações concretas, seja de aplicação física, seja de funcionamento urbano.

Aprendizagem é o processo pelo qual um indivíduo assimila conhecimentos (e/ou), comportamentos (e/ou), experiências que não tinha (ou tinha, mas incipientes), antes de sua vivência de “aprendiz”. A aprendizagem se passa segundo alguns princípios de cognição que foram aqui levados em conta.

Cidadania é um conceito de mão dupla: de uma parte, é a condição concreta do indivíduo cujos direitos políticos, civis e sociais são respeitados; de outra, é o engajamento do indivíduo na luta pela preservação dos seus direitos e pela ampliação desses mesmos direitos numa dimensão coletiva. Devem-se observar as dimensões social (involuntária, dada) e pessoal (voluntária, adquirida) no conceito de cidadania aqui utilizado. A aprendizagem da cidadania se refere, portanto, ao processo de mudança

de mentalidade e de atitude que possibilita um maior engajamento em torno das questões coletivas.

Pressupostos teóricos

- n O urbanismo, ao se basear numa visão de conjunto, pode incitar os moradores do bairro – que vão aprender a perceber a realidade como um todo – a se reconhecerem como grupo de interesse que se constitui em torno dessa realidade.
- n A compreensão que os habitantes possuem das questões de urbanismo é favorecida pelo caráter concreto que elas têm no cotidiano de suas vidas. A longa duração do processo participativo de discussão e de

negociação das decisões de urbanismo favorece a assimilação, pelos moradores do bairro, dos dados, dos mapas, das lógicas e dinâmicas urbanas etc. O caráter concreto dessas questões e a longa duração do processo podem tornar compreensíveis aos habitantes os desafios do urbanismo, sobretudo se existir interesse dos dirigentes da experiência nesse sentido.

- n O afastamento lingüístico, simbólico, temporal e cultural existente entre os habitantes e os técnicos e administradores públicos pode ser reduzido com técnicas adequadas, permitindo o diálogo no momento do processo participativo. A instalação de uma “comunicação de intercom-



© Débora Nunes

Reunião para discutir a organização de um evento na comunidade.

preensão” entre esses interlocutores (como será proposto mais tarde) é um dos caminhos que permitirá esse diálogo.

n A democratização das decisões urbanísticas, resultado da participação, permite a entrada de novos protagonistas, os moradores da comunidade, na discussão e formação dos seus líderes. Para o habitante-participante, trata-se da possibilidade de sair do seu horizonte pessoal e do seu cotidiano para uma visão mais ampla e mais coletiva do mundo. Passa-se, desse modo, conforme o contexto, de um estado de espectador ao de ator da sua comunidade ou da sua cidade.

n A participação dos habitantes em um processo como o aqui proposto e descrito (com suas reuniões, discussões, polêmicas, negociações, votações etc.) consiste em um aprendizado dos mecanismos democráticos e das regras que lhes são implícitas (pauta prevista, direito a voz com tempo limitado, decisões tomadas por maioria etc.). Essas regras são pouco conhecidas das populações excluídas e seu aprendizado tem consequências diretas no exercício da cidadania.

n Na literatura corrente sobre a cidadania, esse conceito é definido como oposto ao de exclusão; a cidadania é traduzida em urbanidade e em engajamento. Desse modo, falar ao mesmo tempo em cidadania e em urbanismo constitui uma abordagem particular, pois entende-se que o ato de se engajar em discussões acerca do futuro da cidade implica exercício e/ou aprendizagem da cidadania.

n Além de todos esses pressupostos, há a idéia geral de que as discussões sobre urbanismo podem constituir-se, para os moradores de uma comunidade, em um meio efetivo de tomar conhecimento dos atores e dos processos da dinâmica social, pois as formas de organização socioeconômicas desta última encontram-se inscritas na forma e no funcionamento da cidade (a desigualdade social, por exemplo, se inscreve na forma da cidade através da segregação urbana).

Influências teóricas

A idéia que está na origem da proposta do presente método de intervenção é a de reivindicação de um urbanismo participativo, que propõe intervir na cidade de modo democrático. As demais influências teóricas presentes no desenvolvimento desse método são: o estudo do intelectual que intervém em meio aos excluídos, o intelectual orgânico de Antônio Gramsci; o trabalho desenvolvido com eles, inspirado na pedagogia de Paulo Freire, e o tipo de comunicação que deve existir nas relações entre esses parceiros, a chamada comunicação de intercompreensão, formulada por Jürgen Habermas. Essas quatro referências são tratadas brevemente a seguir.

O urbanismo participativo

A urbanização acelerada dos últimos 50 anos e a evolução política do mundo a partir dos anos 1960 levaram os habitantes das comunidades locais a uma mobilização constante na defesa dos

seus interesses. É por conta dessa transformação que aparecem na cena urbana novos tipos de representação do cidadão: associações, comitês e conselhos se constituíram para dar voz aos habitantes nas intervenções em seus bairros e cidades. Resultantes desses movimentos e baseadas nas iniciativas de militantes, pesquisadores e profissionais que as apoiavam, várias experiências de urbanismo participativo foram postas em prática, construindo uma lógica mais próxima do cidadão.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a colocar-se numa via de urbanismo democrático. Nos anos 1960, uma nova prática se impõe nos bairros deteriorados das grandes cidades, contrapondo-se às renovações feitas a ferro e fogo. Trata-se do *Advocacy Planning*, uma nova dimensão da prática dos urbanistas, que se colocam como advogados dos pobres e dos negros, defendendo-os quando ameaçados de expulsão do seu território (KATAN, 1979). São profissionais que se põem ao lado desses habitantes e trabalham a partir dos seus apelos e de suas reivindicações. Experiências inspiradas na prática do *Advocacy Planning* ou próximas dela difundiram-se amplamente, e outros exemplos de participação popular se seguiram na Europa, como em Bruxelas (Bélgica), Pávia e Bolonha (Itália), Delft (Holanda), Roubaix (França) e outras (BERNFELD et al., 1980).

A palavra participação ganhou grande notoriedade a partir desses movimentos. Nos países ricos, o primeiro entendimento dessa idéia era o de “dar o lápis aos habitantes”, tendo o profissional de urbanismo como mediador. Nos países pobres, a participação sempre teve um sentido mais amplo de repartição dos poderes

de decisão relativamente ao uso do dinheiro público. Apesar disso, em todos os horizontes, uma parte dessa procura de participação foi desvirtuada pelas práticas manipuladoras de autoridades municipais.

No Brasil, a questão da participação nas decisões de urbanismo se colocou de forma destacada nos anos 1980, período de redemocratização do país, tomando então uma amplitude particular e fazendo com que as palavras “participação” e “cidadania” aparecessem sempre juntas. Num país onde o poder de decisão foi historicamente monopolizado pelos representantes de uma elite econômica muito restrita, a participação da população significa uma democratização desse poder. No Brasil, hoje, dificilmente se cogita uma intervenção urbana sem se perguntar sobre sua viabilidade econômica e sua prioridade em relação às imensas demandas da comunidade beneficiária. Logo, levar os moradores de uma comunidade a uma participação nas decisões de urbanismo significa, implicitamente, dar-lhes poder de decidir onde e como gastar o dinheiro público. A participação é assim portadora de uma esperança de mudança das prioridades dos investimentos e da ação do Estado para o atendimento das carências da população desfavorecida.

A necessidade de participação dos habitantes do país foi reconhecida pela Constituição do Brasil de 1988 – ao especificar que as associações representativas de moradores devem participar da planificação municipal – e reafirmada com veemência no Estatuto da Cidade, em 2001. Muito antes disso, entretanto, algumas Prefeituras, dirigidas por antigos militantes de oposição à ditadura militar, deram um sentido con-

creto à idéia de participação, unindo-a, na prática, à idéia de cidadania. Entre as iniciativas pioneiras no Brasil, encontramos as de Lages (SC) e Piracicaba (SP), além da experiência mais recente de debate público de investimentos urbanos do Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS).

O intelectual orgânico gramsciano

Para compreender o papel do(s) animador(es) de processos participativos, presente no método que se materializou no Vila Verde, fez-se uso de conceitos de Antonio Gramsci - intelectual e militante comunista italiano do início do século XX - sobre a necessidade de uma intervenção exterior para a transformação de uma dada situação:

(...) as idéias não ‘nascem’ de forma espontânea no cérebro de cada indivíduo. As idéias possuem um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão: um grupo de homens, ou mesmo um indivíduo, que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade (GRAMSCI, 1966).

Isso quer dizer que existe sempre um catalisador das mudanças, pois,

uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por ela mesma’, sem se organizar (no sentido amplo); e não existe organização sem os intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes (GRAMSCI, 1966).

Uma das inovações de Gramsci em relação aos outros revolucionários de sua época foi a profunda preocupação com a necessidade da existência de uma ligação estreita entre os intelectuais e os oprimidos. O papel desses intelectuais, nomeados de “orgânicos”, seria o de ins-

© Enciclopédia Larousse/doc Rinasçita



Antonio Gramsci
(1891-1937)

taurar um “movimento filosófico transformador” em conjunto com o povo:

Um movimento filosófico merece esse nome quando, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, não esquece jamais de ficar

em contato com os ‘simples’, ou melhor, encontra através desse contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e solucionados (GRAMSCI, 1966).

Assim, Gramsci enriquece as proposições revolucionárias da época: o intelectual orgânico era um catalisador de mudanças e não a vanguarda “iluminada” que chega com um projeto pronto a ser aplicado sem contestação. A novidade de Gramsci em relação ao pensamento militante de sua época é a intensidade com que pensava na necessidade do que ele chamava de “reforma intelectual e moral” na sociedade, afirmando que: “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1966). Ele levava em consideração o caráter heterogêneo do ‘bloco histórico’ que iria realizar as transformações na sociedade e o modo como seria possível estabelecer relações em seu seio: a base destas estaria na negociação e no compromisso. No espírito dessas idéias, Gramsci criou ainda dois conceitos que serão úteis no exercício da interferência em um bairro: o “consentimento ativo” e a “vontade coletiva”. O “consentimento ativo” seria a atitude de aprovação consciente e de participação em um projeto baseado em compromissos da



parte de cada uma das pessoas envolvidas: “Quem consente se engaja (...) a participar de um trabalho ativo e responsável” (GRAMSCI, 1966). A “vontade coletiva” seria o objetivo atingido após um processo de negociação de interesses entre os sujeitos do projeto hegemônico: “a hegemonia pressupõe sem dúvida que é preciso levar em consideração os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida” (GRAMSCI, 1966).

A comunicação de intercompreensão de Habermas

Tinha-se em mente que, para o sucesso do processo participativo, a questão da comunicação entre habitantes, animadores, técnicos e autoridades públicas seria fundamental. Como possibilitar uma relação de igualdade, sem manipulações, em clima de entendimento e

objetivando acordos? O que fazer para que a relação “intelectual/grupo” não derivasse para a relação “dirigente/dirigido”, bem próxima da de “dominante/dominado?” Para evitar essas armadilhas, enfrentamos o problema utilizando alguns princípios de Jüngen Habermas.

A abordagem habermaniana da comunicação consiste em classificar essas relações em dois tipos: a comunicação que visa a um acordo partilhado entre os interlocutores (intercompreensão), e a orientada para a obtenção da aceitação da idéia pelo interlocutor (estratégica). Habermas define a comunicação de intercompreensão como um “processo de entendimento entre sujeitos capazes de falar e de agir (...) compreendendo do mesmo modo uma expressão linguística”, acrescentando ainda que “os processos de intercompreensão visam a um acordo que satisfaça as condições de assentimento, racionalmen-

te motivado, do conteúdo de uma expressão”. Na comunicação estratégica, que não é uma relação de real diálogo, o acordo pode ser obtido pela manipulação, pois seu objetivo é o sucesso de um dos interlocutores (HABERMAS, 1987).

Para Habermas, o acordo que resulta de uma comunicação de intercompreensão é construído, ao contrário do acordo “obtido” pela comunicação orientada para o sucesso. Essa diferenciação remete aos participantes da comunicação: no primeiro caso, trata-se de uma relação SUJEITO-SUJEITO e, no segundo, uma relação SUJEITO-OBJETO. Entretanto, na experiência concreta, é difícil identificar os tipos de comunicação: sempre há uma certa ambivalência (comunicação estratégica e intercompreensiva ao mesmo tempo). A diferença entre os dois tipos de comunicação é identificada pela preponderância de uma delas: na intercompreensão ultrapassa-se a ambivalência, que pode ser mantida na estratégica. Esta avaliação da ultrapassagem da ambivalência é uma questão interpretativa e, uma vez que não fornece certezas “quantitativas”, encontramos no domínio da sociologia compreensiva. A distinção feita por Habermas entre as duas ações remete ao contexto e à intenção do interlocutor.

Jeanneret, em um artigo sobre Habermas, resume com muita clareza os princípios contidos nos seus escritos, úteis, neste momento, à construção da metodologia de intervenção objeto deste livro: “Considerar o outro como um sujeito e não como um objeto é o que distingue a comunicação de intercompreensão de uma simples manipulação” (JEANNERET, 1992). A contribuição teórica buscada em Habermas, para este trabalho, encontra-se assim em dois domínios: como uma das inspirações do método parti-

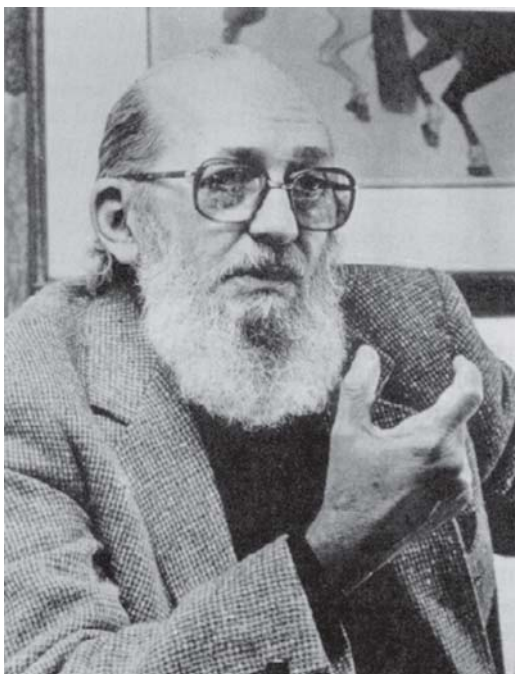
cipativo e como uma das bases de análise do desenvolvimento do processo de participação.

No trabalho de campo, os conceitos de Habermas foram utilizados para observar como se processava a comunicação entre os intervenientes e a comunidade, assim como outras relações no bairro. Assim, a questão de haver participantes com um estatuto prévio, o que lhes confere mais poder que aos outros, pode ser um obstáculo para a intercompreensão. Dessa forma, impôs-se a idéia de caracterizar a comunicação intercompreensiva.

As condições necessárias para que exista uma relação de intercompreensão entre os parceiros do processo participativo podem ser resumidas assim:

1. os parceiros se reconhecem mutuamente como sujeitos e desejam a troca;
2. a busca do entendimento é o meio escolhido para construir o acordo e, assim, não há imposição dos pontos de vista: na comunicação entre os parceiros não se utilizam os argumentos de autoridade e de poder;
3. uma compreensão mútua da linguagem é essencial para a intercompreensão; dessa forma, a etapa prévia de escuta e aprendizado mútuos da linguagem de parte a parte é indispensável, bem como a construção de um saber comum através de conversas, de atividades coletivas etc.;
4. as convicções adquiridas durante o processo são baseadas na exigência recíproca de validade em três campos, conforme estabelecido por Habermas na referida obra:

n **verdade:** a possibilidade de verificação do que dizem os interlocutores é sempre presente no mundo objetivo, pois os argumentos partem da racionalidade e da possibilidade de refutação;



Paulo Freire (1921-1997).

- n **justiça:** no mundo social, logo, na legitimidade moral de cada um, é que se busca a validade do que é dito;
- n **sinceridade:** a autenticidade do que é dito em relação ao contexto pessoal.

A Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire

A terceira influência teórica, a mais importante e decisiva na elaboração desta metodologia de intervenção, é a da “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, que, reflete um momento importante do pensamento engajado, típico dos anos 1960, quando o Brasil vivia um período de intensa mobilização por reformas estruturais

que extinguissem as injustiças sociais e a opressão. Freire participou desse momento da história e criticou a prática da educação existente, ligando o analfabetismo ao atraso do desenvolvimento do país. Foi ele que criou expressão “educação bancária”, afirmando que, então, processava-se um “depósito” de conhecimento do professor para o aluno, visto como mendicante do saber e submetido a uma hierarquia esmagadora para com o “mestre”. Contrapondo-se a tudo isso, Freire propunha uma “educação de problematização”, na qual o aluno, situado no seu contexto e reconhecido em sua riqueza particular e no saber fazer, seria incitado à criatividade e a ter uma consciência crítica. Nesse processo, fundamentando-se no diálogo, a aprendizagem deveria ser efetuada conjuntamente pelo educador e pelo educando.

Para lutar contra o analfabetismo reinante no país, Paulo Freire criou um método que alfabetizaria adultos em 40 horas, por meio de discussões nos “Círculos de Cultura”. Os debates deveriam ser conduzidos por um “coordenador de debates”, apto ao diálogo, e não por um “mestre”. As bases práticas desse método de alfabetização são:

1. a alfabetização deve partir da vida cotidiana do aluno, em um processo no qual ele é o sujeito e não um objeto; assim, as “palavras geradoras” de debates e de aprendizagem no Círculo de Cultura saíam do “universo vocabular” dos alfabetizandos;

2. o meio para a alfabetização é o diálogo; é preciso, portanto, criar situações existenciais típicas da vida dos alfabetizandos para promover o debate e incitar a fala dos participantes do grupo;



Utilização do método Paulo Freire na escola comunitária.

3. o objetivo fundamental é a passagem da consciência mágica à consciência crítica e que se ultrapasse também a consciência ingênua¹. Os objetivos a serem alcançados são a alfabetização e a “conscientização”.

Assim, alfabetizar seria “dar a voz” ao alfabetizando e chegar com ele à “conscientização”. Para Weffort, em prefácio de *Educação como prática de liberdade*, importante obra de Freire (1985), “a alfabetização e a conscientização não se separaram jamais. Este princípio, na verdade, não tem necessidade de se limitar à alfabetização, pois é aplicável a todos os tipos de aprendizagem”. É preciso ressaltar que a “aprendizagem da cidadania” de que se fala neste livro está muito próxima do conceito de “conscientização” de Paulo Freire, termo-chave da sua pedagogia, pois encerra todos os conceitos-base dessa concepção:

A conscientização implica superar a esfera de apreensão espontânea do mundo, para alcançar uma esfera

crítica na qual a realidade se torna um objeto passível de conhecimento e na qual o homem assume uma posição epistemológica (...) a conscientização é um compromisso histórico (...) não pode existir fora da práxis, ou seja, sem o ato ação-reflexão. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1979).

Em suas obras, Paulo Freire ultrapassa a simples constatação da existência da opressão e revela os mecanismos psicológicos que ela produz nos oprimidos. Trata-se de um desprezo de si mesmo, originado da introjeção das idéias negativas que os opressores têm

do povo. O oprimido interioriza a idéia de ser inferior, identificando-se aos ricos e querendo se parecer com eles. Esta seria a “adesão” ao dominante, quando os oprimidos “hospedam em si o opressor²” e são empurrados para uma dependência emocional. Assim, na prática pedagógica, é necessário quebrar esse mecanismo de



¹ Consciência mágica ou intransitiva: o homem, vendo a realidade, os fatos, como uma força superior, se torna fatalista.

Consciência ingênua: o homem, crendo-se superior aos fatos e interpretando-os como quer, torna-se assim fanático.

Consciência crítica: o homem, vendo a realidade através das suas relações causais e circunstanciais, pode, assim, agir de uma forma flexível, analítica, inscrevendo-se na realidade sem se adaptar nem se submeter a ela.

² Esta afirmação é próxima daquela de Marx, no *Manifesto comunista*: a ideologia de uma sociedade é aquela da sua classe dominante.

identificação do oprimido com o opressor, que é, ao mesmo tempo, de dependência. Esse ato não pode ser puramente intelectual, mas prático, quando o oprimido dá espaço à própria voz, reconhece o valor da sua ação no mundo e se dá conta que ele transforma este mundo, ainda que modestamente, dia após dia. À medida que se apercebe de sua condição de oprimido e do seu valor como homem, passa a ter vontade de mudar esse estado de coisas. Essa transformação é chamada de conscientização.

Paulo Freire enfatiza que a conscientização não é jamais dada e que ela é fruto da repetição de palavras de ordem; ela é sempre construída em cada um através de sua relação com os outros. Freire lembra aos líderes revolucionários, assim como aos educadores, que o engajamento de cada um deles numa luta maior foi precedido da convicção da necessidade de lutar: “é sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que os levou à crítica dessa situação e ao

impulso da transformação”. A educação crítica, ressalta Freire, compreende assim a conscientização. No quadro abaixo, buscou-se fazer uma síntese das idéias de Paulo Freire, apresentando-se o movimento, sempre ressaltado pelo educador, da passagem possível de uma situação de opressão a uma outra de libertação. Essa passagem efetua-se em escalas variadas (indivíduo, sociedade, consciência), aqui consideradas.

Diferenças entre a pobreza no Brasil e a exclusão na Europa

Antes de passar à descrição e análise do contexto material e antropológico do bairro, do qual se pode dizer que se trata de um bairro “pobre” e/ou “excluído” dos progressos materiais da cidade, é importante estabelecer-se a distinção entre os sentidos dados por europeus, brasileiros e outros povos latino-americanos aos ter-

Quadro 1: Síntese das constatações e propostas de Paulo Freire

INDIVÍDUO		SOCIEDADE		CONSCIÊNCIA	
Objeto/Massificação	Sujeito/ Humanização	Sociedade fechada	Sociedade aberta	Consciência intransitiva	Consciência transitiva
Contatos no mundo	Contatos com o mundo	Alienação	Participação	Instinto e emoção Simplificação	Intelecto e problematização
Reações irrefletidas e fixas	Reações refletidas dinâmicas e plurais	Soluções importadas	Estudos e projetos próprios	Ausência de compromisso	Responsabilização
Hoje constante	Historicidade	Pessimismo	Autoconfiança	Explicações fabulosas	Princípios causais
Abstenção	Interferência	Sectarismo	Tolerância	Polêmica	Diálogo

Fonte: elaboração da autora.

mos pobreza e exclusão, verificando-se uma efetiva riqueza antropológica na interpretação desses dois conceitos. A noção de pobreza é vista aqui como característica do contexto brasileiro ou ainda latino-americano (preferindo-se não falar de contextos próximos, mas pouco conhecidos, como o africano), e a noção de exclusão é associada a sociedades de maior igualdade social, particularmente ao contexto europeu.

A pobreza se distingue da exclusão sob vários pontos de vista. Para traçar um quadro comparativo, foi utilizada a obra coletiva organizada por Paugan (1996), segundo a qual, no contexto europeu, há diferenças manifestas entre os conceitos de exclusão e de pobreza. Paugan diz que “a pobreza caracteriza a entrada na sociedade industrial, antes das conquistas sociais e das regulações estatais”, enquanto “a exclusão traduz a crise estrutural de seus fundamentos, depois de várias décadas, durante as quais a miséria parecia haver desaparecido”. Em termos concretos, as duas situações são caracterizadas pela precariedade do emprego, pela falta de qualificação, pelo desemprego e pela incerteza quanto ao futuro. O espaço do *habitat* é também uma característica comum dos pobres e dos excluídos, apesar das diferenças materiais e tecnológicas entre alguns subúrbios europeus ditos “problemáticos”, por exemplo, e a favela brasileira. O que os aproxima é o fato de que estejam localizados geralmente longe do centro das cidades e que sejam frequentemente percebidos de uma maneira negativa.

A maior diferença é o contexto moral e social dos pobres e dos excluídos. Como pano de fundo, há o fato de que a pobreza é um fenô-

meno mais “hereditário”, no sentido de que são as crianças pobres que têm maiores riscos de continuar pobres quando adultas. O sentido de exclusão é mais amplo, consistindo num processo que pode conduzir uma faixa significativa da população à miséria material e moral. Ainda conforme Paugan, a exclusão decorre de um acúmulo de dificuldades concretas e de uma ruptura progressiva dos laços sociais, que expõem os que vivem em situação de instabilidade (desemprego, trabalho precário, ruptura conjugal, dificuldade de acesso à moradia) ao risco da marginalização. Essa diferença de escala – a pobreza numericamente extensa, mas socialmente circunscrita, e a exclusão restrita numericamente, mas socialmente ampla – é acompanhada de uma diferença de contexto que torna o sofrimento moral da exclusão mais difícil, a meu ver, que o sofrimento advindo da pobreza.

A diferença aqui estabelecida entre o estado moral das pessoas que vivem a pobreza e a exclusão é baseada tanto nos discursos sobre a exclusão na França e a pobreza no Brasil quanto no que pude perceber no cotidiano do bairro de Vila Verde. Os clássicos sintomas do sentimento de exclusão, largamente difundidos na literatura francesa sobre o tema – sentimento de solidão, tédio, vazio existencial, amargura – não foram observados no bairro popular onde se passa a experiência aqui descrita. Ali, encontram-se os sentimentos de abandono, fatalismo, revolta, rotina, mas não a miséria moral, e, como será visto adiante, percebe-se alegria de viver em Vila Verde. Não se trata de um discurso para atrair turistas, mas de um dado da realidade, na praia ou na favela.

Com o quadro abaixo, propõe-se um elo entre as idéias já discutidas, acrescentando-se outras:

Quadro 2: Comparações Pobreza x Exclusão

Ser pobre no Brasil de hoje (semelhanças com o século XIX na Europa)	Ser excluído na Europa de hoje
Sentimento de pertencer a uma maioria – o povo.	Sentimento de estar fora de tudo, fora da sociedade de consumo.
“Consciência de integração periférica” (CHAUI, 1986), inconsciência ou, menos freqüentemente, identidade pelo sentimento de ser explorado pelos ricos.	Perda de identidade. Vergonha da derrota social.
Esperança religiosa de uma recompensa em outra vida, ou de vida no dia-a-dia. Em alguns casos: sonho de fundação de uma sociedade mais justa.	Falta de perspectivas coletivas, desinteresse pela política e distância das questões religiosas.
Impressão de seguir um destino de pobre, herdado dos pais ou, às vezes, o sentimento de alguma melhora em relação à geração precedente.	Sentimento de derrota diante do fato de que a geração precedente é mais bem-sucedida social e economicamente.
Convivência num ambiente gregário e vivência da solidariedade de vizinhança.	Laços sociais fracos e ambiente de vizinhança indiferente.
Suporte familiar nos momentos de derrota social. Vínculos fortes com uma família polinucleada e sentimento de dever para com os parentes.	Perda de laços sociais nos momentos de derrota social. Contatos reduzidos com a família e desengajados.
Para a maioria, distância física dos ricos e da classe média. Sentimento de estar desprovido de meios de inserção social e de consumo exibidos na mídia.	Proximidade física dos ricos e da classe média. Enorme oferta de bens de consumo, sempre monetarizados. Sentimento de estar desprovido de meios de inserção.
Vida social paralela ao modo de vida dos ricos	Ausência de vida social, perda de tradições.
Grande sofrimento material.	Comparativamente, menos sofrimento material.

Fonte: elaboração da autora.

II - Contexto material da experiência

O Brasil

No Brasil, a concentração de riquezas é uma das mais fortes do mundo. A herança da época colonial – concentração de terras e escravidão – é uma das origens da desigualdade em geral e da pobreza dos descendentes de escravos em particular. A industrialização, vinda após a República, e particularmente pós segunda Guerra, não mudou radicalmente a sociedade de senhores e escravos, ainda que tenha contribuído para a urbanização galopante e a criação de uma classe média quase inexistente anteriormente. Tudo mudou e nada mudou ao mesmo tempo no século XX, pois jamais existiu um verdadeiro Estado de Bem-Estar Social para colocar em xeque o modelo de riqueza concentrada e miséria generalizada. Durante o período de ditadura militar, o processo de modernização se acelerou, o país tornou-se uma das maiores potências econômicas do mundo, mas a concentração de riquezas também se acentuou. Hoje, o PIB brasileiro é de aproximadamente 350 bilhões de dólares (sendo o PIB por habitante mais ou menos 2 mil dólares), enquanto o salário mínimo mensal está em torno de 60 dólares. Mais ainda, a precariedade dos empregos e a amplitude do mercado informal fazem com que este salário e as garantias sociais mínimas adquiridas ao longo do tempo não sejam acessíveis a todos.

Como será visto mais adiante, o conjunto desses dados sobre as desigualdades sociais foi significativo durante o desenrolar da intervenção. Tratava-se de membros de uma “elite brasileira”, encontrando no bairro uma conjunção de fatores ligados à pobreza – baixos rendimentos, fraca escolaridade e uma forte presença de população mestiça. Assim, a experiência-piloto será vista muitas vezes como convivência de dois mundos, o dos pobres e o dos ricos. A relação entre animadores / habitantes, refletindo essa dualidade do país, será, portanto, um elemento essencial nas análises aqui feitas.

A sociedade dual aparece hoje em dia de maneira flagrante nas cidades, onde a opulência e a alta tecnologia convivem lado a lado com a pobreza e o atraso socioeconômico. Os arranha-céus estão encostados em barracos; as comunicações via *e-mail* coexistem com as cartas que não chegam aos destinatários por causa da lama que invade as ruas dos bairros pobres, impedindo o carteiro de ter acesso às casas; as máquinas sofisticadas de controle automático do tráfego, presas aos postes dos sinais de trânsito, suscitam o interesse das crianças, mas elas estão lá para mendigar junto aos automóveis parados. Este quadro é bem definido pela expressão *Belíndia*, neologismo muito usado nos anos 1970, pelo qual se reconhecia que o Brasil era ao mesmo tempo a pequena Bélgica desenvolvida e a imensa Índia pobre. A expressão pode ser atualizada, no mundo neoliberal globalizado, pelas decorações luminosas do Natal, vistas nas fachadas dos imóveis ricos, assim como nos barracos das favelas: decorações luminosas, fabricadas nos Estados Unidos, compradas nos imponentes *shopping centers* de Miami, e outras,

vindas da China, adquiridas nos camelôs do centro da cidade.

Para manter esse quadro de desigualdade, potencialmente explosivo, a tradição política brasileira misturou autoritarismo e paternalismo, e as relações entre os pobres e os ricos, entre os poderosos e os “fracos” são fundamentais nesse duplo suporte (LEAL, 1975; FREIRE, 1982). Desde a escravidão até as relações políticas de hoje, encontramos esta fórmula: “eu lhe presto serviço, você me resta fiel”. Nas relações de poder observadas em Vila Verde, essa característica sempre esteve presente. É evidente que essa vivência do autoritarismo e do paternalismo é contrária à participação e à autonomia pressupostas na idéia de cidadania; é assim que, para vários observadores, a cidadania é uma construção não concluída no Brasil (SANTOS, 1987; DA MATTA, 1986; SANTOS, 1978).

O Brasil retomou a via democrática depois das grandes campanhas civis dos anos 80 do século XX, sem deixar de ser um dos países mais desiguais do mundo. Entretanto, a contestação dos anos 1990 à sociedade dual tornou-se mais ampla, no sentido de envolver a sociedade civil menos politizada e voltar-se para ações mais práticas e cotidianas, sem deixar de questionar o modelo brasileiro de sociedade e mostrar um país em curso de mudança. Parece que depois da tormenta da inflação galopante, o país encontrou tempo e capacidade para ver suas misérias.

Passa a existir uma sensibilização crescente para os problemas sociais, talvez porque estes aconteçam também fora dos bairros pobres e degenerem em violência urbana, a qual cresceu enormemente. Alguns fatos são significativos para esta sensibilização. Um deles é a reforma

agrária, que, por décadas, foi uma palavra de ordem subversiva, vista como “coisa de comunistas”, e passa, nos anos 1990, a ser uma questão nacional, mobilizando favoravelmente a opinião pública. No mesmo período, a sociedade civil sustentou um grande movimento de solidariedade aos mais desfavorecidos, a “Campanha contra a fome e pela cidadania” ou a “Campanha do Betinho”, marco de mobilização e tomada de consciência nacional sobre a necessidade de uma ação contra a miséria. As questões ligadas ao racismo e à violência policial principalmente, antes relegadas às páginas policiais dos jornais, começaram a ocupar lugar de destaque na imprensa, demonstrando que a sociedade passa, pouco a pouco, a perceber como seus, problemas que atingem preferencialmente os pobres. O tema do meio ambiente, antes visto como questão de mico-leões dourados e tartarugas em extinção, passa a se vincular cada vez mais às questões gerais da sociedade, como as condições de vida da população pobre no meio urbano.

A busca de uma “cidadania para todos” se baseia em movimentos de caráter nacional, mas aparece preferencialmente na esfera local, muitas vezes se constituindo em experiências e práticas alternativas de exercício do poder nos municípios. Esses movimentos e essas Prefeituras são dirigidos, de modo geral, por personalidades políticas e militantes, oriundos dos movimentos sociais contra a ditadura e pela redemocratização. Outros agentes sociais importantes são as ONGs – que proliferaram na última década – e as Universidades, cujas experiências se tornam cada vez mais presentes, contribuindo assim, mesmo pontualmente, para mudar o quadro do país. A experiência no bairro de Vila

Verde, em Salvador, como tantas outras desse tipo que vêm se desenvolvendo localmente no Brasil, pertence a essa corrente em que pequenas vitórias sobre o modelo da desigualdade e da opressão sobre os pobres se destacam para mostrar uma outra via de desenvolvimento, a que é feita com a participação do povo.

Salvador

Salvador foi a primeira cidade e a primeira capital do Brasil (de 1549 a 1753) e, durante três séculos, a mais importante aglomeração urbana do país. Hoje, a cidade de Salvador é a terceira municipalidade brasileira em população (2.443.107 habitantes), depois de São Paulo e do Rio de Janeiro, constituindo-se numa metrópole regional moderna, tipicamente latino-americana, onde as classes desfavorecidas estão relegadas à periferia e às ilhas de pobreza ao lado dos bairros ricos.

Com uma gritante precariedade dos serviços públicos, a cidade de Salvador apresenta um problema específico que vitimou também a população do bairro de Vila Verde, que apresentaremos a seguir. Trata-se do fato de que a população pobre mora principalmente nos vales e nas encostas da cidade, que são as superfícies menos disputadas pelo mercado imobiliário. Essas zonas eram até recentemente consideradas de alto risco, pois os desabamentos de terra nas encostas eram freqüentes e os vales, na época das chuvas, recebiam os detritos provenientes destes desabamentos e sofriam inundações. Os acidentes em Salvador possuem causas de ordem natural e uma outra, urbanís-



tica. As chuvas fortes (concentradas essencialmente durante os meses de março, abril e maio), a existência de um escarpamento decorrente de uma falha geológica e a presença de um solo que se desagrega facilmente são causas naturais. A urbanística, é a ocupação desordenada dessas encostas. Durante a construção das casas, o aproveitamento do terreno não é feito da maneira correta, para permitir o escoamento das águas e não sobrecarregar o solo. Há a destruição da proteção vegetal natural dos talvegues, corte das encostas de modo abrupto e sem arrimos de proteção (para construir ou aumentar suas casas) e despejo dos detritos domésticos sobre o trajeto natural de escoamento das águas da chuva.

Os desmoronamentos de terra devidos à ocupação inadequada das colinas escarpadas aumentaram nas ultimas décadas, em razão do urbanismo acelerado. Durante muito tempo, a



Desabamentos deixaram muitas vítimas em 1995, entre elas a população de Vila Verde.

cidade assistiu a tragédias na época das chuvas: as inundações em ruas e avenidas provocam o caos na cidade e os bairros pobres sofrem os maiores desgastes, dada a precariedade de suas construções. Nesses locais, os desmoronamentos de terras soterram as casas e provocam também o desabamento de edifícios, que caem uns sobre os outros, resultando, geralmente, em casos de mortes, feridos, famílias sem abrigo, perdas de bens familiares, e deixando seqüelas irreparáveis.

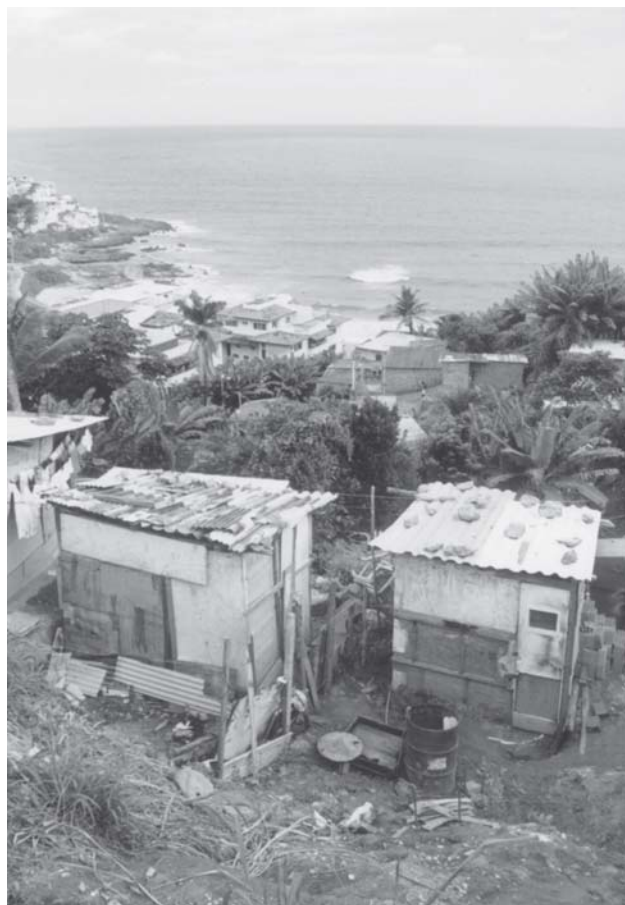
A Prefeitura ignorou durante muito tempo os desabamentos, pois se tratava de uma questão urbana periférica, jamais levada seriamente em consideração. Dentre outras razões para essa incúria, sabemos que enfrentar o problema dos desabamentos de terra nos talwegues implica intervenções de grande porte, que devem ser pla-

nificadas e administradas minuciosamente, pois é preciso deslocar as famílias em perigo para outros bairros e realizar obras demoradas e onerosas. Nos últimos anos, em face do clamor da sociedade, essas obras começaram a ser realizadas.

Alguns números permitem conhecer as condições de vida da população de Salvador, que é uma mostra mais ou menos representativa do que ocorre no resto do Brasil. De início, é preciso registrar que, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), os 10% mais ricos concentram aproximadamente 50% dos rendimentos, enquanto os 10% mais pobres detêm apenas cerca de 1%. Entretanto, Salvador é um caso particular, pois, ao lado de uma população com altos índices de pobreza, possui a reputação de uma cidade onde reina a alegria de viver. A dança e

os ritmos da cultura popular, assim como sua beleza natural e o seu patrimônio arquitetônico exercem uma forte atração. Essa aparência alegre advém da sua organização urbana, cujo setor “formal” se localiza próximo das belas praias e esconde por trás dele as favelas e invasões. Contudo, aquele que vive durante algum tempo entre a população de um desses bairros miseráveis se dá conta de que não se trata somente de uma aparência, mas que existe realmente essa porção de alegria “quase gratuita” em Salvador, que revela uma “pobreza mais autoconfiante, mais alegre, menos triste” (FARIA, 1980)³. Existe certamente uma tendência a usufruir os prazeres simples, que estão na origem também da criatividade e da vivacidade da sua cultura popular. É difícil dizer se a explicação desse fato se encontra no clima, na mestiçagem, na espontaneidade das relações humanas ou em qualquer outro fator, mas é útil salientar essa constatação antes de passar aos dados que mostram a pobreza existente na cidade.

A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Salvador, em junho de 2002, era de 28,0%, a maior do Brasil (www.sei.ba.gov.br/conjuntura/rel_ped.asp). Se tomarmos a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (1996), veremos que as famílias extremamente pobres, que ganham até dois salários mínimos, representam 21,6% do total. As famílias pobres, consideradas aqui como aquelas cuja renda total de seus membros está compreendida entre dois e



© Débora Nunes.

³ Muitos pesquisadores e escritores, entre eles Jorge Amado, já fizeram esta observação, que Vilmar Faria resumiu da seguinte forma: “Para o visitante eventual (...de Salvador ...) a impressão que passa é que ele está diante de uma pobreza fácil e alegre, não-ressentida, brincalhona, até desdenhosa do bem-estar moderno (...) Mesmo para um pesquisador mais atento, se ele não é baiano, não é fácil compreender o sentido, a amplitude e a profundidade da pobreza (...). Um grave erro seria se manter neste plano, seja para denunciar isto como uma mistificação, seja para se maravilhar desta pobreza feliz” (p. 23).

cinco salários mínimos, representam 27,7%. A classe média, em amplo espectro, ou seja, as famílias que ganham entre cinco e vinte salários mínimos, representa 59,7% do total e as famílias ricas, que têm renda superior a vinte salários mínimos, são 9,7%.

Para completar o panorama atual da pobreza e da desigualdade, podemos acrescentar dados que testemunham a dificuldade em modificar esse quadro no futuro: a maioria dos empregos da cidade encontra-se no setor terciário – cerca de 80% a população – (Salvador em dados – 2000, PMS), que conserva vestígios das relações escravistas, pois uma grande parte das empregadas domésticas, por exemplo, ainda mora na casa dos patrões, o que lhes permite a solicitação dos seus serviços a qualquer momento. O interesse pelo emprego doméstico justifica-se sobretudo pelo fato de que se constitui, praticamente, na única opção de emprego para as mulheres do bairro de Vila Verde.

O bairro de Vila Verde

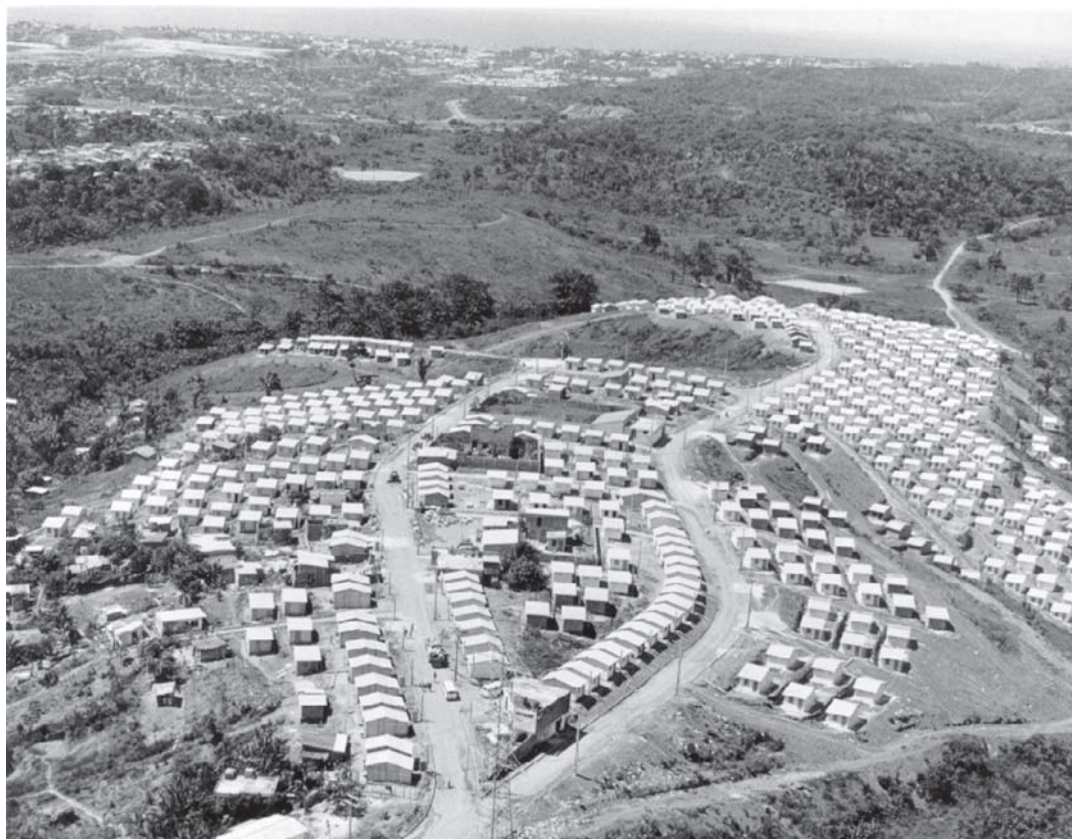
O loteamento situa-se na região de Mussurunga, no chamado “miolo” de Salvador, onde se concentra grande parte das favelas e das invasões da cidade e onde ainda restam vários espaços de aparência quase rural. O novo bairro está situado numa colina no meio de uma grande fazenda. Essa localização propicia o clima agradável, muito arejado, podendo-se ver o mar de alguns pontos do bairro, enquanto o verde se estende por todo os lados. Um rio corre a 1km de distância do bairro e diversos caminhos, passando por campos não-cultivados, levam a ou-

tros bairros populares. Quase todas as fronteiras do bairro são ainda traçadas pelos campos, salvo um lado, que toca um outro conjunto urbano, a invasão chamada “Vila Verde”, de onde se originou o nome do bairro.

O aglomerado urbano é formado por cerca de 500 lotes de 84 m², numa superfície total de mais ou menos 15 ha (150.649,00 m²). O partido urbanístico adotado no bairro se baseia em duas vias de acesso situadas no topo da colina – as ruas “A” e “B” – de seis metros de largura, revestidas por uma camada de asfalto simples, com calçadas não-pavimentadas. A via “A”, situada na primeira colina, encontra a rua “B”, que continua rumo à colina seguinte, mas sem saída. O bairro se organiza com cerca de vinte caminhos que, partindo dessas vias, descem a encosta em direção aos vales alagados que cercam as duas colinas. Os caminhos são exclusivos para pedestres, revestidos em concreto armado com dois metros de largura. Apenas nas ruas “A” e “B” é possível o trânsito de veículos.

As pequenas casas embriões, de 20m², foram colocadas umas ao lado das outras ao longo dos caminhos, em lotes de 6 metros de largura por 14 metros de comprimento. Hoje, a maior parte delas encontra-se modificada, mas originalmente tinham telhado de fibrocimento em duas águas, o chão era feito em cimento rústico e as portas e janelas eram de madeira pintada de amarelo. Cada casa tem um reservatório de água de 250 litros e está ligada a uma fossa coletiva, que derrama as águas servidas nos pântanos lindeiros ao bairro. Varandas, muros, ampliações laterais, jardins e construção do primeiro piso foram as modificações mais comuns.

Os primeiros habitantes chegaram em de-



Vista aérea do Conjunto Vila Verde.

zembro de 1995 e, pouco a pouco, até setembro/1996, se formou o contingente atual, quando todas as casas estavam prontas. Nos primeiros tempos, o conjunto habitacional parecia um jogo de crianças, por causa do tamanho das casas e de sua homogeneidade – todas brancas e amarelas e separadas pela mesma distância – e pelo isolamento do conjunto. As mudanças no bairro, após a chegada dos moradores, foram marcantes, e era possível perceber novidades quase todos os dias. O que era um aglomerado de pequenas casas se torna rapidamente um local cheio de vida, com o

trânsito constante de pessoas nas ruas, música nos rádios a todo volume e as mudanças personalizadas nas casas.

Para se ter uma noção das necessidades do bairro e de sua atmosfera nos primeiros tempos, é interessante mencionar as respostas dadas pelos habitantes sobre suas carências, na ocasião da aplicação dos questionários. Faltava tudo, segundo seus testemunhos, na seguinte hierarquia (em ordem decrescente):

- água;
- posto médico;



- escola;
- posto de polícia;
- transporte público;
- pavimentação;
- creche;
- telefone público;
- limpeza das ruas e coleta de lixo;
- iluminação pública;
- feira;
- lazer.

Um ano depois, algumas dessas necessida-

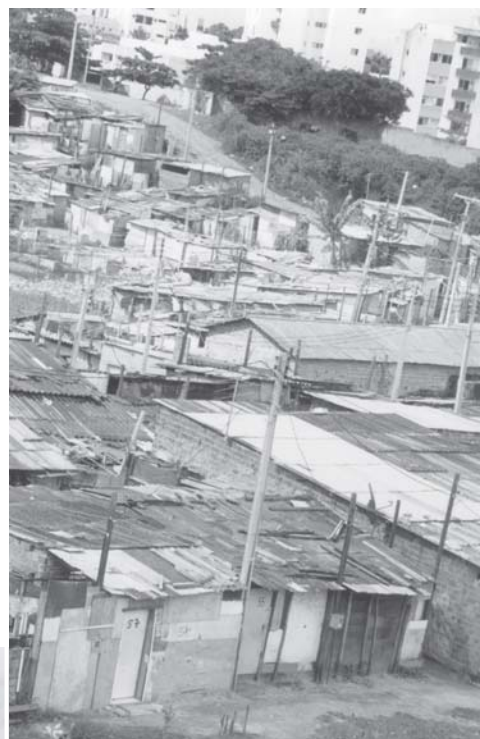
des já tinham sido atendidas. As respostas dadas à mesma questão, formulada no último questionário, foram as seguintes:

- n o maior problema, a falta de um posto de polícia (30 citações sobre 38 respostas);
- n em seguida, o transporte público (19/38);
- n o posto de saúde (18/38);
- n a escola (13/38);
- n o comércio de proximidade (6/38);
- n outros problemas (10/38).

Contrariamente ao que se pensava, as pessoas achavam que as casas cedidas pela Prefeitura eram piores do que as que tinham antes (72,8% responderam “pior”; 13,2%, “igual”; 14,0%, “melhor”). Conhecendo-se alguns dos bairros de invasão de onde vinham os habitantes, esperava-se que esses, na maioria dos casos, fizessem uma boa avaliação das casas, do seu tamanho, dos materiais de construção, do acabamento, da presença de água, de esgoto e de eletricidade, dos equipamentos de cozinha (pia) e sanitários (chuveiro, pia e latrina). Isso não aconteceu. As respostas à questão foram reveladoras da escala de valores dos moradores, relativamente à habitabilidade de uma casa. Uma boa parte julgou a casa em relação às noções urbanas, e não ao conforto da casa em si. A facilidade para a compra dos alimentos, a proximidade do ponto de ônibus, a vizinhança, foram critérios importantes, bem mais que os detalhes de construção. Certamente, entre os entrevistados, havia pessoas que realmente tinham possuído uma casa melhor, considerando-se que ao longo do tempo puderam fazer pequenos aperfeiçoamen-

tos. Havia também aqueles para os quais a nova pequena casa era um verdadeiro palácio. De qualquer forma, o bairro, que para um estrangeiro era certamente mais ordenado e dispunha de uma melhor infra-estrutura que a maioria dos bairros populares de Salvador, não correspondia inteiramente, de início, aos critérios de conforto dos habitantes.

© Débora Nunes.



Os contrastes de Salvador.



CAPÍTULO II

Compreender uma comunidade interagindo com ela

O conjunto de dados, apresentado agora, foi obtido a partir dos resultados do primeiro questionário da pesquisa⁴. Pode-se dizer, de antemão, que o que estabelece a identidade entre os habitantes do bairro de Vila Verde é a sua origem na cidade. A maioria deles é originária de cinco bairros, que possuem duas características comuns: estão situados próximos da falha geológica de Salvador (o que explica os desabamentos de terra), e se situam em locais tradicionais de ocupação ilegal, as invasões organizadas pela população pobre de Salvador (GORDILHO SOUZA, 1990).

I -Perfil econômico e social dos habitantes do bairro

Emprego e renda

O quadro traçado a seguir é um “instantâneo” dos habitantes, pois, como veremos, as mudanças de ocupação e salário são freqüentes, ainda que não haja modificações substanciais na condição social dos mesmos. Trata-se de uma

população pouco inserida no mercado formal do trabalho, como é comum no meio popular em Salvador, mais de 50% da população do bairro não tendo emprego fixo e sendo obrigada a traçar estratégias de sobrevivência cotidiana.

Tabela 1
Ocupação e salário da população de Vila Verde

Com salário:		Sem salário fixo:	
Emprego fixo:	26,5%	Biscates:	20,5%
Aposentados:	6,0%	Procurando emprego:	35%
Comerciantes/ autônomos:	8,8%		
Total:	41,3%	Total:	55,5%

Fonte: pesquisa de campo.

⁴ Em março de 1996, quando da chegada da maior parte das famílias no bairro, foram aplicados 114 questionários, tendo cada um 84 questões. Estas versavam sobre o perfil socioeconômico das famílias, a visão de mundo do entrevistado, seus conhecimentos acerca dos termos e lógicas do urbanismo, suas idéias sobre o bairro e seus vizinhos, sua experiência de ação coletiva, etc.



Para esse contingente de famílias que não tem salário fixo as formas de sobrevivência são os biscates e a ajuda da família ou de amigos e vizinhos. Para os homens, é comum que eles se dediquem a mais de uma profissão pouco especializada, como ajudante de pedreiro ou pintor, além de porteiro, para ter uma ocupação – às vezes, no próprio bairro – durante os períodos de falta de trabalho. As mulheres fazem serviços domésticos para as famílias ricas: faxina, lavagem e passagem de roupas etc. Como os antigos mascates, fazem também venda em domicílio de produtos de beleza e outros. Existe ainda a produção doméstica de alimentos vendida em casa, na vizinhança ou fora do bairro por outros membros da família, incluindo as crianças.

A outra parte das famílias, a que pode contar ao final do mês com um rendimento certo, é formada pelos empregados, os comerciantes e os autônomos que prestam regularmente serviços. As ocupações mais frequentes estão entre

as mais humildes e mal pagas da sociedade. Para os homens: porteiro, pedreiro, vigilante, operários pouco qualificados, pintor, marceneiro, mecânico. Quanto às mulheres, empregada doméstica, faxineira, lavadeira, costureira, cabeleireira, manicure etc.

Se observarmos atentamente, por um lado, os dados do emprego e, por outro, os dos salários,

constataremos um afastamento entre ambos, pois, na verdade, poucas famílias têm rendimento menor que um salário mínimo (15,8%), enquanto em 55,5% delas o chefe de família encontra-se desempregado. Isso reflete bem a economia informal brasileira, em que uma grande variedade de atividades possível permite a sobrevivência de muitas famílias. É necessário destacar a capacidade de adaptação das pessoas, as atividades provisórias que conseguem para sobreviver, mas que significam, certamente, uma inquietação constante sobre o futuro.

Vila Verde é um bairro muito homogêneo do ponto de vista dos salários, pois a diferença entre os ganhos da maioria da população ativa e os ganhos mais altos não é muito grande, contrariamente ao que podemos observar na cidade como um todo. O ganho familiar mais alto encontrado é de oito salários mínimos, o que ocorre nas famílias em que há mais de um membro da família trabalhando e que representam 20,2% do total.

Tabela 2
Rendimentos das famílias do bairro Vila Verde

Rendimentos	Famílias
Menos de um SM (> 1)	15,8%
Igual a um SM (= 1)	36,8%
Entre um e dois SM (> 1 e <2)	6,1%
Igual a 2 SM (= 2)	27,2%
Entre dois e três SM (>2 e >3)	3,5%
Maior ou igual a 3 SM (>= 3)	10,6%

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 3
Comparação entre os rendimentos da população de Vila Verde e de Salvador

Rendimentos	Vila Verde	Salvador
De zero a 2 SM	86%	21,6%
De 2 a 10 SM	14%	47,9%
Mais de 10 SM	—	21,5%

Fonte: pesquisa de campo da autora e IBGE – Pesquisa de Orçamento Familiar – 1996.

OBS: Sem declaração de rendimento para Salvador: 0%.

Escolaridade

A população do bairro Vila Verde é muito pouco escolarizada, como pode ser visto no quadro a seguir, e é necessário assinalar que, provavelmente, o número de analfabetos funcionais é ainda maior que o aferido com base na declaração dos habitantes⁶, considerando-se que, em alguns casos, o constrangimento em mostrar a falta de instrução influenciou as respostas. Pode-se observar ainda que é muito baixo o número de pessoas aptas a uma inserção num mercado de trabalho que exige cada vez mais um nível maior de escolaridade.

Tabela 4
Escolaridade da população de Vila Verde

Escolaridade	População
Analfabetos:	8,8%
Até 4 anos de frequência à escola:	50,9%
Até 8 anos:	30,7%
Até 11 anos:	9,6%
Mais de 11 anos (Universidade)	0%

Fonte: pesquisa de campo.



© Débora Nunes.

⁶ Ao longo dos contatos mantidos com os habitantes quando da implantação da escola comunitária, várias pessoas que se diziam escolarizadas mostraram-se, na verdade, analfabetas.

Relações familiares

As famílias do Vila Verde são, na maior parte, formadas de casais (mais de 70%), com ou sem filhos, na maioria jovens e não casados oficialmente. As pessoas separadas representam em torno de 10% e os solteiros cerca de 20%. As uniões não são muito estáveis e, às vezes, as pessoas estão num segundo ou terceiro concubinato. Pôde-se observar, durante a pesquisa, diversas mudanças de parceiros entre casais próximos, estimando-se que uma grande parte das famílias é constituída de um novo casamento.

Ainda que as famílias sejam pouco estáveis, as relações intrafamiliares e de vizinhança são os pontos de referência das crianças para a vida em sociedade, pois a escola é freqüentada durante pouco tempo. Em muitos casos, o pai biológico se afasta por causa de um novo casamento, por mudanças ligadas ao trabalho ou por mortes precoces ocasionadas por doença ou violência. Para as crianças, a presença mais constante é a da mãe e, às vezes, a da avó. Este dado confirma as discussões recentes sobre a feminilização da pobreza e sobre as responsabilidades que assumem cada vez mais as mulheres no seio da família, notadamente no meio urbano (DOCUMENTOS DAS CONFERÊNCIAS DA ONU DE PEQUIM, 1995, e ISTAMBUL, 1996).

Contrariamente às expectativas, as famílias não são muito grandes, verificando-se que 68,4% dessas são compostas por dois a cinco membros, o que decorre, em muitos casos, do fato de os filhos do casal ou de um antigo casamento morarem em outros bairros com os avós. Tal circunstância evidencia que as relações ainda são marcadas pelo espírito da família ampliada, incluindo avós e tios, mesmo que esses morem longe da família nuclear em questão. Crianças au-

sentes das próprias casas, vários casamentos dos pais, assim como outras características que serão mostradas mais tarde, dão a marca da instabilidade na vida dessas pessoas pobres.

Vida cotidiana das famílias

O contato constante com as pessoas mais engajadas nas atividades pedagógicas e nas ações coletivas do trabalho de campo, assim como a visita às suas casas, permite uma descrição aproximada de sua vida no dia-a-dia. Houve contatos, certamente menos íntimos e menos constantes, também com os outros habitantes do bairro, quando se ia de porta em porta fazendo convites para as reuniões e atividades, realizando as entrevistas e aplicando os questionários, ou promovidos pela necessidade de pedir emprestada uma ferramenta qualquer ou, simplesmente, pelo interesse em conversar.

Por ocasião desses contatos, verificamos que uma família com o salário fixo, mesmo se tratando de um salário mínimo (em torno de 80 dólares, mais o transporte e, algumas vezes, a alimentação do trabalhador), pode ser considerada uma família com uma vida “organizada”. Essas famílias têm dificuldades no cotidiano e, certamente, se angustiam com a falta de dinheiro para os seus deslocamentos do bairro, para pagar o consumo de água e de eletricidade, para custear as despesas de um modo geral, mas, comparadas àquelas que não possuem salário fixo, seu modo de vida é próximo ao das classes sociais mais favorecidas. Do ponto de vista material, podemos observar em suas casas a presença de mobiliário e utensílios domésticos mais comuns – móveis, roupas, louça, aparelhos

eletrônicos e até alguns objetos de decoração. Trata-se de uma arrumação semelhante à que podemos encontrar na maioria das casas no Brasil. Certamente o salário fixo permite crédito a essas famílias e, dessa forma, o acesso a produtos mais sofisticados.

Do ponto de vista da vida cotidiana, em razão da estabilidade do emprego do chefe da família, o ritmo de vida dos membros é regular. Ou seja, há uma hora mais ou menos fixa para dormir e acordar, comer, trabalhar ou para ir à escola etc. Os habitantes tomam mais cuidados consigo mesmo, estabelecem uma nítida separação entre as roupas de sair e as “de ficar em casa”, saem mais do bairro, fazem “compras mensais” de comida etc. Esse modo de vida tende a perdurar ainda que se perca o emprego, desde que tal condição não se prolongue muito ou que a família encontre biscates para substituí-lo.

Por outro lado, nas famílias que não têm salário fixo durante muito tempo a desordem da vida é evidente, sobretudo se essa situação se prolonga. Há casos em que a casa é mais um amontoado de objetos diversos que uma arrumação organizada. Frequentemente as crianças não vão à escola e, como o trabalho é incerto, a referência da disciplina de horários e de obrigações não se faz presente: as pessoas acordam tarde ou dormem durante a tarde. A ociosidade é muito comum, salvo para as mulheres que têm filhos pequenos. É provável que essa vida sem um ritmo cotidiano possa reforçar uma tendência à *anomia*, a um desregramento da vida, nos casos mais extremos e contínuos.

As relações de vizinhança

Segundo os relatos obtidos no bairro, as pessoas de Vila Verde moravam quase sempre

próximas dos seus pais nos bairros de origem. Para além das relações parentais, muito estreitas, havia relações de proximidade com os vizinhos de longa data. A chegada ao novo bairro não significou um choque cultural tão grande, pois a origem sociocultural comum favoreceu a comunicação e a solidariedade entre as pessoas, que tinham, além disso, vivido a mesma tragédia. É preciso observar também que, em certos casos, houve acordos com os funcionários da Prefeitura para colocar membros de uma mesma família próximos uns dos outros.

Com o passar do tempo, novas relações sociais foram criadas, baseadas sobretudo em trocas com os vizinhos, propiciadas por necessidades ocasionais, como empréstimo de utensílios domésticos e comida e solicitação de serviços. Para as mulheres, havia ainda a guarda recíproca das crianças, por ocasião da saída para as compras e das diversas ocupações das mães. Para os homens, a freqüência aos bares, as “peladas” e outros jogos coletivos ocasionaram os encontros. Um grupo significativo de pessoas entrou em contato e estabeleceu relações continuadas umas com as outras através das atividades desenvolvidas no bairro e do trabalho comunitário.

As respostas ao questionário inicial, aplicado no momento em que as pessoas acabavam de chegar no bairro, permite perceber que as relações de vizinhança começavam a se estabelecer:

Tabela 5

“O que os vizinhos significam para você?”	
“são uma ajuda em caso de necessidade”	50,9%
“são os amigos de todas as horas”	21,1%
“sou cordial, mas não preciso deles”	21,1%
“nada”	5,3%
“eles incomodam”	1,8%

Fonte: pesquisa de campo.

O modo e a rapidez com que se estabeleceram as relações de vizinhança provavelmente têm relação com a tradição de solidariedade que existe nos bairros populares no Brasil, já percebida por outros observadores. Essa “solidariedade íntima” contrasta com uma solidariedade social e política, que, segundo Paulo Freire (1985), seria mais rara no Brasil. Também Almeida (1992), em seu estudo sobre creches comunitárias em Belo Horizonte, identificou essa solidariedade que se manifesta através do encargo privado dos problemas sociais. Esse processo, a que chamou de “sociedade de providência”, se desenvolveria sempre que o Estado se isenta das suas responsabilidades.

A aproximação entre as pessoas tem motivações variadas, mas é certo que as dificuldades do quadro de vida foram, no mínimo, um dos assuntos das conversas dos moradores de Vila Verde. À pergunta “com quem discutem os problemas do bairro?”, 43,9% responderam “com os vizinhos”; 27,2%, “apenas em casa com a família”; 3,5%, “na igreja, no trabalho ou na escola”, e 25,4%, que “não discutiam sobre o assunto”.

A religião deu oportunidade para o estabelecimento de muitas relações entre os habitantes de Vila Verde, sobretudo as igrejas pentecostais. Durante o ano da experiência, a influência dessas igrejas aumentou muito no bairro e, recentemente, quatro das casas portavam suas insígnias. O fenômeno já era notado ao aplicar-se o primeiro questionário, quando 57,9% das pessoas se diziam “católicas”; 24,6%, membros de “outras igrejas”, e 17,5%, “não ter religião”. Enquanto isso, 49,1% dos entrevistados diziam “jamais ir à igreja”, provavelmente uma grande parte dos católicos; 21,9%, diziam “ir todas as

semanas”; 14,0%, “quase nunca”; 10,5%, freqüentá-la “diariamente”, e 4,4%, ir “todos os meses”. É provável que essa freqüência diária se verifique sobretudo no caso dos evangélicos, uma vez que tal comportamento é característico desses.

As relações de vizinhança se intensificaram com o tempo, dada a proximidade física entre as pessoas e o fato de permanecerem constantemente no bairro, principalmente as mulheres, que dificilmente saem. Certamente, o aspecto informal da sociedade brasileira e o espírito gregário das pessoas são motores da tessitura desses laços, mas, de um ponto de vista prático, os vizinhos são também os amigos mais desejáveis. O custo do deslocamento faz com que as amizades formadas ao longo da vida se tornem quase inacessíveis. O telefone não é comum no meio dos mais pobres e, em Vila Verde, foi possível observar a dificuldade que as pessoas tinham de entrar em contato com os seus amigos por esse meio, mesmo em seus locais de trabalho, pois o único telefone público do bairro estava sempre ocupado.

O local público que permite o encontro de vizinhos desconhecidos é o ponto de ônibus, sobretudo para os que trabalham fora do bairro, tendo assim compromisso em horário fixo, e para as pessoas mais comunicativas. Os bares também são muito freqüentados, principalmente nos finais de semana. Todavia, os locais de encontro mais utilizados eram, e ainda o são, a sombra oferecida pelas casas particulares, onde as conversações entre vizinhos são freqüentes. Devido às atividades do trabalho de campo desta pesquisa, com suas reuniões pedagógicas e trabalho comunitário, a sede da Prefeitura no

bairro, que viria depois a se tornar a sede da escola comunitária, se tornou também um ponto de encontro de muitos moradores.

Sobre as relações de vizinhança, é interessante observar ainda que as pessoas participam dos acontecimentos da vida pessoal umas das outras de forma bem mais intensa do que ocorre nas classes sociais mais favorecidas. Assim, acontecimentos privados por natureza, como brigas de casal, reclamações dos pais aos filhos, visitas de parentes, gravidez, doenças, abortos, viagens, tornam-se acontecimentos de domínio público e os vizinhos os comentam entre si. Se, por um lado, tem-se a impressão de que a vida cotidiana no bairro é monótona, pois pouca coisa acontece em termos de vida coletiva (festas públicas, manifestações, feiras etc.), a socialização das relações particulares imprime movimento ao bairro e é assunto para discussões. Em contrapartida, a vida privada fica comprometida pela promiscuidade ocasionada pela casas, muito pequenas para o número de ocupantes e para uma ocupação tão densa.

Os lazeres

O maior lazer da população de Vila Verde acontece, de uma forma geral, no seio da família, quando as pessoas assistem juntas à televisão, em casa, particularmente à noite. Havia um televisor em 70% das casas e pôde-se observar que a televisão não é desligada nem quando há visitas; às vezes as pessoas vão à casa do vizinho justamente para assistir televisão. O rádio é também muito utilizado e, muitas vezes, no volume máximo, o que dá ao bairro um aspecto barulhento, mas também alegre. Os programas

populares de rádio e televisão, em que há uma intimidade entre os animadores e os ouvintes e telespectadores, são muito apreciados, principalmente pelas mulheres.

As áreas externas também são largamente utilizadas, particularmente pelas crianças, já que as atividades culturais organizadas, que atraíam os adultos, são raras. Os bares, pontos de encontro e lazer no bairro durante os finais de semana, são sobretudo freqüentados por homens e mulheres mais jovens. As pessoas tomam cerveja ou “cachaça” e conversam, ouvindo música; alguns grupos de samba se formam e se separam nesse ambiente. O campo de futebol, que já existia num terreno baldio, é utilizado geralmente no fim do dia, particularmente pelos homens.

O fato de o bairro estar situado no meio de campos faz com que a população possa ter alguns hábitos típicos dos meios rurais, como a colheita de frutas e o corte de madeira bruta para usos diversos, mas também distrações como o banho do domingo numa antiga barragem nas proximidades, construída para o abastecimento d’água de Salvador. Os habitantes também têm a possibilidade de caçar, mas isso exige material e conhecimento; é uma atividade corrente apenas para alguns.

Segundo o questionário, são poucos os moradores que saem do bairro nos finais de semana, seja para visitar parentes ou para ir à praia. Para alguns, essas saídas são também para trabalhar, vendendo comida e outros produtos. A maioria fica no bairro, em casa, e outros vão à igreja, o que significa uma mudança na vida cotidiana. Mesmo a praia, lazer gratuito, não é muito freqüentada, pois é preciso pagar o transporte e isso não é fácil para os habitantes de Vila Verde.

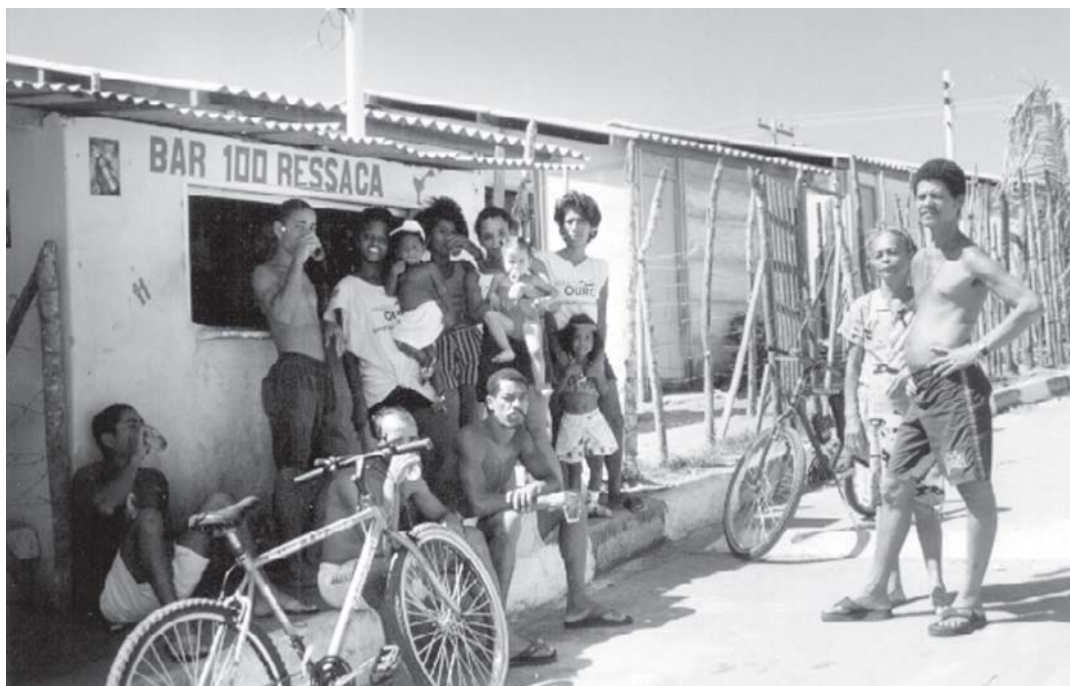
Vida pública e vida cidadã

O que significa a vida cidadã para os habitantes de Vila Verde? Sair da vida familiar e da vizinhança não é fácil, pois os deslocamentos são difíceis e caros, como visto, e o contato com pessoas de outros meios não é usual. A vida cidadã é aqui compreendida de dois pontos de vista: a relação com o Poder Público e a ação coletiva dos habitantes.

Se pensarmos na vida pública como a soma das relações individuais e coletivas com os poderes públicos, poderemos encontrar contrastes. Os habitantes de Vila Verde têm conhecimento no que diz respeito às funções dos poderes públicos, no sentido de prestação de servi-

ços. No questionário inicial, foi pedido às pessoas que fizessem a ligação entre o serviço público (abastecimento de água, eletricidade, telefone e coleta de lixo), a empresa que assegura a prestação e também a autoridade pública que é diretamente responsável (Prefeitura ou Governo do Estado). As respostas, para todos os serviços, estavam corretas em cerca de 80% dos questionários – mesmo considerando-se a dificuldade de fazer uma relação dupla para cada serviço – e as pessoas sabiam a quem se dirigir em caso de problema, tanto do ponto de vista da empresa como da autoridade pública.

Enquanto isso, durante a minha estada no bairro pude constatar que se as pessoas sabem, teoricamente, a quem se dirigir, não se relacio-



Os bares são locais de encontro, sobretudo nos fins de semana.

© Débora Nunes.

nam com as empresas prestadoras como usuários detentores de direitos. Esse fato faz parte de uma problemática brasileira mais global, que se traduz na ausência do sentimento de cidadania na maioria da população (SANTOS, 1987). Para compreender isso, é preciso levar também em conta os impedimentos digamos, psicossociais, que tornam difícil um comportamento mais reivindicante, o que se deve à interiorização da estigmatização social, que será analisada em seguida. Por outro lado, uma demanda mais forte é dirigida às autoridades municipais, que são, por sua vez, mais próximas dos habitantes e mais freqüentemente responsabilizadas pelos acontecimentos na cidade.

Durante algum tempo, a autoridade municipal esteve muito presente em Vila Verde, por ocasião das obras de construção do bairro. Entretanto, desde que essas foram concluídas, o local assumiu o aspecto dos outros bairros pobres de Salvador, onde o Estado é quase ausente do ponto de vista material. Não existem serviços nem equipamentos e somente a polícia aparece, de vez em quando. Apesar disso, não se pode dizer que, em Vila Verde e nos demais bairros pobres, o Estado seja ignorado.

O Poder Público é legitimado como autoridade maior da sociedade (o que Weber chama de “dominação legal”), e isso é verdade para os habitantes de Vila Verde, apesar da fragilidade da Prefeitura. Esses habitantes crêem haver um interlocutor possante e legítimo, embora, dadas suas condições de vida, duvidem – e existem razões para isso – que suas demandas estejam sendo levadas em consideração. Tal raciocínio advém de uma realidade histórica que mostra uma falta continuada de interesse em relação às

periferias urbanas, seja por falta de vontade política, seja pela fragilidade institucional ou financeira da municipalidade.

A pergunta feita aos habitantes, quando da aplicação do primeiro questionário, sobre seu apoio à “invasão” de terrenos no próprio bairro, revela uma legitimação da Prefeitura, pois 71,1% deles dizem estar “de acordo, desde que antes se consulte a Prefeitura”; 6%, declaram “total acordo”; 17,5%, “não acham correto”, e 5,3% dos entrevistados respondem que “não se importam”. Mesmo em questões cujo objetivo era compreender o potencial de participação, é visível que, para as pessoas, a autoridade do Poder Público e sua responsabilidade estavam evidentes. Um exemplo – à questão “Como será possível resolver os conflitos de interesse dos habitantes, a exemplo da ordem de prioridades das intervenções no bairro?”, 77,2% dos entrevistados estimam que habitantes e autoridades devem resolver juntos tais questões; 6,1%, pensam que os habitantes devem buscar a resolução sozinhos, e 16,7 %, que as autoridades devem resolver sem ouvir a população.

A ausência da polícia, representante da força legítima do Estado, assim como de quaisquer instituições públicas no bairro, faz com que as pessoas vivam em um mundo onde as leis são pouco presentes. As regras de vida em comum foram adquiridas com a tradição, mas o fato de as pessoas terem origens em bairros diversos tornava maiores as possibilidades de conflitos, pois nada estava ainda consolidado. A classe média tem suas instituições intermediárias de organização da vida coletiva, que independem da ação do Estado. Um exemplo disso são as regras de condomínio dos edifícios pluridomiciliares, estabeleci-

das em conjunto, a legitimidade do síndico eleito, que tem autoridade para resolver os conflitos. No caso dos bairros populares, como o Vila Verde, isso não acontece, e a maioria das pessoas pensa que é necessária a intervenção da polícia para resolver qualquer conflito.

A organização coletiva dos habitantes não se impõe naturalmente e, no caso presente, essa organização teve que ser estimulada externamente. À pergunta, “Você, ou qualquer um de sua família, já participou de uma associação, grupo, clube etc.?”, quase 70% das pessoas responderam jamais ter participado, assim como sua família, de organizações coletivas de atividade contínua.

Tabela 6
Participação da população de Vila Verde em associações diversas

Participação Pessoal	Alguém da família participa	Nenhuma participação
14%	16,7%	69,3%

Fonte: pesquisa de campo.

No caso dos 30% que declararam já ter tido uma experiência direta ou indireta de participação, pessoal ou familiar, pôde-se verificar que essa participação se situa mais no âmbito pessoal que no coletivo. Por âmbito pessoal entendem-se aqui as associações ligadas à religião e ao esporte, que, de ordinário, propõem sobretudo atividades de realização pessoal, física ou cultural, ou, mesmo, de caridade. O âmbito coletivo é o dos sindicatos, por exemplo, que normalmente propõem atividades envolvendo todo o grupo, como as reivindicações salariais, e que, no Brasil particu-

larmente, vai até o engajamento político. As associações de moradores são uma mistura de participação dos âmbitos pessoal e coletivo, e cada caso deve, assim, ser estudado mais de perto.

Tabela 7
Tipos de associação de que participam os habitantes de Vila Verde

Esportiva ou religiosa:	14%
Associação de moradores:	8,8%
Política ou sindical:	6,1%
Outra:	3,5%

Fonte: pesquisa de campo.

Apesar de os habitantes de Vila Verde não terem experiência com a ação coletiva contínua, pudemos perceber que uma grande parte deles já participou de lutas pontuais em torno de questões de melhoria do quadro de vida. Diante da pergunta “Você já teve uma experiência de luta coletiva para obter um benefício para todos?”, a população se repartiu em dois grupos: 50,9% dizem que sim, e 49,1% dizem não. De que tipo de participação se tratava? Normalmente, segundo as respostas dos habitantes, tratava-se de uma ação breve, como uma manifestação de rua para reivindicar uma ação urgente da Prefeitura; uma ação conduzida pela escola do bairro para ajudar vítimas de uma catástrofe pontual, etc. Esse tipo de ação, normalmente, não tira o participante pontual de seus hábitos, de seu quadro mental cotidiano. Trata-se de um espasmo de ação coletiva, em que o participante atende ao apelo repentino de um vizinho, manifestando-se ou agindo a seguir, mas volta depois ao seu cotidiano.

As relações dos habitantes com pessoas de fora do bairro

Nos bairros pobres, as pessoas ficam a maior parte do tempo no seu próprio ambiente e suas relações mais freqüentes são com os vizinhos. No caso de Vila Verde, pela particularidade da sua criação, seus habitantes estabeleceram uma série de relações com pessoas de fora do bairro. Desenvolveram-se, sobretudo, relações funcionais, que foram mais importantes no processo de instalação do bairro. O maior contato foi estabelecido com os vigias da obra; em seguida, vinham os funcionários da Prefeitura, mas também pessoas ligadas à Igreja Católica; por fim os operários e os funcionários das empresas de construção, que ficaram no bairro durante certo tempo, e sobretudo, a equipe de pesquisadores ativos.

Os habitantes do bairro limítrofe, o Vila Verde original, surgido de uma invasão de terreno e chamado pelos seus criadores de “Loteamento Vila Verde”, introduziram-se pouco a pouco no novo bairro planejado, denominado de Conjunto Vila Verde (cf. esclarecimentos sobre a nomenclatura no Capítulo III). Para alguns habitantes desse Conjunto, o contato era indesejável porque, segundo eles, não queriam se misturar com “invasores”. As relações entre as pessoas dos dois bairros se estabeleciam sobretudo nos grupos de samba, que já existiam na antiga invasão e seduziam novos adeptos nos bares nos fins de semana. O comércio do bairro planejado, o Conjunto, mais desenvolvido, também atraiu os habitantes do Loteamento.

A imprensa, que acompanhou os habitantes desde o começo da tragédia, seguindo-os nos

locais em que foram provisoriamente abrigados até a sua mudança para o bairro, também esteve presente mais tarde, por ocasião dos vários acontecimentos que chamaram a atenção da sociedade para os “desabrigados”. Mais de 70 reportagens de imprensa, falando do bairro e de seus habitantes, foram publicadas, sem citar os numerosos artigos do período dos desabamentos nem os do jornal oficial da Prefeitura.

Afora esses contatos, acima mencionados, com os não-residentes que vinham ao bairro, verificaram-se contatos pessoais de cada um dos habitantes com o exterior, não só intraclasses, familiares ou de amizade, mas também interclasses. Os contatos interclasses são raros quando não têm um caráter funcional, como os citados anteriormente, salvo no que se refere à religião. Como visto, o abismo social prevalecente no Brasil faz com que existam dois mundos separados: de um lado, a cidade formal, que pertence aos ricos e à classe média, com seu comércio, serviços e lazeres reservados, e onde se anda de carro; do outro, a grande cidade intermediária e informal, onde se encontram os lugares freqüentados pelos pobres – áreas de comércio popular, agrupamentos de camelôs, mercados populares, algumas praças. Aí, as pessoas circulam em transportes coletivos. Nas cidades onde não existe transporte público de qualidade ricos e pobres raramente se encontram lado a lado. Os contatos entre eles são limitados aos estabelecidos nas relações hierarquizadas de trabalho, na mendicância ou em festividades populares.

Entre as relações de trabalho mais encontradas na realidade da experiência, pode-se citar a das empregadas domésticas, numerosas no bairro. O caso delas é muito particular, pois têm

uma relação em falso com seus padrões: no cotidiano, as trocas interpessoais são, ao mesmo tempo, intensas, pela proximidade, e frágeis, pelo afastamento social e enraizamento da desigualdade nos costumes. Não veremos padrões e empregadas discutindo assuntos culturais, políticos ou outros, numa troca que possa enriquecer estas últimas, que têm dificuldade de ter acesso às informações, ou que possa aproximar os empregadores de toda uma realidade cultural que pertence à maioria da população do país (KNAEBEL, 1992).

II - As mentalidades e os comportamentos dos habitantes

São apresentados a seguir dados sobre a visão de mundo e os comportamentos dos moradores do bairro de Vila Verde, sempre partindo do questionário, mas também de observações pessoais. É preciso destacar que certamente não existe homogeneidade de pensamento e de ação entre os habitantes do bairro; o que se pode dizer é que foram identificadas características compartilhadas em maior ou menor grau pelos

habitantes, entendendo-se que, em grande medida, as mentalidades são tributárias das condições de vida. O que aqui se buscou foi compreender esse conjunto de dados, particularmente a potencialidade das pessoas para a participação nas atividades do método de intervenção, segundo suas condições materiais de vida. Para facilitar a compreensão do tema, os habitantes foram classificados em dois pólos, de acordo com o seu engajamento nas atividades: de um lado, localizam-se as pessoas difíceis de mobilizar – o chamado aqui de “pólo anômico”⁷ – e do outro, as pessoas mais propensas à participação, grupo a que se chamou de “pólo potencialmente engajado”.

Esses dois pólos indicam tendências, e não grupos fechados nem determinismos pré-fixados. Na verdade, identifica-se a existência de variáveis que se reforçam mutuamente e possibilitam a probabilidade de comportamentos extremos, que não são verificáveis na maioria dos habitantes. Para levantar as características desses dois pólos potenciais foram utilizadas respostas de algumas perguntas-chave do questionário feito no bairro, com base em hipóteses provenientes do conhecimento empírico. Evidentemente os pólos identificados na teoria não podem ser quantificados, pois se trata de probabilidades aproximativas da realidade dos fatos. Dessa forma, são tênues as fronteiras que definem os grupos.

⁷ Fala-se aqui em anomia no sentido usado por Merton, citado no *Dictionnaire de la Sociologie Larousse*, ou seja, comportamento do indivíduo quando não vê possibilidades de chegar a um objetivo definido pessoalmente ou prescrito pela cultura para si mesmo, e então, por uma impossibilidade concreta, tende a se retirar da vida social e a se ligar menos aos acontecimentos coletivos.

As questões-chave são: 1) renda; 2) tipo de emprego ou ocupação; 3) escolaridade; 4) existência ou não de lembrança sobre fatos importantes da vida; 5) grau de interesse pelas questões nacionais em maior evidência; 6) existência de referências – pessoas admiradas – fora da

família e dos próximos; 7) interesse em discutir os problemas do bairro; 8) vivência pessoal ou familiar de experiências de participação em organizações coletivas; 9) existência ou não de um sentimento fatalista perante a realidade; 10) pertinência dos raciocínios práticos ante as questões relativas ao bairro.

Quadro 3
*Características dos pólos indicando as tendências à participação ou à recusa do habitantes às ações coletivas propostas*⁸

Pólo “potencialmente anômico”,	Pólo “potencialmente engajado”
Os mais pobres (salário menor que um SM – são 15,8% do total dos habitantes do bairro)	Os menos pobres (salário maior que três SM - são 10,2% do total dos habitantes do bairro)
Os desempregados de longa data (35%)	Os que possuem emprego fixo (26,5% do total)
Os analfabetos funcionais (21,9%)	Os que freqüentaram a escola em torno de oito anos (30,7%);
Os que não se lembram de nada do que marcou suas vidas (27,2%)	Os que se lembram de alguma coisa pessoal que marcou suas vidas (particularmente a tragédia dos desabamentos de que foram vítimas), (44,7%) ;
Os que não podem citar de memória uma notícia da atualidade nacional que teve uma repercussão em suas vidas (45,6%)	Os que podem citar de memória uma notícia da atualidade nacional que teve uma repercussão em suas vidas (31,6%)
Os que não admiram ninguém em particular (31,6%)	Os que admiram alguém pelos seus atos perante o coletivo (artistas, esportistas, políticos, religiosos, etc.) (29,8%)
Os que não discutem jamais os problemas do bairro (25,4%)	Os que discutem os problemas do bairro fora do contexto familiar (47,4%)
Os que nunca tiveram experiências participativas (69,3%)	Os que já tiveram (ou alguém de sua família) experiências participativas (30,7%)
Os que pensam que o destino já está escrito e que não vale mais a pena fazer o que quer que seja para mudar a realidade (21,9%)	Os que pensam que o destino será traçado pelos próprios homens (14,9%)
Os que não têm nenhuma idéia da ordem de grandeza do preço de sua nova casa (11,4%)	Os que têm alguma idéia da ordem de grandeza do preço de sua nova casa (40,4%)
Os que possuem uma vaga idéia do número de habitantes do bairro (35,1%)	Os que possuem uma idéia próxima do número de habitantes do bairro (32,5%)

Fonte: elaboração da autora.

⁸ Para que o leitor possa compreender a amplitude de cada grupo de habitantes referente a cada questão-chave é dada a porcentagem destes em relação ao total. Esses números são dados a título indicativo já que se consideram esses grupos como uma potencialidade e não como um fato concreto, mensurável.



Aplicação do questionário de campo.

Essas questões foram formuladas com base nas observações de campo e na literatura sobre a pobreza e os movimentos sociais em Salvador, sendo esta última, na verdade, muito escassa. Para que se compreenda a pertinência dessa escolha, são apresentadas as observações, feitas posteriormente, relativas às pessoas efetivamente engajadas e àquelas que se mantiveram completamente afastadas das ações realizadas no bairro.

Se o primeiro pólo pode ser encontrado aleatoriamente no bairro, o segundo pólo agrega as pessoas com quem convivi frequentemente durante a experiência-piloto. De uma maneira geral, são pessoas que participaram das atividades pedagógicas e das ações coletivas e sobre as quais se vai falar mais detalhadamente no quarto capítulo deste livro.

Para sermos coerentes com a complexidade da realidade, devemos dizer que se a experiência de campo autoriza a falar da probabilidade de encontrar em um pólo pessoas engajadas e, no outro, pessoas “anômicas”, os casos particulares podem mostrar o oposto. As histórias pessoais de vida têm uma influência no comportamento das pessoas diante do coletivo que às vezes ultrapassa as dificuldades da vida material. Por exemplo, podem-se observar líderes analfabetos, assim como líderes desempregados. Por outro lado, foi possível notar várias pessoas cujas características as identificariam como “potencialmente engajadas” e que não se interessam em nenhuma medida pelas questões coletivas.

Depois desse quadro global dos habitantes do bairro no que diz respeito à sua potencialidade de participação, voltemos aos aspectos concretos de suas mentalidades e comportamentos. As questões centrais tratadas são: os horizontes de vida e de interesse das pessoas, restritos às questões pessoais, familiares e imediatas; a estigmatização social dos pobres; a interiorização dessa estigmatização, que está na origem de uma autopercepção negativa como grupo e um alto limiar de resignação diante das dificuldades; a falta de experiência coletiva e a busca de líderes fortes e “salvadores” (o que existe, de forma variada, na tradição das sociedades que possuem um Poder Público frágil). Deve-se dizer, todavia, que vários traços que serão propostos, a seguir, como característicos da pobreza (a partir do exemplo de Vila Verde), são sobretudo questões humanas, acentuadas pela pobreza.

Horizontes de vida e de interesses dos habitantes

As respostas dos habitantes para algumas questões do questionário inicial já mostram que seu interesse majoritário é ligado às questões próximas, imediatas. Gramsci falava de uma “visão de mundo interior”, que jamais ultrapassa os muros da casa (GRAMSCI, 1966). Esse conceito certamente pode ser utilizado para falar dos pobres, mas também de outras categorias sociais. Essas respostas serão agora apresentadas para, em seguida, serem discutidas, com base também em situações vividas e

conversas tidas com os habitantes durante a experiência-piloto.

Essas respostas são próximas do que foi observado nas conversas no bairro. Os assuntos de conversa das mulheres, por exemplo, são mais ligados à vida privada, aos problemas de família e da casa, às crianças, a seus amores; elas falam também de notícias da vizinhança e do que aconteceu nas novelas. Os homens discutem nos bares e seus assuntos são mais vastos, pois eles falam também de política, embora o assunto preferido seja o trabalho (ou antes, sua falta) e o futebol. A religião também é um tema muito debatido pelos homens e mulheres, quando eles são ligados às religiões pentecostais.

Tabela 8
“Quais são seus três primeiros assuntos de preocupações?”

Preocupação	Citada em primeiro lugar	Citada em segundo lugar	Citada em terceiro lugar
A família	50,0%	—	—
A sobrevivência	35,1%	35,1%	—
Os problemas mundiais	8,8%	7,0%	6,1%
Os problemas do Brasil	0,9%	14,0%	1,8%
O futuro dos filhos	2,6%	31,6%	35,1%
O bairro	0,9%	2,6%	42,1%
Nada	1,8%	9,6%	14,9%

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 9
“Qual é o grau do seu interesse pelas informações televisivas?”

Assunto	Muito	Pouco	Mais ou menos
Vizinhança e Bairro	64,9%	12,3%	22,8%
Salvador e Bahia	53,5%	13,2%	33,3%
Brasil e o mundo	54,4%	14,9%	30,7%

Fonte: pesquisa de campo.

É preciso dizer também que a idéia de um horizonte de interesse restrito e imediato não implica um julgamento negativo sobre a capacidade de raciocínio ou sobre uma “banalidade” deste. A maneira como as pessoas pensam mostra-se perfeitamente lógica e em acordo com suas necessidades, observando-se que suas estratégias de vida são perfeitamente inteligentes e adaptadas. Trata-se de uma espécie de resignação no sentido etimológico do termo, em latim, *resignare*, que quer dizer “dar um outro sentido” ou “re-interpretar” os dados da vida de uma maneira adaptada às possibilidades de intervenção de cada um. Fala-se de horizontes de interesse restrito do ponto de vista que nos interessa aqui: a cidadania, o compromisso histórico perante a sociedade, que nem todos se sentem capazes de estabelecer.

A vontade de alargar os horizontes de vida é aliás evidente em várias situações. Por exemplo, uma das respostas à pergunta “sobre o que você gostaria de discutir”, foi “sobre tudo que me faça aprender mais”. As respostas à questão referente à Tabela 9 mostram que a maioria das pessoas se interessa muito por todos os assuntos apresentados. Quanto ao “apetite educativo”, do qual fala Paulo Freire, pude também constatá-lo fora das atividades da experiência-piloto e durante os cursos da escola comunitária. O fato de as pessoas adorarem as novelas é também revelador de uma maneira de fugir desse universo restrito.

Do que foi observado em campo, deduz-se que, mais do que uma “cultura da pobreza”, defendida por Lewis (1972) existe uma “cultura do oprimido”, como diria Paulo Freire. As condições de vida que levam a esse horizonte

estreito são árduas, e isso é um dado a mais da opressão. Pude observar em campo que a vida material leva à limitação de interesses, que as preocupações cotidianas ocupam a maior parte do tempo das pessoas. Todavia, essa não é uma situação determinada somente pelas condições econômicas, vários outros fatores aí interferem.

Dentre as condições objetivas que constituem esse estado de coisas, podemos citar: 1) preocupações com a sobrevivência, que absorvem o indivíduo; 2) fraca escolaridade; 3) isolamento físico e social e falta de informações; 4) sentimento de impotência perante as questões que ultrapassam o seu cotidiano.

Vejamos agora cada um desses dados constituintes do modo de vida e que condicionam esse horizonte de interesse restrito.

As preocupações com a sobrevivência ocupam o tempo e o espírito das pessoas e condicionam seu olhar sobre a vida

Como vimos, o cotidiano dos pobres é marcado pela precariedade, em diferentes graus, certamente, mas também por uma luta pela sobrevivência ou, no melhor dos casos, pela busca de uma vida digna. Com relação ao dado “tempo” no horizonte de interesse das pessoas, percebe-se que a fixação em um horizonte imediato está vinculada às situações de provisoriade que são constantes, causadas pela intermitência do trabalho, pela fragilidade dos pagamentos, etc. Segundo o questionário aplicado, 57% das pessoas do Vila Verde têm um horizonte estreito (36,8% no dia de hoje; 20,2% no ano em questão) e 43% pensam no futuro a

médio ou longo prazo. Isso quer dizer que é mais natural pensar no dia seguinte do que fazer planos de longo prazo, pois, diferentemente do que acontece nas classes sociais mais abastadas, o futuro para os pobres implica frequentemente um maior número de fatores imponderáveis. Assim, o horizonte de interesse restrito no tempo seria uma estratégia de adaptação perfeitamente racional.

Assim, não poderíamos mais dizer como Beaumarchais, em seu *Barbeiro de Sevilha*, que só os indivíduos sem nenhum problema pessoal poderiam se ocupar dos problemas dos outros. Isso pode ser verdadeiro em vários casos, mas exemplos contrários foram observados no bairro. Às vezes, ocupar-se dos outros é uma maneira de dar sentido à própria vida. Certamente, tudo depende do indivíduo, de sua história, de seus valores. Para simplificar, digamos que condições materiais precárias constituem uma condição restritiva à construção de um horizonte de interesse vasto e de longo prazo.

A baixa escolaridade tem como efeito um difícil acesso à cultura escrita e dificulta o conhecimento aprofundado da realidade

Não se falará aqui das conseqüências nefastas da fraca escolaridade no que diz respeito à cultura, pois são muito evidentes. De todo modo, é preciso lembrar que para o indivíduo pouco escolarizado a percepção do mundo é restrita à cultura oral do meio e da televisão ou do rádio. Entretanto, é preciso destacar um aspecto menos discutido, que é a vivência do ambiente da escola. Não ter feito um esforço consciente e

contínuo para adquirir o saber, mesmo o mais simples, tem como efeito o desconhecimento dos mecanismos de “aprender a aprender”. Além disso, a disciplina, o tempo dedicado ao conhecimento e toda a dinâmica do que se passa em uma sala de aula configuram também a visão do mundo e o comportamento. A leitura, por exemplo, é um hábito que adquirimos ou não; a curiosidade também pode ser mais ou menos favorecida pela vida em sociedade.

No caso dos analfabetos, não se trata somente da ignorância de uma técnica, adquirida para uma função utilitária – ler e escrever. O desconhecimento dessas técnicas tem repercussões cognitivas importantes, no sentido da “leitura da linguagem como leitura do mundo” (MACEDO e FREIRE, 1990). Para esses autores, não é possível passar à leitura da palavra sem antes ter passado por uma decifração da realidade. Assim, dominar os mecanismos de ler e escrever é um “aspecto essencial do que significa ser um agente individual e socialmente constituído” (GIROUX, 1990).

Além do horizonte restrito de interesse, verificou-se uma dificuldade para compreender as coisas em suas relações de causa e efeito. É o que Paulo Freire chamou de “consciência intransitiva” ou ingênua, em que o indivíduo apenas percebe o tempo passar, sem conceber o significado dramático dessa passagem, mesmo quando sofre suas conseqüências. Assim, é freqüente que as pessoas não percebam os mecanismos estruturais que condicionam suas condições de vida ou que dêem explicações superficiais e mesmo fantasiosas para os fatos da vida corrente.

No questionário inicial, apresentamos três pares de bairros, sendo que apenas um desses

era composto de bairros com diferenças sociais bem marcantes, e perguntamos qual era o par menos homogêneo. Se a maior parte das pessoas deu a resposta correta, houve também 35% de respostas erradas, demonstrando a dificuldade de alguns em identificar as desigualdades urbanas aparentemente evidentes. No questionário final, reolocamos a pergunta, mas pedindo às pessoas para explicar a diferença. Um entrevistado fez a seguinte observação: “Barra e Malvinas? Nada a ver. Na Barra as pessoas são muitas civilizadas, o aperfeiçoamento do bairro se dá em ordem. Malvinas é um bairro desorganizado, as pessoas não sabem viver juntas”. A desigualdade das condições de infra-estrutura e do conforto das casas é vista como desencadeada pelas qualidades morais dos habitantes e não pelas condições estruturais da sociedade. É importante guardar na memória esse exemplo, pois a lógica da resposta poderá ser compreendida melhor mais tarde quando trataremos da estigmatização dos pobres.

O isolamento físico e social e a falta de informações impõem uma exclusão sociocultural

O Vila Verde, como outros bairros pobres, é isolado da cidade e as condições econômicas condicionam as pessoas a permanecer nele por muito tempo, sobretudo os homens e mulheres desempregados. Esse isolamento configura-se numa barreira a qualquer novidade e ao acaso, que são típicos da vida nos grandes centros urbanos e, assim, usuais para os que aí transitam. Dessa forma, muitos habitantes dos bair-

ros pobres – principalmente os que não trabalham na cidade – vivem como se morassem em vilarejos, imersos na limitação e previsibilidade que isso significa.

A condição de isolamento faz com que haja no bairro características próximas daquelas das instituições “totais” – asilos, conventos, etc. – onde a continuidade de um só papel social e a impossibilidade de variar os contatos levam a uma certa saturação (GOFFMAN, 1968). Os contatos familiares e de vizinhança imediata também são muito próximos, devido às condições materiais do habitat, pequenas residências com alta densidade. Essa possibilidade de variar de papel social – que é freqüente na elite, qualquer um podendo ser, ao mesmo tempo, profissional, mãe/pai de família, membro de uma associação, jogador de vôlei em uma equipe, etc. – falta na vida dos pobres e pode acarretar certa agressividade. Para compreender esse dado não é preciso comparar mecanicamente as necessidades das pessoas que sempre tiveram papéis alternativos a desempenhar com aquelas das pessoas que tiveram poucos papéis em toda sua vida. Estes últimos talvez tenham construído alternativas particulares, como ter uma cultura de convívio diferente daquela das classes ricas.

Um outro aspecto da questão aqui tratada é o isolamento social *vis à vis* das pessoas que poderiam aumentar o horizonte de interesse dos habitantes graças a conversas e opiniões diferentes, enriquecedoras. Desse ponto de vista, há uma certa homogeneidade no bairro e, assim, são menores as possibilidades de surgirem novas questões. Uma conversa sobre as novidades da informática ou sobre o cenário cultural, por exemplo, é inacessível aos pobres, pois eles não

têm, geralmente, relações com pessoas que trabalham nessas áreas.

A falta de conhecimentos variados e aprofundados é uma constante na vida dos pobres, o que se deve não somente à baixa escolaridade que acabamos de mencionar, mas também às condições econômicas das pessoas. Assim, é difícil o acesso aos produtos culturais de qualidade, pois é preciso pagar por eles; mesmo quando se trata de programações gratuitas, o custo do transporte é um impedimento. Existem ainda as restrições materiais, mesmo para se ter acesso à informação, às vezes superficial, da TV e dos rádios. Esses veículos de comunicação estão presentes (81,6 % das casas possuem um aparelho de rádio e 69,3 % uma televisão), mas 30% das casas não possuem um aparelho televisor. Diferentemente de noutros contextos, pode-se dizer com certeza que, no caso brasileiro, não possuir uma televisão não é uma escolha das famílias, pois, assim que há uma melhoria nas condições de salário (ou de crédito) populares, a TV é um dos primeiros bens adquiridos.

A escolha da programação da TV influi sobre o nível de qualidade das informações recebidas. Para compreender não só essa escolha como outras condutas é preciso levar em consideração o fator psicológico, pois é necessária uma energia particular para se sobreviver sem se deixar abater pelas condições de pobreza. As preocupações com a sobrevivência levam as pessoas a procurar uma informação mais leve, que

lhes permita fugir dos próprios problemas. Isso é confirmado pelo grande interesse dado às novelas, que são dramáticas, mas onde o toque de humor e romance é sempre presente, podendo dar ainda a ilusão, àqueles que as acompanham, de fazer parte do mundo das elites que elas descrevem.

Tabela 10
Em suas fontes de informação (TV sobretudo), quais são os assuntos que mais lhe interessam (em porcentagem)?

Programa	Em 1º lugar	Em 2º lugar	Em 3º lugar	Em 4º lugar	Sem resposta
Esporte	18,4	17,5	17,5	30,7	15,8
Polícia	12,3	20,2	29,8	18,4	19,3
Noticiários	44,7	21,1	7,9	13,2	13,2
Novelas/Filmes	25,4	22,8	23,7	15,8	12,3

Fonte: pesquisa de campo.

Com mais de 66% de respostas indicando o primeiro e o segundo lugares, os habitantes de Vila Verde mostram seu apego, como o resto do Brasil, ao jornal das 20:00h. A participação nessa “grande missa” é, além da principal forma de informação, um laço importante que liga cotidianamente os habitantes do Vila Verde a todos os outros brasileiros, ricos ou pobres. É natural que a população pobre, particularmente na Bahia, tenha fontes próprias de informação oral, especialmente aquela ligada à cultura afro-brasileira – ao candomblé e às canções, por exemplo, que são muito ricas. Entretanto, tratamos aqui de uma amplitude cívica, e se essa cultura de fundo tem sua função importante em termo de identidades, ela não consegue constituir por si mesma uma possibilidade de exercício de cidadania.

O sentimento de impotência perante as questões que ultrapassam o cotidiano se reflete no horizonte de interesse pessoal

Esta última condicionante do horizonte restrito de interesse já se aproxima do tema da vida subjetiva das pessoas, que será discutido a seguir. A falta de interesse pelas questões mais vastas vem também de um sentimento de impotência, o de não poder intervir em outras instâncias além do domínio privado. Por exemplo, quando perguntados a respeito dos projetos para o futuro, 95,6% deles tinham planos para suas casas (aumento, melhoria); apenas 25,1% referiram projetos relacionados ao bairro, e 24,6%, para sua rua.

O sentimento de não ter controle sobre seu destino, exceto no que concerne a questões muito pessoais, faz com que o amor e o sexo ocupem o centro de numerosas discussões no meio popular. Mas isso também é uma característica de outros meios sociais, em que a dimensão coletiva da vida é menos exercida ou quando não há outras possibilidades de realização pessoal. Como foi dito, trata-se, novamente, de uma arrumação lógica para se sair da impotência: o indivíduo restringe seus interesses aos âmbitos sobre os quais ele tem algum controle, como, por exemplo, sua vida pessoal.

III – A estigmatização dos pobres

Serão tratados agora alguns aspectos antropológicos da pobreza, que estão na base das dificuldades do trabalho coletivo. Para compreender o que significa ser pobre recorreremos aos estudos de Erving Goffman sobre os deficientes físicos, considerando as similitudes na vivência das duas situações concretas. Segundo GOFFMAN (1975), a palavra estigma tem uma origem grega e se referia, na antiguidade, a um sinal corporal particular, através do qual se queria deixar evidente algo de mal ou de extraordinário sobre o estatuto moral de alguém. O termo será utilizado no sentido atual mais corrente, para se referir à identificação condenatória *a priori* de uma pessoa ou de um grupo (Dicionário Aurélio).

Dizer que os pobres são estigmatizados na sociedade capitalista não é uma novidade, vários autores já o fizeram antes. Mas se os pobres são estigmatizados, do que são eles acusados? De serem pobres e potencialmente perigosos. A ideologia difundida por muito tempo em nossas sociedades – apesar das resistências a tal noção ao longo da história e de mudanças recente na abordagem do problema – é de que os pobres são pobres por sua própria culpa, por sua ignorância, por sua incapacidade, por sua falta de esforço para progredir ou mesmo pela cor de sua pele. O problema social da pobreza é pouco reconhecido e é considerado como de responsabilidade individual. A identificação

condenatória dos pobres como “violentos” tem uma história própria, da qual essa identificação com as “classes perigosas” na Paris do século XIX é apenas uma parte (CHEVALIER, 1978).

Para compreender a estigmatização dos pobres na sociedade brasileira, é necessário lembrar alguns dados históricos, que são também verificados em outros países.

n A escravidão, que durou 400 anos e cuja extinção, há cerca de 115 anos, não foi suficiente para extinguir sua influência, suas formas persistindo ainda em algumas profissões. Esse passado escravagista e a concepção religiosa do trabalho como um castigo originaram o desprezo da elite pelo trabalho manual repetitivo – e, conseqüentemente, pelas pessoas que o exercem – o qual ainda subsiste (DA MATTA, 1986).

n A inexistência de uma consciência republicana e a ausência de um serviço público funcional que fariam com que a pobreza fosse vista como um problema de sociedade a ser tratado estruturalmente pelas instituições responsáveis, sob a responsabilidade de toda a sociedade (LEEDS e LEEDS, 1978). A herança de um estado patrimonialista que cria e mantém na dependência da boa vontade dos ricos e poderosos, políticos, administradores, “coronéis”, etc., os desprovidos (FAORO, 1987).

n As idéias religiosas, que fazem aceitar a pobreza como um sofrimento que será recompensado no além.

Como na Grécia, a estigmatização começa pelo visual. O primeiro sinal visível da condição de pobreza é a cor da pele e os cabelos cacheados. Se no Brasil as estatísticas mostram que os negros e mestiços são mais pobres que os outros, isso é ainda mais verdadeiro em Sal-

vador. O segundo sinal pode ser então o das roupas, seja porque são muito utilizadas e perderam a cor e a forma, seja porque não estão na moda ou porque o corte, o acabamento ou o material “denunciam” que são de baixo preço, adquiridas em lojas populares ou camelôs. O terceiro sinal é a saúde: a pobreza se lê nos corpos, na pele e no rosto. Os pobres têm mais dentes cariados ou ausentes e lesões visíveis na pele, e apresentam, em vários casos, magreza ou obesidade devido a uma má alimentação.

Outros sinais podem ser perceptíveis – antes de tudo, o lugar onde as pessoas se encontram, pois a cidade é segregada e os pobres não estão presentes em todos os seus espaços. Em seguida, o modo de falar, as falhas nas concordâncias verbais e nominais e o desconhecimento de coisas simples, como o funcionamento de um telefone celular ou outro objeto caro. É bem evidente que todas essas características não são encontradas nem em todas as pessoas nem em todos os grupos. Trata-se aqui de um esforço para tentar deixar claros na imaginação do leitor sinais que ele, com certeza, já tinha percebido, mas talvez sem inventariá-los.

A estigmatização é também uma relação social. Goffman comenta que “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar normalidade em outro” e, desta forma, observa-se que, freqüentemente, aquele que estigmatiza quer manter o afastamento entre si mesmo e o outro para se tranqüilizar a respeito de sua “normalidade”. No caso da estigmatização da sociedade brasileira relativamente aos pobres existe o desejo da elite de não se confundir com esses e de consolidar a diferença de classe. O exemplo da moda ilustra bem os mecanismos de estigmati-

zação, principalmente porque se trata de um exemplo visual por excelência. Zaluar (1985) refere-se à rapidez com a qual as coisas “da moda” ficam *demodées*, para não serem imitadas a tempo, e explica que se trata de um recurso encontrado pela elite para “evitar esta insuportável confusão social e manter os meios simbólicos de continuar a marcar as diferenças de classe”.

O comportamento da elite perante os pobres, ou dos “normais” perante os “estigmatizados” decorre de um mecanismo descrito por Goffman:

“Por definição, está claro que acreditamos que alguém que tem um estigma não é completamente humano (...). Nós construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo que ele representa, racionalizando assim algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, como as de classe” (op. cit.).

Essa animosidade ou incômodo social é perceptível em várias situações; uma estratégia para evitar o incômodo pode ser ignorar os pobres ou se afastar deles. O exemplo no espaço público é a estratégia de evitar o contato, quando a pessoa fecha os vidros do carro para não ser abordada ou evita alguns locais da cidade onde os encontros interclasse seriam mais prováveis. É possível que, em alguns casos, esse comportamento dos “normais” seja decorrente do medo (dada a associação estabelecida entre pobre e malfeitor) ou mesmo de um certo sentimento de culpa.

A interiorização do estigma

Como reagem os pobres à sua estigmatização? Segundo a literatura e a experiência de campo, é possível dizer que existem pelo me-

nos dois tipos de reação. De um lado, há uma interiorização do estigma que parece ser largamente difundida e que se poderia classificar como uma reação conformista ao modelo social. De outro lado, existe uma consciência de que se é posto à margem da sociedade, ou seja, há uma reação mais crítica, que pode desencadear reações de resistência, como a luta política (CHAUI, 1986), ou de revolta, como a marginalidade (ZALUAR, 1985). Essas reações não são excludentes.

Para falar das atitudes menos conformistas à condição de pobre, as análises dos pesquisadores que estudaram a pobreza e a cultura popular parecem mais pertinentes que as de Goffman, pela origem da estigmatização. O estigmatizado por deficiência física deve enfrentar um tipo de má sorte “da natureza”, pela qual ninguém pode reprová-lo, enquanto os pobres seriam vítimas de uma falta de sorte social, pela qual a sociedade poderia ser reprovada. Entretanto, como visto, não é freqüente que os pobres estabeleçam uma relação de causa e efeito tão clara entre sua pobreza e a estrutura econômica e social do contexto em que vivem. Assim, se se pode dizer que as estratégias dos pobres giram em torno de dois pólos, resistência e conformismo, a análise de Goffman mostra-se pertinente apenas no segundo caso.

A interiorização do estigma foi abordada por Paulo Freire, quando ele diz que os oprimidos, “de tanto escutar que eles são incapazes, que não servem pra nada, que não sabem de nada, que são doentes, preguiçosos, que não produzem bem, acabam por se convencer de sua ‘incapacidade’” (FREIRE, 1982). Goffman vai no mesmo sentido quando afirma que as prescrições

vindas da sociedade inteira, que o estigmatizado incorporou,

o deixam intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito e isso o leva, inevitavelmente, ainda que somente por alguns momentos, a concordar com o fato de que, afinal de contas, ele ficou abaixo do que deveria estar (GOFFMAN, 1975).

As estratégias que provêm da interiorização do estigma podem ser variadas. No pólo do conformismo, o pobre tenta retirar alguns benefícios da sua condição. Goffman nomeia essa atitude de “aceitação” – o estigmatizado tenta descobrir como pode obter “o respeito e a consideração” que não obtém naturalmente. A “vitimização” e a “**compensação por ganhos secundários**” são algumas das tendências decorrentes da aceitação.

A **vitimização** é uma atitude mais frequente e encontrada na estratégia da mendicância. Pôde-se observar, em vários exemplos, no bairro, quando os habitantes, diante de alguém *visivelmente* não-pobre (de mim, por exemplo, mas também de outros), desenvolviam o discurso da vítima, como um mendigo. Do ponto de vista da cidadania, a “vitimização” é uma estratégia perversa, pois leva a sociedade à comiserção e à caridade para com os pobres, o que reforça os mecanismos estruturais de ausência de direitos.

Segundo Goffman, a **compensação por ganhos secundários** é uma outra forma dos estigmatizados se adaptarem à sua condição e ocorre, seja através de uma **correção de maneira indireta**, seja através da crença em uma **benção secreta**. Em campo, observamos que a busca dessas compensações é menos frequente do que a vitimização, provavelmente porque elas estão menos de acordo com a expectativa da sociedade relativamente aos pobres.

A **correção de maneira indireta** pode ser encontrada no esforço para se sair da dificuldade de material e do estigma. Exemplos: a opção pelo crime, com as compensações materiais possíveis, assim como a opção pelo engajamento em alguma forma de busca de melhoria da vida coletiva, atitude que é reforçada pelo prestígio moral que pode acarretar. A crença numa **benção secreta** como pobres é encorajada pelas convicções religiosas, tais como as do cristianismo, segundo o qual “é mais fácil para um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que para um rico entrar no reino dos céus”. É o caso também das igrejas pentecostais que insistem na existência de um povo eleito – seus crentes, os “irmãos de fé” – merecedor da confiança e do auxílio mútuo para progredir em todos os campos, inclusive na política.

Um outro aspecto do problema da interiorização da estigmatização pelos pobres é a existência de um “limiar de resignação” ao sofrimento – definição de um limite de miséria que as pessoas podem suportar – muito alto, se comparado ao de outras categorias sociais mais favorecidas. Assim, os equipamentos públicos, como as escolas, as creches e, principalmente, os lazeres públicos, são ainda considerados como um verdadeiro luxo nos bairros mais pobres e as pessoas dificilmente se mobilizam para reivindicá-los. Todavia, os problemas situados antes desse “limiar de resignação”, como o acesso a um alojamento ou à água, provocam normalmente a revolta. As invasões de terreno são um exemplo. Salvador e várias outras cidades brasileiras têm uma boa parte de sua superfície ocupada pelos bairros de invasão (MALHEIROS, 1990; GORDILHO SOUZA, 1990) e isso

ocorre apesar da dureza das leis que protegem a propriedade privada e das perseguições que se seguem a essas ações. No próprio bairro de Vila Verde, cuja população era recém-chegada e pouco organizada, pôde-se encontrar exemplos que permitem constatar os limites desse limiar de resignação. Assim, quando houve uma interrupção no fornecimento de água, por exemplo, um motim se produziu no bairro. O primeiro questionário nos mostra que apenas 17,5% dos habitantes se colocam contra a ocupação de terrenos vazios em seu loteamento, o que significa uma aceitação das invasões. Como observou um entrevistado, *“cada família tem direito a um abrigo”*.

O sentimento que pode desencadear reações dos pobres perante a dureza de suas condições de vida é a percepção do lugar deles no sistema a que pertencem. Numerosas canções populares simbolizam, por exemplo, os valores correntes e às vezes não-explicitos na sociedade. Uma canção antiga e muito famosa, regravada com sucesso pelo cantor Gilberto Gil, exprime um sentimento popular diante da pobreza:

*“Madalena chorava
sua mãe consolava
dizendo assim:
– Pobre não tem valor
pobre é sofredor
e quem ajuda é o Senhor do Bonfim”*

É a partir dessa percepção dos pobres do seu estatuto na sociedade que pode nascer uma consciência dos fatores estruturais que produzem sua condição de oprimidos (ou de explorados). Ela pode ser o ponto de partida da formação de uma

consciência de classe de que fala Thompson (1988). Entretanto, para que esse processo de “conscientização”, como diria Paulo Freire, possa acontecer, seria necessário ultrapassar todas as consequências sociais da interiorização do estigma, que discutiremos a seguir.

Consequências da interiorização do estigma

A auto-imagem negativa do grupo

A interiorização do estigma atinge tanto os indivíduos pessoalmente como o grupo do qual o estigmatizado faz parte. O comportamento do estigmatizado perante os outros “estigmatizáveis” é muito ambíguo, pois estes últimos são, ao mesmo tempo, companheiros de infortúnio e aqueles que confirmam a existência dos seus “defeitos”. Na interpretação de Goffman: “Seu grupo real é, na verdade, a categoria que pode servir ao seu descrédito”. Paulo Freire faz a mesma observação: “O comportamento do oprimido é um comportamento prescrito”, pois os oprimidos “hospedam neles o opressor” e tendem a agir da mesma forma quando estão em posição de fazê-lo. “Os camponeses que, promovidos a feitores, não se tornam opressores tão duros quanto seus patrões são raros” (FREIRE, 1982).

As respostas dos entrevistados do bairro Vila Verde sobre as pessoas admiradas por eles são reveladoras do estigma de raça e classe social que existe entre os próprios pobres e da ambivalência que eles carregam. Quando perguntamos “Qual é a pessoa que você mais admira?”, as respostas, conforme visto, freqüentemente dizem respei-

to aos artistas, mas são de dois tipos. Quando falam de uma pessoa de cor branca, dizem “*Eu admiro Xuxa porque ela é fofa*”, “*Admiro Tarcísio Meira porque ele faz bem seu papel na TV*” ou “*Admiro o Celulari porque ele é maravilhoso*”. Entretanto, se falam de um negro ou de um mestiço, como Mike Tyson, Martinho da Vila ou Djavan, eles não fazem observações diretas sobre seu trabalho – ou as fazem depois – mas dizem que essas pessoas são “esforçadas” ou que não têm “besteiras”. Por exemplo, “*Eu admiro Lazzo (cantor e compositor baiano, negro) porque ele é humilde, ele veio ‘de baixo’, ele ficou famoso e apesar disso ele não tem ‘besteiras’*”.

A interiorização do estigma pode criar um desprezo por si e pelo grupo (GOFFMAN, 1975; FREIRE, 1982). Uma das reações possíveis é a de querer se identificar com os “ganhadores” da sociedade. Paulo Freire diz que o ideal dos oprimidos “(...) é realmente serem homens, mas ser homem para eles – na contradição na qual eles estão mergulhados e cuja superação não está à vista – significa serem opressores”(op. cit.). Goffman descreve o mecanismo de aliança com os normais, em que o estigmatizado quer se distinguir do seu grupo: “É provável que quanto mais o indivíduo se alie aos normais, mais ele se considere em termos não-estigmáticos, apesar de existirem contextos em que o oposto parece ser verdadeiro”. Segundo Goffman, o indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus “pares” de acordo com o grau de visibilidade de seu estigma. Ele pode então tomar atitudes típicas dos “normais” perante os seus semelhantes, ainda mais “estigmatizáveis” do que ele. Um exemplo presenciado repetidas vezes em campo foi a atitude

de depreciativa de um mestiço perante um outro mestiço de pele mais escura que a sua.

A outra face do mecanismo de identificação com os poderosos é a vontade de se distinguir do que eles acreditam ser a verdade sobre seus pares. Nos primeiros contatos com os habitantes do bairro, por exemplo, quando eles ainda falavam muito do período em que ficaram nos abrigos provisórios – onde houve vários episódios de vandalismo, roubos, etc. – as pessoas diziam: “*Nós somos pobres, mas cada um tem sua moral*”, ou “*Estávamos todos lá, mas cada um ao seu modo de agir*”, ou, ainda, “*nós somos pobres, mas não somos todos marginais*”.

Esse fenômeno foi observado também através das modificações externas que foram feitas nas casas, desde a chegada das pessoas no bairro. Parece que, em muitos casos, o fato de embelezar as casas servia para se diferenciar da pobreza predominante. O valor simbólico desse ato é ainda mais evidente, pois, para várias famílias, fazer modificações nas casas implicava abrir mão do atendimento a necessidades essenciais. Outras intervenções, relativas à segurança das casas, revelam que as famílias com um pouco mais de dinheiro se sentiam, de alguma forma, ameaçadas por esses vizinhos imediatos ainda mais pobres. Esse fato foi muitas vezes confirmado pela fala dos moradores. Por outro lado, muitas vezes comentou-se, orgulhosamente, que, por ser legalizado, mesmo pobre e periférico aquele bairro seria muitas vezes melhor que o bairro originário de invasão, situado na colina fronteira.

A ambivalência para com os seus semelhantes tende a desaparecer quando a intimidade pessoal se estabelece. Antes de haver ligações sólidas entre as pessoas, uma visão impessoal e

depreciativa dos vizinhos era possível. A princípio, as pessoas falavam umas das outras como de um grupo mais ou menos homogêneo de “pobres”, e não como de pessoas conhecidas. Para com “os outros” havia uma intolerância pelos erros mais simples. Assim, um atraso ou falta nos *mutirões* era visto como prova de irresponsabilidade “*dessa gente*”, mesmo por parte dos que haviam tido o mesmo comportamento antes. O mesmo ato poderia ser perdoado mais facilmente caso se tratasse de alguém próximo.

Os exemplos de conversas que revelam a existência de uma imagem negativa do grupo são numerosos. Durante a organização da associação, que iremos descrever a seguir, eram frequentes os comentários maldosos de que as pessoas que se interessavam pela atividade teriam interesse em “*aparecer*” e conseguir benefícios secundários da organização. As atividades pedagógicas e ações coletivas, que serão comentadas mais adiante, foram palco de exemplos interessantes.

Uma mulher, na primeira reunião dos moradores: *“As pessoas daqui não são sérias. As mães vão aproveitar da existência da creche para passear, e não para trabalhar”*.

Nas discussões do mutirão para a construção dos passeios de todas as casas do bairro, alguém disse: *“O mutirão não vai funcionar, pois cada um vai sair assim que o passeio de sua casa estiver pronto e não ajudará os outros”*.

Ainda nas discussões do mutirão: *“É necessário que haja alguém da Prefeitura para vigiar os trabalhos do mutirão senão haverá problemas. É melhor que tenha alguém de fora para comandar”*.

Nas discussões sobre a creche, a opinião seguinte era muito difundida: *“As mães não vão cuidar dos filhos dos outros, elas vão bater nas crianças e tomar conta apenas dos seus”*.

Ou ainda, em um dos mutirões para arrumar a creche: *“Não se deve deixar nada na casa da creche, pois as pessoas vão roubar tudo. As pessoas daqui são o que há de pior na sociedade”*.

Por outro lado, várias vezes ouvi comparações entre meu mundo – segundo eles o dos “brancos e dos ricos” – e o mundo deles “dos fracos, dos pobres”. Quando eu citava, como exemplo para a organização da creche, um procedimento existente nas creches do “meu meio”, eles não aceitavam o argumento, dizendo que para pessoas ricas era diferente, pois são “bem-educadas”.

O apoio a líderes fortes

A interiorização do estigma faz com que as pessoas esperem dos líderes que eles sejam diferentes delas próprias, mais próximos do modelo “bem-sucedido” da sociedade. É verdade que, em sua ascendência sobre os outros, todos os líderes se distinguem por características concretas, mas este fato pode ser realçado ou não pelo líder. Se há rejeição a um líder originário do meio popular e que quer se manter próximo do modo de vida e comportamento das pessoas comuns, as conseqüências da interiorização do estigma se tornam problemáticas para a cidadania.

Em um bairro popular, de uma maneira geral, o líder é mais escolarizado e seu nível salarial é um pouco maior. Pela sua vivência pessoal e suas características próprias, o líder é alguém que possui uma visão de mundo alargada com relação aos outros habitantes. Ele tem também capacidades pessoais particulares, como a de convencer, seja pela sinceridade e o exemplo – a persuasão – seja pela autoridade que inspira.

Ele se distingue dos outros por uma perseverança particular na busca dos seus objetivos, e deve ter também uma certa capacidade de sacrifício pessoal, porque a liderança significa a saída do mundo privado para o engajamento nos problemas que dizem respeito aos outros. O líder fica à vontade em público e se distingue sem dificuldades da multidão, sendo capaz, dessa forma, de obter que as pessoas o escutem, o respeitem e o sigam.

Dois tipos de líderes foram identificados em campo: um, cuja ascensão sobre os habitantes é baseada na autoridade ou capacidade de comandar, e outro, que baseia sua ascensão na influência, ou capacidade de persuadir. Frequentemente, existe uma mistura dessas duas capacidades e os líderes foram caracterizados com base na preponderância do tipo de ascendência que eles têm sobre os habitantes: aquele que fundamenta sua liderança na autoridade é um líder “forte”, enquanto o que fundamenta sua liderança na influência é um líder “mobilizador”. O líder forte é o que pode convencer as pessoas de que ele tem um poder particular de melhorar suas vidas. O líder mobilizador é o que pode persuadir as pessoas que elas podem, por si mesmas, melhorar suas vidas. Fica claro, assim, que é este último que melhor pode contribuir para o sucesso de uma intervenção que busca impulsionar o aprendizado da cidadania.

Foi possível observar que o líder natural típico de um bairro como Vila Verde é sem dúvida alguma o líder forte. Em um ambiente de estigmatização, de interiorização da opressão e de identificação com os dominantes, é normal que o líder típico seja o que está em sintonia com as características tradicionais da sociedade,

autoritarismo e paternalismo, com as quais as pessoas estão habituadas. O líder forte seria assim legitimado pela tradição, mas isso não é suficiente para descrever suas características. Para exercer sua liderança, o líder forte é legitimado também pelo seu carisma. Segundo Weber (1991), a legitimação de um líder carismático vem de uma certa idealização que os adeptos fazem a seu respeito: trata-se de características não-cotidianas, não-medidas, vindas de um heroísmo, de uma graça qualquer. A interpretação que parece próxima em nosso caso é a do carisma como sedução, do que serão mostrados exemplos mais adiante.

O líder mobilizador, o que legitima sua liderança pelo seu poder de persuadir as pessoas, de mobilizá-las em uma luta baseada em suas próprias forças, é fruto de uma construção exterior à tradição do cotidiano. Ao contrário dos líderes fortes, os líderes mobilizadores têm necessidade de serem impulsionados para se distinguir. Sua legitimação parte de uma racionalidade dos “liderados” com relação ao interesse que eles têm de ter um líder assim. Esse tema será tratado sobretudo ao final deste livro, pois a construção desse tipo de líderes era um dos objetivos da intervenção e será examinada como resultado prático desta.

Concluindo essa distinção dos tipos de líderes, é interessante assinalar que, quando falamos de um líder forte, usamos o singular, pois é intrínseco àquele cuja ascendência baseia-se na autoridade o exercício exclusivo da inteira liderança em um grupo humano restrito. Se falamos de líderes mobilizadores, usamos o plural, já que eles não se excluem e podem se ajudar mutuamente na ação. Entretanto, a distin-

ção objetiva dos dois tipos de líderes pode levar a apreciações românticas de suas ações. Minha própria experiência mostra uma tendência, no início, a “angelizar” os líderes mobilizadores com argumentos puritanos. Assim, o líder forte pretenderia se distinguir por vaidade pessoal, enquanto o líder mobilizador atuaria por puro compromisso ideológico. A experiência de campo mostrou que é melhor entender os fatos sem maniqueísmo: existe certamente uma vaidade, uma vontade de poder, que impulsionam também o líder mobilizador.

As relações de liderança não podem ser compreendidas se observamos apenas um lado do problema: se existe um líder forte, que se sente lisonjeado pela tutela que exerce sobre os outros, existem, de outro lado, os “liderados”, que se eximem da responsabilidade de serem autônomos. O líder forte deve também demonstrar uma capacidade concreta de suprir necessidades dos seus “liderados” e mostrar que é capaz de agir para melhorar a vida das pessoas. Por exemplo, ao real poder que Aristeu – nome fictício de personagem importantíssimo do bairro – possuía, ele adicionava fantasias de poder. Assim, fazia as pessoas acreditarem que todas as melhorias no bairro aconteciam graças a seu trabalho e utilizava os contatos pessoais privilegiados que possuía para levar as pessoas a crerem, ávidas de referências, que ele era poderoso.

Aristeu fazia o papel de guardião dos “valores do bem”, além daquele de guardião da ordem, o que lhe era conferido por sua função de policial. Utilizava-se freqüentemente de fórmulas vagas, opiniões anônimas que não podiam ser contestadas, para transmitir sua própria opinião, tendo, assim, um lado autoritário. Essa ati-

tude pôde ser melhor compreendida pelas suas reações durante a realização das obras da creche e da escola, quando ele utilizava expedientes obscuros para tentar impedir o curso normal das iniciativas.

A imagem de autoridade que Aristeu tinha no bairro pode ser compreendida pelos argumentos dados pelos habitantes para justificar sua “respeitabilidade”, os quais recaíam em duas situações: aquela ligada diretamente à sua função de policial, que constituía sua imagem de “autoridade”, e aquela tirada de suas características pessoais, tais como seu charme, sua imagem de “líder paternal” e suas ações caridosas. Em um número significativo de respostas ao questionário (20 em 47), os habitantes justificavam seu respeito por Aristeu pela sua condição de policial – o rigor de sua autoridade é aí exaltado. Alguns não justificaram suas respostas, e outros misturam as duas imagens: *“Ele é o chefe dos vigias e ele ajuda a comunidade na medida do possível”*; *“Ele merece nosso respeito porque ele é devotado ao bairro e nos respeita a todos”*.

O fenômeno da liderança foi tratado por Weber (1991) com base na idéia de dominação, que seria “a probabilidade de encontrar obediência a ordens específicas”. Weber trata a dominação em um sentido mais amplo que o simples autoritarismo, fundamentalmente distinto de liderança, que significa mais a relação de um líder com os “liderados” que o aceitaram como tal. Ele fala assim da legitimação da dominação. Não existe, segundo Weber, dominação sem “um mínimo de vontade de obedecer, quer dizer, o interesse (interno ou externo) perante a obediência”. A legitimidade ou, pelo menos, uma crença nessa legitimidade, é procurada em

todas as formas de dominação, mesmo se existe também a autoridade imposta, aceita por fraqueza individual e/ou coletiva. Ainda conforme Weber, é a natureza das motivações ou dos interesses a obedecer que define a natureza da legitimação e, por consequência, os diferentes tipos de dominação. Existem motivações materiais, afetivas e as que são do âmbito dos valores. Essas motivações podem, naturalmente, coexistir em cada caso. Segundo o mesmo autor, existem três tipos puros de dominação legitimada: a dominação racional, a dominação tradicional e a dominação carismática. A dominação legitimada racionalmente é encontrada nas instituições de caráter legal; a dominação legitimada afetivamente é encontrada nas relações de respeito à pessoa, ligadas à tradição; a dominação legitimada pelo carisma é encontrada nos seguidores do líder que têm uma “graça” particular.

Em campo, foi possível observar o nascimento dos dois tipos de líder, que não são exemplos puros como os de Weber, mas cuja ascensão sobre os outros pode ser compreendida à luz das suas categorias. A emergência desses líderes e o reconhecimento de sua liderança pelos habitantes são reveladores de alguns valores fundamentais das pessoas em suas relações com o poder.

A experiência geral evidencia que os verdadeiros líderes carismáticos devem mostrar, ou simular, um amor profundo para com as massas “lideradas”. A compreensão tradicional do poder concebe que os pobres estejam sob a dependência dos poderosos e que eles nada podem fazer sem sua cumplicidade. A atitude de Aristeu era típica daquela dos líderes “populistas”: ele era, ao mesmo tempo, duro e simpático, vaidoso e afetivo, e dizia freqüentemente que era apenas sua presença que evitava a violência no bairro. Jamais mostrou interesse pelas

discussões comunitárias. Contrariamente aos líderes mobilizadores, o líder forte não é do tipo que pode trabalhar em equipe. Ele não sabe estimular o trabalho de cada membro de um grupo, tudo devendo estar sob o seu controle absoluto e seguir a sua visão das coisas.

A inveja despertada pelos líderes que se distinguem

Como visto, o típico líder de um bairro popular é o líder forte e sua ascendência sobre os demais não suscita inveja. Todavia, quando existe um líder mobilizador em ação, a atitude invejosa é muito freqüente. Esse comportamento é muito difundido e, mesmo se é também freqüente em outras classes sociais, parece que se torna mais agudo com a interiorização do estigma da pobreza. Várias hipóteses podem explicar a inveja relativamente aos que se distinguem: 1) a idéia de que o líder quer tirar proveito de sua condição, seja para se fazer perceber, seja para enriquecer ou, ainda, para chegar a uma posição de prestígio; 2) o sentimento de que se é ameaçado por essa posição de distinção do outro, porque se coloca em questão o seu próprio papel: “por que eu não sou destacado como ela?”⁹; 3) a inveja da posição do líder, pois

⁹ No princípio era difícil para mim – vinda de um outro mundo – entender os motivos de brigas entre as pessoas. O poder ligado a cada função – ser professora da escola, diretora da associação, “mãe da creche” (referente às fundadoras), etc., constituía, a meu ver, acima de tudo obrigações, dedicação, trabalho duro e não prestígio, honraria. Este erro só foi compreendido mais tarde quando o entendimento acerca da busca de reconhecimento foi se instalando e a visão sobre a disputa dos micropoderes disponíveis de serem exercidos no bairro foi se clareando.

esse se distingue também perante o animador externo, que é alguém amado e respeitado no meio. Essa terceira explicação é, na verdade, uma variação da segunda, que será discutida agora.

É provável que a lógica que está por trás da inveja seja a da diferenciação. Antes da ação conjunta dos habitantes era difícil reconhecer as diferenças de condição de vida e de personalidade em um meio caracterizado pela exclusão. Todos eram “os pobres”, para o observador externo e para eles próprios. Quando se dá início a um trabalho coletivo, certamente alguns se distinguem e é difícil para os demais suportar essa distinção, sobretudo se esses líderes são, normalmente, pessoas que se diferenciam do grupo também com relação à escolaridade, ao salário, à história de vida, etc.

Mas de onde vem esse medo da diferenciação? Como será visto com mais detalhes posteriormente, aquele que se distingue coloca o outro em situação de “falta de reconhecimento”, já que, segundo Todorov (1995), a base das relações humanas é a busca do reconhecimento do outro. No caso do bairro popular, ser líder significa ser reconhecido e os que também aspiram a ser líder sentem que o reconhecimento do outro impede o seu. Logicamente isso acontece somente num processo igualitário, do contrário é a lógica da dependência que prevalece, como no caso dos líderes fortes.

É claro que essa atitude invejosa não é a única. Existem pessoas que admiram os que assumem mais responsabilidades do que os outros e reconhecem que elas são úteis, pois fazem avançar as coisas, mobilizam os demais, os menos capazes ou menos disponíveis. Esses líderes são, às vezes, reconhecidos rapidamente,

e as pessoas aprovam sua dedicação, lhes rendem homenagens e os apoiam. Nesse caso, normalmente existe um reconhecimento mútuo, uma cumplicidade na ação, um “consentimento ativo”, em que líderes e “liderados” caminham juntos, cada um em seu papel, para um objetivo comum (GRAMSCI, 1966).

O problema da atitude invejosa é que normalmente provoca disputas no grupo, acarreta desavenças e, em consequência, a formação de “facções” – ela impede a constituição de uma “vontade coletiva” no sentido gramsciano. Na verdade, na maior parte do tempo não se trata nem de diferença de pontos de vista nem de método de ação, pois, num início de ação coletiva, as pessoas são ainda muito inexperientes para ter esse tipo de desentendimento. Trata-se realmente de desacordos de cunho pessoal. Os comentários malévolos daí decorrentes minam a confiança dos que são mais fracos no grupo de ação, e bloqueiam o processo. Os líderes emergentes se retiram frente à pressão dos oponentes, o vazio de liderança se instala de forma intermitente e, nesse caso, muitas vezes o animador externo é quem deve tomar a direção dos acontecimentos, até que a liderança se recomponha. De fato, esses líderes nascentes dizem: *“Não é justo se dedicar a uma causa coletiva, colocá-la na frente de nossa vida pessoal e ainda assim ser perseguido pelos outros”*.

Para as pessoas do bairro que não participam do trabalho comunitário é natural que as ações coletivas também se tornem tema de conversas: elas ouvem falar do assunto e, por sua vez, fazem seus comentários, pois se trata de uma novidade interessante. Esses “outros”, os que não são pessoalmente engajados, podem ter

reações positivas ou negativas, que também têm conseqüências sobre o trabalho comunitário. Se a reação é positiva, eles admiram uma tal audácia e torcem pelo seu sucesso, se colocando à disposição dos engajados para ajudar em pequenas coisas. Essa atitude favorece um bom ambiente e faz crescer a disposição do grupo que está em ação. Na atitude negativa, os habitantes falam malevolamente uns dos outros, mesmo dos que não conhecem, dizendo que essas pessoas são “bestas”, que perdem seu tempo, que isso não irá funcionar, que existem intenções escusas por trás, etc. São os boatos dos quais falamos anteriormente. A atitude negativa pode ser, mais uma vez, explicada pela inveja, com os mesmos fundamentos, mas é também tributária da estigmatização, ou seja, da desconfiança da capacidade do grupo de ultrapassar sozinho suas dificuldades. Para esses, crer que perderam logo toda a batalha é uma forma de evitar qualquer decepção e desconfiam ou zombam dos que não têm a mesma atitude.

A inexperiência em ações coletivas

A inexperiência da ação coletiva prolongada, consolidada em uma prática cotidiana, é assim um dado de base do quadro antropológico da experiência, que discutiremos em seguida. Isso conduz, como veremos, a uma busca de líderes fortes, que “salvem” as pessoas das suas misérias cotidianas. As origens dessa falta de organização coletiva e de participação são variadas. Se, de um lado, existe a tradição brasileira das relações de dependência e de tutela entre “poderosos” e “fracos”, outros aspectos contri-

buem igualmente. Muitas vezes, quando as possibilidades de participação se apresentam, a interiorização da estigmatização impede o indivíduo de se disponibilizar, bem como são empecilhos o desconhecimento dos rituais democráticos, as manipulações de todo tipo e a falta de conhecimento dos problemas internos de relações humanas em um processo coletivo.

A ação coletiva contínua está fora da vivência dos habitantes do bairro e não tem nada a ver com os hábitos das pessoas, embora elas tenham experiências pontuais de ação conjunta. Essa inexperiência da continuidade das ações, que foi percebida desde o começo, era um ponto de referência importante na experiência-piloto, que tentava justamente preencher essa falta. As atividades pedagógicas que foram desenvolvidas constituíram uma primeira etapa que devia ser seguida nas ações coletivas. Para as primeiras dessas ações (a eleição do nome do bairro e a organização da associação), mais simples e menos duradouras, os problemas identificados não se colocaram de maneira significativa. Entretanto, para a organização da escola e da creche, a inexperiência e as disputas entre os participantes foram fatores que, às vezes, impediam o processo de avançar.

À inexperiência das ações coletivas alia-se a passividade e, se não há uma intervenção externa, o ciclo vicioso pode facilmente se instaurar. É aí que deve entrar, segundo Gramsci, o intelectual orgânico ou o pesquisador engajado da pesquisa-ação, ou, ainda, o coordenador dos círculos de debate freirianos. Como visto também, a passividade deve-se à dependência histórica das populações pobres relativamente aos poderes públicos e às classes ricas. As pessoas são habi-

tuadas a esperar as ações sempre tardias dos poderes públicos ou o socorro pessoal da parte dos membros das classes ricas com quem mantêm relações mais estreitas. Assim, na maior parte dos casos, as pessoas sofrem em silêncio as suas necessidades e, quando esses serviços são finalmente implantados, adaptam-se em seguida ao seu modelo. O sofrimento mudo e a resignação ao modelo existente são os desafios da atitude dependente.

A proposição de uma ação coletiva contínua põe nas pessoas um desafio inteiramente novo: é necessário pensar e agir globalmente, ser ativo, ter iniciativa, espírito de negociação, perseverança, etc. Para organizar uma creche coletiva, por exemplo, será necessário encontrar um lugar para o seu funcionamento, mobiliá-lo, decidir o que fazer com as crianças ao longo do dia, encontrar meios para cuidar delas e as alimentar, e se colocar continuamente de acordo com as outras mães sobre a maneira de gerir. Isso já é uma proeza, mesmo para as pessoas mais ativas e experimentadas em iniciativas coletivas – para um grupo de mães pobres e inexperientes significa uma mudança de mentalidade e de prática que se dá com dificuldade.

É normal, portanto, que no começo do trabalho comunitário as pessoas ajam de maneira dependente, como se a responsabilidade para o seu sucesso estivesse em outro lugar: isso está em seus hábitos. Eles encontram rapidamente substitutos da “autoridade externa”, que vão tudo resolver para eles: seja o interventor – esta moça “branca” presente na reunião – seja mesmo uma habitante mais ativa – “aquela que se mete em tudo”, como alguns falavam de Ada, um outro personagem importante do bairro. Os

habitantes não se engajam inteiramente no êxito de uma ação comunitária, enquanto não tiverem aprendido o seu penoso senso de responsabilidade. É necessário um longo trabalho pedagógico para fazê-los compreender sua responsabilidade implícita, como participantes de uma tal iniciativa.

Na prática, as pessoas não se sentem responsáveis pelo significado de suas falas e de seus atos nas reuniões ou nos mutirões, por exemplo. Elas tomam parte nas ações coletivas, sempre continuando a agir como anteriormente – repetem as experiências cotidianas, tudo se passa como um processo de vizinhança. Observa-se que alguns problemas pessoais podem se deslocar e ganhar importância nas atividades coletivas. Por exemplo, as brigas entre as mães de família com relação aos seus filhos (quando os métodos de educação de uma são criticados pela outra). Se essas desavenças não têm consequências para a continuidade de suas relações de vizinhas, isso muda quando o processo é coletivo. As disputas pessoais sobre a educação dos filhos têm peso significativo quando está em jogo a organização de uma creche comunitária. Isso pode semear desconfianças entre as mães, acarretar o afastamento de algumas e atrasar o trabalho iniciado em conjunto. Foi o que vi em Vila Verde. Quando as pessoas começam a perceber que as suas ações podem acarretar retrocessos no trabalho coletivo, elas aprendem a se controlar. Esse processo de aprendizagem é longo para a maioria e, às vezes, impossível para alguns. Face a estes últimos, o grupo deve se impor e exigir seu afastamento; isso também não é simples, pois o conflito aberto é muito penoso de administrar. Aqui, mais uma vez, trata-se de um aprendizado.

CAPÍTULO III

O desenrolar da experiência-piloto

A experiência se desenrolou em duas grandes etapas: “Atividades pedagógicas” e “Ações coletivas”. As atividades pedagógicas foram reuniões feitas por iniciativa do animador externo e da equipe de três estagiários que o acompanhava nesse momento e foram concebidas e organizadas sem a participação dos habitantes. Elas tinham como objetivo iniciar as pessoas nas palavras e lógicas do urbanismo, assim como nos rituais da democracia direta. As atividades pedagógicas deviam também permitir aos participantes experimentar o fato de ser parte integrante de um coletivo maior, o bairro. Assim, ao processo natural de vizinhança dos bairros populares – compartilhar preocupações comuns ao longo do tempo – outras situações de encontro foram acrescentadas. As atividades pedagógicas deveriam ainda inspirar nos habitantes a vontade de agir coletivamente, sugerir sua organização e permitir que, juntos, dessem os primeiros passos nesse sentido.

A partir desse ponto, passou-se às ações coletivas, que se basearam nas iniciativas dos habitantes, impulsionadas por nós, visando trazer melhorias concretas em suas condições de vida. Assim, era necessário não só continuar a motivar as pessoas para que trabalhassem juntas, mas continuar a encontrar objetivos mobilizadores e líderes para impulsionar e organizar as ações. Convém lembrar que o objetivo da experiência-piloto era a aprendizagem de cidadania, no sentido de preparar as pessoas para a participação e, a seguir, para um engajamento comunitário autônomo e continuado. Assim, se as ações coletivas sobrevivessem à nossa passagem no bairro elas poderiam ser chamadas de “trabalho comunitário”. Alcançar esse engajamento e essa independência significaria que os habitantes teriam passado por um processo pessoal e coletivo de conscientização e superação das condições adversas à participação, o que era nosso objetivo.

I - As atividades pedagógicas

66

As quatro atividades desenvolvidas foram muito diversificadas e complementares ao “exercício de autonomia” que era entendido como necessário. Nessas atividades buscava-se, de início, estabelecer um contato entre os habitantes, mas um contato diferente daqueles de vizinhança, pois deveria permitir o relacionamento das pessoas na escala do bairro. Seu objetivo era fazer o habitante sair do seu quadro imediato – sua vida pessoal e familiar, seus vizinhos, sua rua – para reencontrar o bairro e os outros, os vizinhos desconhecidos. Essas primeiras atividades de intervenção foram importantes também para continuar a apresentação da equipe de animadores aos habitantes, o que havia começado com a aplicação dos questionários.

As primeiras atividades pedagógicas tinham assim, como assunto, o bairro, num aspecto mais lúdico e cognitivo que reivindicativo. As sessões eram sempre uma experiência de ação; de início uma ação mais física – modelar e desenhar – e, em seguida, mais intelectual: discutir um objetivo e votar. A intenção era passar da percepção viva das situações ao pensamento abstrato.

O tema “o bairro” foi assunto majoritário de todas as atividades, mas decidiu-se não começar por discussões dos “problemas do bairro”, pois esse tipo de discussão atrai prioritariamente pessoas que já têm alguma experiência coletiva. O objetivo era atrair todos os habitantes, mais pela curiosidade do que por um inte-

resse objetivo, pois não era interessante limitar o alcance do trabalho a uma pequena parte da população. As atividades estavam abertas a todos.

Teve-se também um cuidado especial em não reunir as pessoas para que elas se queixassem de suas dificuldades, com o sentimento de impotência que as acompanha por causa de sua falta de confiança como grupo. O objetivo de todas as atividades era fazer o grupo vivenciar experiências agradáveis e bem-sucedidas, que as incentivassem à ação conjunta e à confiança recíproca. A cada participante particularmente, as atividades deveriam oferecer a possibilidade de um reforço da autoconfiança, pela resposta positiva aos desafios propostos. Esses objetivos eram imperativos para superar os efeitos da estigmatização que sofrem os pobres e que, como vimos, eles interiorizam pessoalmente e como grupo.

As atividades seguiam uma hierarquia que ia da mais simples à mais complexa e da mais lúdica à mais engajada. Esse procedimento respeita princípios simples da pedagogia, de fazer progredir o desafio cognitivo mantendo o prazer de aprender e de ser ativo (FREIRE, 1985). Em todas as reuniões, contudo, objetivou-se compreender questões globais, sem partir dos problemas pessoais para chegar aos coletivos, pois essa passagem é extremamente difícil. Como as pessoas normalmente não possuem meios de fazer repercutir suas queixas fora de sua família, amigos e vizinhos, o trabalho teria sido muito mais longo, se as reuniões fossem iniciadas pelo relato dos problemas de cada um.

Essa questão deve ser discutida, porque a técnica da Pedagogia do Oprimido nos reco-

menda partir do vivencial – como o que as pessoas mais dominam é o cotidiano, elas tendem a falar torrencialmente disso e terminaria por ser necessário interrompê-las. Era mais interessante que as discussões se desenrolassem naturalmente, sem reprimendas, que são nocivas à aprendizagem e ao reforço da autoconfiança. Dessa forma, partíamos sempre diretamente de questões gerais, do bairro e do coletivo dos habitantes, mas tendo o cuidado de escutar com atenção o relato pessoal de cada um, que vinha a exemplificar a questão geral em pauta, desenrolando-se a discussão com naturalidade e sem conflitos.

As ações propostas nas seções deveriam ter sempre um aspecto de novidade, de jogo, mas se prestando, também, à aprendizagem e à experiência de autonomia. Ao mesmo tempo, estávamos atentos para que o aspecto “novidade” não fosse intimidador para as pessoas, pois, tal como

a curiosidade, o medo e a timidez perante o desconhecido são naturais. Assim, em todas as atividades sempre começamos dando um exemplo que servia de ponto de referência aos que não queriam se aventurar muito. Esse problema também estava presente do ponto de vista do seguimento progressivo das atividades pedagógicas – as atividades eram abertas a todos e as pessoas vinham quando queriam, não se verificando assim continuidade na presença de cada um. Dessa forma, a cada nova atividade era preciso começar pelos pontos de referência para que os ausentes na sessão anterior pudessem acompanhar o que se fazia.

Depois das atividades pedagógicas, que a seguir serão apresentadas com detalhes, tornou-se possível empreender ações coletivas comunitárias, que estavam previstas desde o começo, para lhes dar continuidade.

© Débora Nunes.



Confecção da maquete do Pão de Açúcar do Rio de Janeiro.

Atividade I: a confecção da maquete do bairro

Depois de ter convidado cerca de 80 famílias, entregando convites de porta em porta, a reunião foi realizada em um bar na entrada do bairro, em um local de passagem constante da população. No salão, de aproximadamente 40m², foram colocadas cadeiras em círculos e, nas paredes,



© Débora Nunes.

fotos das pessoas do bairro e artigos da imprensa sobre a história recente da construção do bairro. As pessoas entravam um pouco intimidadas, olhavam as fotos e os artigos, reconheciam aqueles que apareciam nas fotografias e o cenário, e, a seguir, se sentavam menos constrangidas.

O objetivo da primeira reunião foi lhes fazer descobrir alguns dos instrumentos de trabalho dos urbanistas – a maquete e o mapa topográfico do bairro – para poder, através destes, discutir os problemas da população. A maquete é a representação urbanística mais simples: uma maquete é um modelo reduzido da realidade. Trata-se de uma abstração de fácil identificação, pois representa o real com as mesmas três dimensões existentes na realidade. Os habitantes não tiveram dificuldade para compreender essa abstração, conhecendo bem o modelo reduzido do qual as bonecas e os carros em miniatura são exemplos muito comuns.

Para levar as pessoas a tomar a palavra na reunião desde o início, foi-lhes perguntado quais

eram os instrumentos de trabalho das profissões comuns no bairro, tais como os do pedreiro, da cozinheira, do agricultor. As pessoas respondiam sorrindo, como se fosse engraçado falar dos seus objetos de trabalho – facas, colheres de pedreiro e pás, por exemplo – em uma reunião pública. Eles começavam assim a ultrapassar sua timidez.

Como introdução à atividade pedagógica em torno da maquete do bairro, a equipe de animação mostrou fotos do Pão de Açúcar (no Rio de Janeiro) e, em seguida, o mapa topográfico desse local. Essa imagem foi escolhida porque é bem conhecida de todos e por ser muito expressiva da topografia, que é o que se queria deixar em evidência. Mais tarde, um artista plástico, membro da equipe, fez uma maquete em argila do monumento natural do Rio.

Após a confecção da maquete, que as pessoas acompanharam atentamente, foram colocados cordões onde estariam as curvas de nível imaginárias da elevação, representando, em escala, o morro do Pão de Açúcar. Em seguida, foi mostrado o mapa topográfico daquele lugar e a ligação desse com a maquete e as curvas, sempre de um modo “freiriano”, ou seja, pedindo às pessoas que exprimissem o que elas compreendiam daquilo que estavam vendo. Por exemplo, os presentes foram convidados a olhar de cima a maquete, com seus cordões/curvas de nível,

colocada no chão, para compará-la com o mapa topográfico, que estava ao lado. Vendo esse mapa e essa maquete, os habitantes puderam compreender a lógica do mapa topográfico.

Depois dessa primeira apresentação, as pessoas foram convidadas a fazer uma maquete em argila do próprio bairro. Para lhes dar referências, foram mostradas fotos aéreas e o mapa do local, estimulando sua memória. Houve hesitações, mas, finalmente, uma parte dos habitantes se organizou em quatro grupos, que receberam argila para trabalhar, diante do olhar interessado dos demais. O artista plástico citado iniciou também uma maquete para orientar as pessoas no começo; tra-

tava-se de uma representação simplificada da topografia, com as ruas e a marcação de alguns elementos-chave, conhecidos de todos.

Foram produzidas quatro maquetes (duas do Pão de Açúcar e duas do bairro), em quatro grupos diferentes. A atividade durou cerca de 1h40. Durante todo esse tempo as pessoas entravam e saíam da sala e muitas crianças estavam presentes. Essas idas e vindas e uma certa confusão foram aceitas naturalmente pela equipe de animadores, que tentava se adaptar tranqüilamente a situação. Uma média de 20 pessoas estiveram presentes e cerca de 40 estavam no salão no momento de maior afluência.

© Débora Nunes.



Os participantes preparam uma maquete do bairro em argila.

As intenções que guiaram o desenrolar da atividade

A idéia de começar as atividades com a confecção de uma maquete do bairro em argila, a partir do exemplo do Pão de Açúcar, tinha como objetivo satisfazer várias condições necessárias ao trabalho pedagógico em vista. Essas condições foram referências também para as outras atividades pedagógicas.

Deixar as pessoas à vontade

As reuniões são sempre acontecimentos nos quais apenas os mais habituados a esse tipo de situação se sentem à vontade. Além do mais, nesse caso, a timidez é ainda maior para com esses estranhos que chegam de carro, que sabem “falar bem”, que tomaram a iniciativa de reuni-los. Eles pertencem obrigatoriamente ao mundo “dos brancos, dos ricos”, como se diz no bairro. Assim, era preciso estabelecer formas de contato desde o primeiro momento, dissipando a timidez dos presentes. O objetivo era deixar as pessoas à vontade.

É possível dissipar a timidez quando se leva as pessoas a agir diante de outros sem o sentimento de ser julgado, em um clima de afinidade. Foi por isso que foram colocadas fotos nas paredes, que as pessoas foram chamadas a falar de coisas conhecidas – seus instrumentos de trabalho – e que foi escolhido o “jogo” da maquete do Pão de Açúcar e, em seguida, feita a do bairro. O jogo cria uma relação sem disputa viva, um ambiente de cumplicidade. A modelagem é uma atividade que favorece também a descontração,

mas a ambientação do jogo é determinante: se tivesse sido feito um “curso de maquete” sério, o objetivo de vencer a timidez – e assim obter uma grande participação e comunhão de interesses entre os participantes – não seria atingido.

Fazer dos habitantes os sujeitos da experiência desde a primeira atividade

A meta da atividade pedagógica era levar as pessoas a participar ativamente da experiência desde o princípio: com a confecção da maquete, seria possível obter a contribuição dos que não tinham coragem de falar. As fotos das pessoas sobre as paredes eram também uma forma de significar que eram elas os protagonistas da experiência. Não era interessante fazer uma reunião somente “explicativa”. Ficar à escuta pode provocar uma admiração excessiva pelo que fala e algumas vezes reforça no ouvinte a interiorização do estigma: ele tem a impressão de ser menos capaz do que os que têm voz.

Para fazer dos habitantes os protagonistas da atividade lhes foi explicado que eles conheciam o bairro melhor do que os animadores da reunião, pois aí viviam. Eles próprios é que iriam fazer a modelagem da maquete e as referências cotidianas de cada um sobre a topografia do bairro eram importantes para o sucesso do trabalho coletivo. Realizar uma maquete em argila não é uma tarefa fácil, mas não é impossível mesmo para pessoas não-habituadas, sobretudo se não nos preocupamos muito com a perfeição dos resultados, pois se trata de um jogo.

O desafio era então encontrar o meio termo entre certa busca de precisão na tarefa e o prazer do jogo, para não haver obstáculo à aprendizagem.

Chamar a atenção das pessoas para o bairro como um todo

Era importante começar o trabalho por uma visão global do bairro, pois a apreensão do conjunto não é um fato comum. Normalmente as pessoas vêm do seu bairro apenas os caminhos que percorrem: algumas ruas, passeios. Essa percepção é obtida a partir de um ponto de vista de cerca de 1,65m de altura e, sob o ângulo da visão humana, de 111 graus, que é muito limitado. A maquete dá àqueles que a constroem um ponto de vista totalmente novo: é como se eles fossem pássaros. Ver o bairro do alto permite ver os caminhos dos outros e, ainda, distanciar-se da realidade cotidiana e aproximar-se duma visão de coletivo. Como não é simples sobrevoar o bairro, a maquete permite uma boa vista de conjunto.

Trabalhar coletivamente

As maquetes deviam ser feitas conjuntamente, e isso significa que as regras que regem os trabalhos coletivos deveriam ser seguidas. Essas regras, que se impuseram aos poucos, à medida que se desenrolava a tarefa coletiva, foram: 1) a clareza do objetivo a alcançar em conjunto; 2) a harmonia dos gestos, que significa o respeito pelo trabalho dos outros; 3) a divisão de tarefas, de

acordo com a competência de cada um; 4) o reconhecimento de líderes. A seguir é explicado como cada uma delas foi posta em prática.

1) No que concerne à clareza dos objetivos, é o animador da atividade que deve se fazer compreender. Os participantes também devem, evidentemente, fazer esforços, e é a partir daqui que as diferenças entre eles – líderes ou simples parceiros – começam a se estabelecer.

2) O respeito ao trabalho de cada um e a harmonização dos gestos decorre do fato de que cada participante é portador de informação, mesmo modesta, sobre o bairro. Assim, se alguém se lembra que uma rua cruza outra em seu caminho cotidiano, pode enriquecer sua maquete de detalhes, sulcando o barro para indicar a rua em questão. Como esse trabalho é importante para cumprir a tarefa coletiva, ele é respeitado pelos outros, que podem iniciar assim um revezamento harmonioso.

3) Para a divisão de tarefas, é preciso conhecer a habilidade de cada um dos participantes para lhes solicitar uma justa contribuição. Ou as pessoas se conheciam de antes e anunciavam os talentos uns dos outros, ou cada um informava sua habilidade própria, ou o reconhecimento se dava gradativamente com o trabalho.

4) A liderança se estabelece a partir da audácia dos que começam o trabalho ou que ousam dar as primeiras referências aos outros. As pessoas dão a vantagem da iniciativa aos que sabem o que fazer diante do desconhecido.

As regras para o sucesso de um trabalho feito em grupo se impõem às vezes de forma conflituosa. As discussões para resolver os problemas e os acordos para superar as controvér-

sias foram acontecimentos enriquecedores para os participantes. Desse modo, a dinâmica das ações coletivas começava a ser dominada.

Passar uma imagem agradável do trabalho realizado coletivamente

O sentido tátil é muito utilizado no cotidiano de todos, mas freqüentemente em uma função utilitária. Contrariamente aos outros sentidos, o tato é pouco explorado para obter simplesmente o prazer do contato em situações cotidianas. Ouvimos música pelo prazer de ouvir; olhamos belas coisas e belas pessoas pelo prazer de olhar; provamos os alimentos pelo prazer do gosto e não somente para nos alimentar; colocamos perfume pelo prazer do cheiro; mas normalmente não tocamos as coisas pelo prazer de tocar. O sentido tátil fica assim mais ou menos inexplorado e é por isso que é difícil resistir ao convite à modelagem.

A atração que temos pela modelagem não é somente devida à novidade: se para um adulto não é freqüente a modelagem, a ação de tocar é uma das mais antigas de nossa experiência humana. É o sentido do tato que a criança utiliza para conhecer o mundo, e esse fato certamente influi na nossa atração pela modelagem. O prazer aí encontrado deve-se também ao fato de que nos permite criar, modelar segundo a nossa vontade, o que também não é uma atividade corriqueira.

O resultado dessa primeira atividade foi um contato das pessoas entre si como parte de um coletivo. Sendo realizado em um quadro lúdico, esse contato propiciou boa troca entre vizinhos

e conhecidos, mas também abriu portas para outros contatos. Pode-se dizer que a maioria das pessoas que estiveram presentes à atividade pedagógica viveu uma pequena experiência bem-sucedida de participação e começou a lançar “um olhar de conjunto” sobre o bairro.

Atividade II: A localização do lote de cada um na grande planta do bairro

A atividade II seguiu os mesmos passos que a primeira e aconteceu quinze dias depois. A sala de reunião foi a mesma, com as mesmas fotos utilizadas anteriormente nas paredes, às quais foram juntadas outras, mais recentes. A atividade teve como inspiração uma maquete do bairro, feita de argila, papel, folhas e cordões representando as curvas de nível do terreno. Essa maquete, feita pela equipe de animadores, estava acompanhada de um grande mapa do bairro (escala 1/500), sobre a qual os habitantes deveriam trabalhar. Pretendia-se que as pessoas que haviam participado da Atividade I dessem mais um passo para a abstração, uma vez que o mapa representa o bairro apenas em duas dimensões. Para passar as referências para os novatos, foi repetido o conteúdo da sessão anterior, pois a compreensão do mapa se dava a partir de uma explicação sobre a maquete.

Essa atividade não foi uma reunião, como a anterior e outras que se seguiram, mas uma sessão com atendimento individualizado: os membros da equipe trabalhavam com cada um dos habitantes que chegavam ao bar fazendo-os ver



Os habitantes marcam a localização dos seus lotes na planta do bairro.

a maquete e explicando com palavras simples a lógica das curvas de nível e das representações em três dimensões. Em seguida, quando as pessoas compreendiam a lógica da maquete, eram levadas pelos animadores para ver o mapa, que explicavam se tratar da mesma idéia,

mas em uma representação em duas dimensões, ou seja, achatada. Cada morador deveria, ao fim da atividade, mostrar seu lote no mapa. O mapa era suficientemente grande (pequena escala) para que se pudesse simular, com uma caneta ou com o dedo, o circular de uma pessoa pelo que seriam as ruas do bairro, e explicar-se assim a lógica da vista aérea.

A partir do discurso dos habitantes sobre a geografia do bairro, os animadores identificavam junto com eles os pontos de referência no mapa. Para ajudar os que tinham maior dificuldade, o animador tentava localizar a casa de seus vizinhos, o que se mostrou ser a referência mais efi-

caz. Durante toda a sessão contou-se com a ajuda de pessoas mais experimentadas com o uso de mapas e plantas, sobretudo trabalhadores da construção civil, que ajudavam a explicar a lógica dessa forma de representação aos demais.

Ao fim das demonstrações – sempre utilizando o método interativo – todos os presentes encontraram o seu lote, o que significava que haviam compreendido a lógica da cartografia. Uma vez os lotes encontrados, os participantes os coloriam e assinavam o seu nome para tornar a “apropriação” de sua descoberta ainda mais evidente. Alguns chegaram a perguntar se essa assinatura significava algum tipo de documento de propriedade dos terrenos! Apesar da completa falta de conforto (como na atividade I, as pessoas tiveram que trazer suas cadeiras) tudo se passou muito bem: foram coloridos mais de 50 lotes no mapa, numa época em que havia aproximadamente 200 famílias no bairro.

As intenções que guiaram o desenrolar da atividade

Aqui foram buscados os mesmos objetivos da sessão anterior: deixar as pessoas à vontade, fazer delas os sujeitos da atividade, chamar a atenção para a idéia de conjunto do bairro e dar uma boa imagem do nosso trabalho. As mudanças introduzidas, relativamente à primeira sessão educativa, foram a abordagem individualizada e um aumento no grau de abstração. A superação dos efeitos da estigmatização – um dos objetivos de longo prazo das atividades pedagógicas – começou então a se fazer sentir: para cada um dos participantes, o ato de se encontrar no mapa, através de seu lote, foi visto como uma façanha. Isso renovava o sentimento de ser um protagonista importante das atividades (ou provocava esse sentimento, se a pessoa não tivesse comparecido à primeira atividade).

Em um trabalho pedagógico, é indispensável aumentar gradativamente a dificuldade das atividades, o que permite às pessoas que comparecem a uma primeira sessão o sentimento de que aprendem coisas novas. Nesse caso, era também importante retomar noções já difundidas na atividade anterior (a maquete) para não impedir o engajamento dos que não vieram da primeira vez. É ainda interessante poder ter dois tipos de contato, um com o conjunto de presentes e outro, mais personalizado. Para os animadores externos era importante conhecer as pessoas, o que foi viabilizado pela abordagem individual, que oportunizou relações mais próximas. Para as pessoas é importante se sentirem acompanhadas atentamente, pessoalmente, até a realização da tarefa proposta.

A atividade se mostrou útil também – e isso não estava previsto – para revelar a habilidade particular dos trabalhadores da construção civil, que tinham se destacado menos na primeira atividade. A distinção de alguns indivíduos dentre outros é o primeiro passo para a diferenciação dos líderes que, no caso, foi se desenvolvendo em seguida e de modo muito lento. Essa diferenciação não é definitiva, pois se viram potenciais líderes se distinguirem e atuarem como lideranças num primeiro momento, e se afastarem, no decorrer do processo, naturalmente.

Outras atividades poderiam ser realizadas no sentido das duas primeiras, com variações de material, de escala, mas sempre voltadas para a aprendizagem da representação do bairro. Todavia, as atividades não eram um fim em si mesmas: representar a realidade significa apenas um exercício para sair de si mesmo, do pequeno mundo cotidiano e concreto de cada um. Julgou-se que essa etapa estava completada, mas que a experiência coletiva tinha sido restrita, pois as atividades iniciadas haviam levado os participantes a uma espécie de comunhão, sem conflito.

A partir desse ponto, foi decidido que deveriam ser feitas mudanças, tendo-se em vista a aprendizagem e o exercício das discussões coletivas, do conflito de idéias e de interesses. Assim, as novas atividades foram orientadas para um maior engajamento nos problemas reais, evitando-se, entretanto, ficar na simples constatação desses e no sentimento de impotência para resolvê-los. Com essa mudança no caráter das atividades pedagógicas, a intenção continuava a

ser a de reforçar a confiança das pessoas em si mesmas, fazendo-as viver a experiência de serem importantes, responsáveis por um trabalho, capazes de estar à altura dos desafios encontrados. As atividades seguintes tiveram como tema a atualidade do bairro.

Atividade III: A discussão das prioridades de intervenção da Prefeitura

As discussões da Atividade III giraram em torno das prioridades estabelecidas pelos habitantes, no questionário, para a intervenção dos

poderes públicos no bairro. Os resultados foram apresentados e a discussão incidiu na pertinência dos resultados para cada um dos habitantes presentes. Tratava-se de evidenciar a diferença entre as opiniões pessoais e a opinião da maioria. Havia cerca de 40 pessoas na sala, e quase todas as que, anteriormente, tinham tido experiências pessoais como líderes, estavam presentes. Para dar um aspecto mais concreto às discussões, um funcionário da representação da Prefeitura no bairro foi convidado para ouvir os habitantes e falar das propostas do Poder Público para aquela comunidade.

Para começar, perguntou-se às pessoas presentes quem dentre elas tinha respondido o questionário; de fato, não havia muitas, o que

© Verônica Lima.



Apresentação dos resultados do questionário aos habitantes.

mostra que a intervenção tinha um público diferente a cada momento. A pergunta do questionário que pedia uma hierarquia das prioridades do bairro foi lembrada e explicou-se o significado das palavras “hierarquia” e “prioridade”, dando-se exemplos tirados do cotidiano. Em seguida, foram apresentados os resultados em um gráfico, que se revelou excessivamente complicado e, por isso, foi traduzido em palavras simples. Ao serem perguntados sobre os resultados dos questionários, os habitantes se manifestaram sobre cada uma das prioridades estabelecidas, em geral aprovando-as. Foi sugerido então aos funcionários presentes que essa lista de prioridades fosse levada em consideração nas decisões da Prefeitura acerca do bairro.

Perto do fim da atividade, a discussão já abordava questões práticas. Como dar continuidade às discussões fazendo chegar ao prefeito as prioridades dos habitantes? As pessoas falavam da necessidade de ter um líder do bairro, para “fazer as coisas andarem”, para ser seu porta-voz, sendo “respeitado por todos”. Nesse momento percebeu-se evidente que elas tinham uma visão precisa da iniciativa a tomar: escolher representantes. Da mesma maneira, delineava-se a visão do tipo de líder que as pessoas tinham em mente: o protótipo do líder “forte”.

Essa atitude mostra a concepção popular do poder como transcendência, ou seja, afastado do corpo social. O poder que se quer é um poder “que pode resolver as coisas” e, portanto, de certa forma, não pode ser exercido pelos semelhantes, seja por que se encontram na mesma condição de impotência cotidiana ou seja porque, pelas alianças com os “grandes”, poderiam não cumprir seu papel “salvador” (CHAUÍ,

1986). Essa tendência a se preferir a assistência ao invés do engajamento de cada um na resolução dos problemas coletivos foi também encontrada em Nova Iguaçu por Leila Wolf (1993). Em seu estudo sobre os movimentos de bairro, ela fala de “assistidos felizes” para explicar a não-busca de autonomia e, mesmo, a submissão a líderes carismáticos, se eles prestam serviços.

Os participantes diziam que seria importante ter uma liderança “que saiba falar às autoridades”, “que seja competente” e “instruída”. Criou-se uma polêmica na sala, pois, para alguns, esse líder deveria ser “do bairro”, e, para outros, ele deveria ser “de fora”, alegando estes últimos que as pessoas do bairro não tinham as características necessárias. Nesses posicionamentos podem ser verificados traços do perfil daqueles que vivem uma situação de estigmatização e que introjetam o estigma, como visto na abordagem antropológica do capítulo anterior: a identificação com os dominantes, a autoimagem negativa do grupo, a falta de autoconfiança. Enquanto muitos defendiam que a liderança não deveria ser exercida por pessoas do bairro, havia aqueles que questionavam essa posição, o que confirma que não se pode falar dos pobres como categoria homogênea. As tendências contraditórias encontradas nesse momento do trabalho sugerem que é procedente a idéia das polaridades (as pessoas potencialmente engajadas ou potencialmente anômicas), anteriormente mencionada.

No vivo debate que se seguiu, foi preciso que o animador da atividade pedagógica interviesse algumas vezes para pedir o respeito à fala de cada um e para tentar organizar as discussões. Se o debate estava interessante, ele corria

o risco de se perder, pois a discussão não tomava um caminho concreto e desejável, que seria o de eleger um representante ou representantes da comunidade. Coube ao animador sugerir a criação de uma comissão de habitantes para continuar as discussões e/ou iniciar ações para resolver os problemas identificados. Diante da falta de experiência das pessoas, o animador teve que explicar o processo de listar o nome dos interessados em tornar-se representantes dos demais para, assim, compor-se uma comissão para trabalhar em benefício do bairro.

Em seguida, a representante da Prefeitura foi convidada a tomar a palavra, comunicando sua intenção de se reunir com mais frequência com a população para discutir seus problemas. Sugeriu ainda a organização dos habitantes a partir de cada rua do bairro, com o objetivo de construir os passeios das casas, com o apoio material da Prefeitura e em regime de mutirão, após o que a reunião foi encerrada e as pessoas marcaram um novo encontro. Rute, uma habitante das mais engajadas, se encarregou dessa organização com a ajuda da equipe de animadores. No próximo encontro deveria ser iniciado o trabalho da comissão, em torno dos problemas identificados e da sugestão da representante da Prefeitura de se fazer mutirões para consertar os passeios. Pela inexperiência das pessoas e por sua falta de confiança no grupo, essa comissão jamais se reuniu. O mutirão também não foi realizado, o que revela as dificuldades concretas da Prefeitura de levar adiante suas propostas.

As intenções que guiaram o desenrolar da atividade

Os problemas do bairro deviam penetrar gradativamente no conteúdo das atividades pedagógicas. A idéia sendo trabalhar “com” as pessoas e não “para” as pessoas, era preciso lhes dar a oportunidade de impor suas escolhas de discussões e assim, pouco a pouco, foram feitas mudanças no “protocolo” de intervenção previsto. Em seguida, durante a segunda atividade, ficou claro que as pessoas queriam discutir seus problemas concretos, apesar de sua simpatia pelas iniciativas mais lúdicas. Se as questões sobre a atualidade do bairro não fossem colocadas, provavelmente teria havido uma redução cada vez mais significativa do número de participantes nas atividades.

Com a abordagem, na atividade III, das prioridades dos habitantes para a intervenção da Prefeitura no bairro, respeitava-se o método freiriano, que propõe partir sempre de assuntos pertinentes à vida das pessoas. Depois de ter atraído a atenção do maior número e, sobretudo, das pessoas menos engajadas, por causa da ambientação lúdica das atividades I e II, era necessário passar para uma outra etapa. A mudança de abordagem das atividades pedagógicas deveria ser atraente também para os habitantes mais engajados, capazes de fazer andar a organização coletiva.

Essa atividade permitiu às pessoas aprender uma das regras mais importantes da democracia participativa: o respeito à voz da maioria. O

confronto entre a opinião de conjunto dos habitantes – revelada pelo questionário – e a opinião individual de cada um dos presentes era reveladora dessa regra. Se nas atividades I e II buscava-se um distanciamento do cotidiano no bairro, dos locais onde se passa todos os dias, e ver o conjunto (a maquete, o mapa), agora era o momento de distanciar-se das reivindicações puramente pessoais. A necessidade de uma creche comunitária, por exemplo, que foi longamente discutida nessa reunião, não deveria envolver apenas os casais com filhos, mas a todos. Para agir como coletivo se impunha a necessidade de compreender a amplitude dos problemas da maioria dos habitantes.

As atividades do tipo discursivas, como essa, ensinam aos participantes as regras básicas do funcionamento de uma discussão coletiva: a vez da fala de cada um, o respeito para com a fala do outro, a pertinência do discurso com relação ao assunto da discussão, o tempo definido para a expressão de cada um, a não-repetição dos discursos, etc. Conforme já assinalado, esses conhecimentos, mais ou menos difundidos nos meios mais favorecidos pela via da escolarização, são desconhecidos da maioria das pessoas pobres, o que reforça sua exclusão das iniciativas cidadãs.

As discussões dos problemas comuns a todos os presentes levam as pessoas, naturalmente, a pensar na necessidade de agir para obter melhorias em seu quadro de vida. A sugestão de que os próprios habitantes poderiam agir – para a organização de uma creche comunitária, por exemplo – nasceu nessa discussão, a partir do relato de Ada, uma das participantes. Ada defendia a idéia de que os próprios habitantes, com a ajuda de líderes saídos do seu próprio

meio, poderiam melhorar suas condições de vida e pressionar as autoridades, e dava o exemplo de outros bairros que ela conhecia. Essa posição foi contestada por outros, que preferiam uma ajuda externa.

O papel de animador em uma sessão como essa é mais delicado que em outras, como as anteriores. Ele deve contribuir para que as discussões cheguem a iniciativas concretas, mas não pode conduzir sozinho o processo. Se é fato que as pessoas têm pouca experiência de iniciativas coletivas e é preciso sugerir os passos a serem dados, ficou evidente, nesse caso, que a idéia mais comum era a da necessidade de um líder que os representasse diante das autoridades municipais. O animador, entretanto, propôs uma iniciativa maior rumo a uma comissão, explicando, com o apoio de Ada e de outros, que a organização dos habitantes como coletivo podia ser mais eficaz. Mas se a comissão não atuou como esperado, era porque a idéia de trabalhar coletivamente ainda não estava madura para as pessoas.

Foi a partir de discussões mais concretas que os líderes começaram verdadeiramente a se destacar do conjunto de habitantes, pois eram os mais capazes de enxergar a longo prazo, de propor, de incentivar a organização popular, etc. Sintomaticamente, foi nessa reunião que Ada – que se tornaria uma das líderes mais fortes do bairro – e Rute – que também desempenhou um papel importante no processo – destacaram-se dos demais.

Também foi possível observar, nessa reunião, o tipo de comunicação estabelecido entre o representante da Prefeitura e os habitantes, à luz dos conceitos de Habermas, citados no pri-

meiro capítulo. Era evidente que se tratava de uma comunicação do tipo estratégica, que mais visava obter o acordo dos habitantes que construir esse acordo passo a passo, de modo conjunto. A ausência de esforço para manter um diálogo em que todos os interlocutores compreendessem bem as palavras utilizadas caracteriza também a comunicação estratégica que se verificou na reunião. Isso mostra que, mesmo quando se fala da necessidade de participação, é possível manter o afastamento entre técnicos e habitantes, tradicional nas relações autoritárias.

A gestualidade do técnico também foi observada e, em seguida, revista no resultado da filmagem que foi feita de cada reunião, podendo-se dizer que era clara a vontade de manter uma distância física dos presentes. O exemplo mais explícito do que aqui se diz foi o da atitude do técnico, que mantinha constantemente um classificador entre si e seu interlocutor durante as conversações face a face anteriores e posteriores à reunião. Com essas observações não se pretende embasar um julgamento moral sobre o fato, mas relatar o que se constatou relativamente ao modo pelo qual se dá a interação entre dois mundos diferentes, dentro de tradições já estabelecidas e aceitas. Além do mais, os habitantes não pareciam achar o comportamento do técnico arrogante, pelo contrário, ele era visto com simpatia pelas pessoas.

Atividade IV:

A discussão das regras do mutirão dos passeios

Essa atividade tinha como objetivo discutir as regras do mutirão que deveria ser realizado no bairro e que fora proposto pela Prefeitura, na atividade III, ficando esta responsável por fornecer os materiais para construir os passeios das casas e, os habitantes, por contribuir com sua força de trabalho.

Tendo havido um atraso na reunião, os funcionários da Prefeitura não quiseram esperar o seu início, apesar de exortados pelo seu chefe para que não se retirassem, demonstrando uma incompreensão do significado político de uma reunião desse tipo. A equipe de animadores presente nesse dia começou a recriar o insucesso da reunião, pois já há alguns dias verificava-se o agravamento do grande problema de falta de água no bairro: o fato é que o problema existia de longa data, mas, nesses dias, mesmo as fontes alternativas de água estavam exauridas. Interrogávamo-nos, nesse momento, sobre a pertinência de nosso trabalho no bairro, já que as pessoas tinham coisas urgentes e essenciais a resolver sozinhas, como conseguir ter água em casa. Todavia, apesar do contexto difícil, realizou-se a reunião e isso significou um alívio para a equipe de animadores.

A discussão girou em torno dos problemas concretos que poderiam surgir na realização do mutirão com a Prefeitura. A pedido do animador da reunião – e partindo dos problemas imaginados pela equipe de animadores externos e pelos próprios habitantes – os presentes estabele-

leceram várias regras práticas para o funcionamento do mutirão:

I – Seria levantado o número de pedreiros do bairro e estes seriam distribuídos por conjunto de ruas, para orientar as obras.

II – A quantidade de material não deveria ser a mesma para todos. Cada participante deveria receber uma cota suficiente para o seu terreno, respeitando a diferença de tamanho dos passeios.

III – No caso de um habitante não estar presente no dia do mutirão, ele só teria direito ao material de construção correspondente ao seu passeio se tivesse uma justificativa para sua ausência.

IV – Se a falta do habitante não fosse justificada, ele seria condenado pela “comuni-

dade”, mas, apesar disso, o passeio de sua casa seria feito pelos outros, já que o trabalho era coletivo. A condenação não foi explicitada. Sugeriu-se que esse passeio deveria ser o último a ser feito.

V – Uma comissão de três habitantes estabeleceria os horários de trabalho de cada um. Um pedreiro ou outro habitante faria a inspeção (alguns queriam uma inspeção feita pela Prefeitura, mas esta posição foi derrotada).

VI – Se um dos vizinhos adoecesse no dia do mutirão, os outros deveriam trabalhar em seu lugar, e ele, quando estivesse curado, trabalharia em outro mutirão, ajudando as pessoas.

VII – Os passeios das pessoas idosas e deficientes físicos seriam feitos pelos vizinhos, se eles não tivessem filhos aptos a trabalhar.



© Débora Nunes.

Voluntários trabalham para limpar o terreno da futura creche em mutirão.

VIII – Cada final de semana seria consagrada a uma rua.

IX – O mutirão deveria começar pelas partes “de baixo” do bairro, e continuar, progressivamente, para as partes “do alto”, mais próximas da entrada do bairro e, por isso, naturalmente privilegiadas.

X – As bebidas alcoólicas só seriam permitidas no almoço coletivo do fim dos trabalhos, para comemorar o sucesso destes.

Houve unanimidade relativamente à maior parte das decisões, mas, pela primeira vez nas atividades, houve uma verdadeira disputa para decidir o local onde os trabalhos deveriam ser começados. Os defensores do início do mutirão pela parte “alta” do bairro e que nela habitavam, diziam que todas as obras tinham esse percurso. Isso era verdadeiro, pois essa parte do bairro era a mais desenvolvida do ponto de vista da infra-estrutura e do acabamento das casas. Os outros participantes e, dentre eles, o animador, diziam que era preciso compensar a parte “de baixo” pelo atraso. A discussão prosseguiu, exaltada, até o momento em que uma velha senhora, D. Celina, que morava na parte alta, disse: “– Nós devemos cuidar dos que estão em más condições. Aqui, estamos bem, lá é uma esculhambação”. Isso sensibilizou muito os presentes, que pararam de discutir.

A seguir, veio o momento de votar. A maioria das pessoas não sabia como proceder e o animador sugeriu o gesto de levantar a mão em caso de assentimento. A maioria dos presentes morava na parte alta, mas depois da posição levantada por D. Celina e da expressão de concordância do animador, vários dentre eles pre-

feriam não votar. Os primeiros votos foram a favor do início do mutirão “por baixo”. Para não se ter uma eleição artificial, pois parecia que as pessoas estavam votando constrangidas pelo ambiente geral, foi proposto pelo animador uma alternativa de conciliação: fazer, durante uma semana, o passeio “em cima” e, na outra, o passeio “em baixo”. Esta última proposta alcançou unanimidade entre os votantes.

Para incentivar o exercício da liderança para um ponto de vista concreto – o papel do organizador – o animador pediu ajuda a um dos líderes para conduzir a votação. Ao fim da reunião, aconteceu uma nova polêmica, dessa vez menos tensa: tratava-se de decidir acerca do uso de bebida alcoólica durante os trabalhos. Todos se animaram com os argumentos e os exemplos dados pelos dois lados em disputa. A decisão, como visto nas regras estabelecidas para a prática do mutirão, foi previdente.

Como nas outras atividades, a participação dos habitantes foi grande, com uma média de 30 pessoas atentas. A posição de alguns líderes, continuamente presentes e que falavam e davam seu ponto de vista sobre cada assunto em discussão, consolidou suas posições na comunidade. As condições materiais da reunião foram muito precárias: não havia luz e foi preciso terminar a reunião ao ar livre, quando o sol se pôs; também não havia cadeiras para todos, mas a maioria das pessoas ficou até o fim da discussão, mesmo em pé.

Uma nova comissão foi criada para escrever um documento a ser mandado para a Prefeitura. Alguns dias mais tarde, o documento foi elaborado pelos habitantes com a ajuda do pesquisador, mas como este teve que se ausentar

por um longo período, os habitantes não continuaram a iniciativa e o documento jamais chegou à Prefeitura. De qualquer modo, isso teria sido provavelmente inútil, uma vez que a Prefeitura, em razão de problemas financeiros, não manteve o compromisso com a comunidade e o mutirão não foi feito.

As intenções que guiaram o desenrolar da atividade

No debate a respeito da regulamentação do trabalho coletivo, era preciso discutir e votar as regras do mutirão. Para esse debate, os habitantes utilizaram os conhecimentos acumulados até aqui (visão de conjunto, atenção aos interesses da maioria, regras das discussões coletivas), o que os levou facilmente ao objetivo do exercício, que era a tomada de decisões.

A discussão sobre as questões concretas permitiu também o conflito de idéias, já que até ali as atividades tinham tido caráter mais consensual, com discussões sempre amigáveis. Entretanto, no trabalho comunitário existe também o desacordo, e é necessário experimentá-lo. Pela primeira vez, nas reuniões, o debate foi animado, o exercício da negociação foi realizado e foram organizadas votações para conhecer a vontade da maioria. Todos esses aspectos da democracia participativa, previstos no projeto de intervenção, foram vividos intensamente pelas pessoas presentes.

A discussão e o voto de cada regra permitiram legitimar o grupo como fórum de decisões, o que pode parecer simples para os que vivem a vida coletiva na escola, em associações, sindicatos,

etc., mas não o é para as pessoas que não possuem esse tipo de experiência. Além do mais, para aqueles que nutrem um certo desprezo pelo grupo a que pertencem, isso significa ultrapassar essa dificuldade e legitimar esse grupo como fonte de decisão. Para cada um dos participantes, o ato de respeitar uma decisão tomada contra seu interesse particular é uma atitude de grande maturidade e, por isso, normalmente questionam-se os resultados. Apenas a repetição desse procedimento por várias vezes poderá torná-lo natural.

O gesto do animador, de pedir a ajuda de um dos líderes presentes para conduzir a votação, concretizou uma passagem de papéis, que é necessária nesse momento do trabalho. No espírito do método de pedagogia da participação, a experiência do animador deve ser transmitida às pessoas do bairro que demonstrem interesse e capacidade para absorvê-la. Para o líder que conduziu a votação, esse fato significou uma experiência prática de liderança, já que ele teve necessidade de se impor diante dos outros de maneira legítima, para chegar ao fim de sua tarefa. Uma dificuldade a mais para seu aprendizado foi o fato de que ele era analfabeto e, assim, só os encorajamentos e a ajuda prática do animador – que lia para ele as regras que deviam ser votadas – permitiram que tudo corresse bem. Uma outra pequena vitória foi obtida durante essa reunião: a comissão, criada para compor o documento sugestivo/reivindicativo destinado à Prefeitura, funcionou. É certo que o animador e sua equipe deram um empurrãozinho, mas isso estava previsto desde o começo.

A iniciativa de discutir o mutirão dos passeios com a população não agradou aos funcio-

nários da representação da Prefeitura no bairro, apesar do acordo obtido junto ao dirigente desse posto. Provavelmente, dois fatores originaram essa atitude: 1) os funcionários achavam que os animadores tomavam o seu lugar no bairro e 2) eles tiveram medo da pressão da população já que não tinham certeza se o mutirão seria de fato realizado. Quando se soube que o mutirão não iria acontecer, começou a ficar mais clara a fragilidade de ação da Prefeitura, sua incapacidade de dar seguimento aos planos, e a melhor entender-se a incerteza dos funcionários sobre o seu papel e suas responsabilidades.

II - As ações coletivas

A etapa das “atividades pedagógicas”, que durou mais ou menos dois meses, com reuniões quinzenais, foi seguida da etapa das “ações coletivas”. Classificaram-se aqui de “ação coletiva” aquelas realizadas conjuntamente pelos habitantes e o (s) animador (es) externo (s), visando intervir na realidade do bairro e tendo por objetivo a melhoria das condições de vida da população. Diferencia-se do “trabalho comunitário”, que é uma etapa superior da pedagogia da participação – e que veio a seguir no bairro – pois este prescinde da animação externa e tem caráter duradouro.

Durante o período de passagem das atividades pedagógicas às ações coletivas se tornou evidente que a Prefeitura não iria realmente realizar as obras prometidas – a escola, a creche, o

posto médico etc., que eram as prioridades dos habitantes. Diante da inutilidade das decisões de urbanismo, que deveriam ser tomadas de forma participativa com ajuda de nossa equipe de animadores, foi preciso modificar a experiência-piloto, antecipando seu ritmo. Respeitando os dados da realidade decidimos ser os parceiros dos habitantes na condução de algumas melhorias do seu quadro de vida, ao invés de intermediários da Prefeitura. O objetivo mantinha-se o mesmo, a aprendizagem da cidadania e o incentivo à ação autônoma dos habitantes, mas o lado prático desse processo iniciava-se mais cedo e de forma diferente da prevista.

Observando o conjunto das ações coletivas apresentadas a seguir, é possível verificar que elas se desenvolveram no sentido de uma maior autonomia dos habitantes envolvidos, que tomaram a direção dos acontecimentos de forma gradativa, mesmo reconhecendo-se idas e vindas nesse processo. A eleição do nome do bairro foi, em parte, ainda uma atividade pedagógica, baseada em nossa iniciativa e orientação, mas realizada de maneira conjunta. A escola comunitária fez parte de uma ação bastante dirigida pelos animadores externos no que diz respeito ao planejamento do seu funcionamento, mas sua execução prática foi plenamente autônoma. A creche comunitária, um enorme desafio para os habitantes, conheceu momentos diversos: sua organização foi quase inteiramente impulsionada pelo animador externo; entretanto, podem-se ver, mesmo aí, momentos de autonomia dos habitantes na decisão de questões práticas importantes quando este estava ausente. Como veremos, a implantação da creche não seguiu um

caminho linear, havendo interferência externa em momentos em que esta parecia não ser mais necessária. Entretanto, culminando o processo de aprendizagem, no final a creche funcionou de uma maneira absolutamente autônoma.

Primeira ação coletiva: a criação da associação de moradores

No mês em que se desenrolavam as atividades pedagógicas, amadureceu a idéia de agir coletivamente, impulsionada pelas lições das atividades, mas sobretudo pelas dificuldades concretas do cotidiano das pessoas. Os habitantes mais ativos falavam da possibilidade de organização de uma creche e de uma horta comunitária. Eles conseguiram arrancar uma promessa da Prefeitura de ceder uma das casas ainda vazias do bairro para se instalar a creche, desde que tivessem uma associação de habitantes regularizada. As pessoas estavam entusiasmadas e mobilizadas, mas as dificuldades logo se apresentaram.

O primeiro problema foi obter as informações sobre os procedimentos necessários para registrar uma associação, pois não se sabia em qual cartório deveria ser feito o seu registro. Era preciso ter um contato com as pessoas do meio, o que não é simples para um habitante de um bairro popular. Em seguida, a dificuldade era redigir uma Proposta de Regulamento, pois a linguagem do direito, muito hermética, tem pouco sentido para as pessoas que não são do meio jurídico. Houve dificuldades materiais,

para encontrar uma máquina de escrever ou um computador, por exemplo, e para fazer as fotocópias, o que também não é fácil em um bairro popular. Finalmente, era preciso realizar uma assembléia, eleger os diretores, fazer uma ata e ainda pagar o registro, que custa quase um salário mínimo. Sem a ajuda material e sem os conselhos de alguém mais experiente, é muito difícil para moradores de bairros populares fundar uma associação, o que os torna uma presa fácil para os oportunistas.

Essas dificuldades têm levado ao surgimento de profissionais especialistas na fundação de associações de habitantes. Normalmente esses profissionais são ligados aos gabinetes de parlamentares “populistas”. Eles associam os habitantes aos seus dirigentes políticos, à medida que as iniciativas burocráticas e as promessas são feitas. Verificou-se, exatamente nesse bairro, um caso típico – uma pessoa que dizia querer “ajudar os habitantes”. Pude observar a ação desse homem no bairro, que me pareceu desdenhosa e arrogante, numa atitude que é freqüente nos profissionais desse tipo que trabalham nos meios populares. Os habitantes conhecem isso, aceitam o jogo social e tais atitudes não os machuca como se poderia pensar. Entretanto, se têm essa possibilidade, preferem iniciar a organização de uma associação em um ambiente mais respeitoso, e foi isso o que aconteceu no bairro quando me coloquei à disposição deles.

Foi durante essa atividade coletiva que começou uma discussão acerca de como a experiência-piloto deveria continuar, já que a proposta inicial de funcionamento foi impossibilitada pela retirada da Prefeitura. As pessoas mais

próximas do trabalho realizado até aí foram convidadas para examinar os desdobramentos possíveis. A organização da associação impôs-se como assunto da reunião e como continuidade lógica da intervenção. Os habitantes mais próximos se engajaram muito e pressionavam, amigavelmente, para que eu os ajudasse. Decidi assumir o papel de animador da idéia da associação e exortei as pessoas a se engajarem ainda mais e a tomarem a si a organização desta, com minha ajuda.

Os habitantes que se interessavam pelo futuro do bairro não conseguiam formar comissões para colocar em prática suas idéias. Os líderes potenciais tinham medo de assumir um papel mais ativo, talvez por não se sentirem preparados ou por terem medo dos pedidos e reclamações dos outros habitantes.

Durante esse período, uma das habitantes, Rute, distinguiu-se pelo seu papel na organização da discussão. Os presentes a levaram a assumir a presidência da associação. Assim, uma das dificuldades do trabalho comunitário – a designação de líderes – estava resolvida, ao menos para esse grupo restrito. A designação de Rute foi feita considerando-se o aproveitamento coletivo de sua liderança, em razão do seu tempo livre, de sua disposição para servir, de sua competência. Uma atitude madura, que contrastava com a ignorância sobre o funcionamento da organização comunitária (eles perguntavam o que era uma associação, quais eram os postos a ocupar, como se faz uma assembléia, etc.).

Depois dessa etapa, as pessoas entraram em acordo para uma assembléia na semana seguinte, para legitimar a escolha de Rute e discutir o Regulamento da associação. Cada um dos presentes se encarregou de convidar outras pesso-

as para a assembléia. Eu me comprometi a buscar informações sobre os trâmites burocráticos em outras associações que conhecia. Elaborei uma proposta de Regulamento – obrigatória para o registro oficial – tentando “traduzir” os artigos, para torná-los compreensíveis às pessoas.

A idéia, nesse momento, não era fazer uma grande assembléia de habitantes, mas antes eleger uma bancada provisória, esperando as verdadeiras eleições em seis meses. As pessoas mal se conheciam, pois moravam juntas no bairro há apenas seis meses, às vezes até menos. Com a sugestão da idéia da bancada provisória, visava-se dar tempo aos dirigentes para se fazer conhecer e aprender o funcionamento de uma associação.

Nossa experiência conjunta no bairro

A assembléia de fundação da associação deveria realizar-se na sede onde funcionava a representação da Prefeitura no bairro, à noite. A quantidade de participantes surpreendeu a todos, sendo mais de 40 pessoas, ao invés das 20 esperadas. Fomos para a rua, pois o local era muito pequeno, e os participantes que não tinham levado suas cadeiras ficaram de pé. Rute e eu conduzimos a discussão do Regulamento e cada artigo proposto foi discutido com muito interesse. Apesar de meu esforço para deixar as coisas mais simples, alguns artigos continuaram a não ser entendidos.

Essa discussão foi seguida da eleição dos membros da associação. O ambiente era de timidez, pois os presentes não se conheciam bem, salvo o grupo que havia organizado a assembléia.



Leitura e aprovação do estatuto da Associação de Moradores.

Cada candidato (único, por posto) se apresentava, espontaneamente ou empurrado pelos companheiros, e deveria ser eleito pelos aplausos. Como as pessoas não o conheciam, ou pouco, a eleição era um pouco forçada. Era evidente que a iniciativa de uma assembléia era desconhecida dos habitantes, e os dirigentes da reunião tentavam organizar mais ou menos as coisas. Outro membro do grupo, Ada, mostrava um certo conhecimento das iniciativas a serem completadas e ajudou as pessoas a preencher os documentos de fundação.

Os membros da bancada provisória eram todas pessoas que haviam anteriormente participado das atividades pedagógicas; Rute foi escolhida como presidente. Os membros eram quase todos ignorantes dos atos de uma associação, mas parecia estar claro para todos que sua

eleição correspondia à realização de uma obrigação legal para se ter acesso a uma casa para a creche. O Regulamento aprovado pelos presentes previa eleições em seis meses, e a idéia era que as coisas se organizariam melhor a seguir.

Na semana seguinte, uma nova reunião foi realizada para dar continuidade à regularização da associação. Durante toda a semana, a associação foi o assunto das conversas no bairro. Rute foi tratada com hostilidade por alguns habitantes, que eram contra a sua eleição para presidente. Eles a reprovavam por ser mulher e por não ter nem a autoridade, nem os amigos importantes que poderiam ajudar o bairro. Eles queriam um líder forte.

No dia previsto para o reencontro, a reunião começou com a presença dos membros da bancada, mas pouco a pouco foram chegando

outros habitantes. As pessoas contestavam a eleição feita e propunham o nome de Aristeu para a presidência. Aristeu, como visto anteriormente, era um soldado da polícia, licenciado do seu cargo, que dirigia a pequena força de segurança que protegia o patrimônio da Prefeitura e das empresas de construção desde o começo da construção do bairro. Ele era muito conhecido e amado pelos habitantes.

A resistência ao nome de Aristeu, por parte das pessoas interessadas na construção da associação, devia-se ao fato de que ele não era um habitante do bairro. Essas pessoas se inquietavam pela incerteza de sua permanência, o que poderia comprometer a continuidade da organização coletiva. É também verdade que o caráter de Aristeu estava em contradição com as iniciativas participativas realizadas, pois seu comportamento era paternalista e centralizador, típico dos políticos populistas. A atitude do animador externo na assembléia era de apoiar o grupo, já que o trabalho comunitário que se tinha em vista requeria líderes de caráter mais mobilizador e democrático.

O clima estava muito tenso, com Aristeu levantando suspeitas sobre a honestidade e a competência de alguns membros da bancada provisória. Para tentar resolver a situação, tentou-se convencer as pessoas a assumir um compromisso: o diretório ficaria o mesmo e Aristeu seria o presidente; Rute ocuparia um outro lugar no diretório.

Era necessário garantir a legitimidade da Assembléia, que havia sido realizada uma semana antes, garantindo assim a manifestação dos habitantes nesse momento. O descrédito desses procedimentos para a organização da asso-

ciação seria uma perda também do ponto de vista pedagógico, considerando-se todo o processo desenvolvido até então. Depois de muita confusão e de dificuldades provocadas por Aristeu – que queria escolher “sua diretoria” – o compromisso foi aceito.

A Associação em ação

Coloquei-me à disposição da bancada eleita para ajudar nas iniciativas de legalização da associação e fui, eu mesma, com Aristeu, iniciar o processo de registro no cartório. Em seguida, a associação não esteve muito ativa, talvez pela falta de experiência ou de interesse de seu presidente. Os membros da diretoria provisória da associação se reuniram poucas vezes e essas reuniões não foram nada produtivas, no sentido de fazer uma programação do trabalho e definir as responsabilidades de cada membro. As relações entre o presidente e a bancada provisória eram ruins; Aristeu criticava freqüentemente os diretores, que ele não tinha escolhido e com os quais não estava contente. Entretanto, bem no seu estilo, conseguiu favorecer um dos dirigentes de que mais gostava, intercedendo junto aos funcionários da Prefeitura para trocar a casa deste para uma rua mais valorizada do bairro. Por outro lado, alguns membros da associação diziam que Aristeu não era eficaz, que ele era centralizador, etc... Os rumores corriam nos dois sentidos pela comunidade.

Na prática, a associação não funcionou e, pouco tempo depois, Aristeu deixou o bairro por motivos particulares. Os documentos para a legalização da associação desapareceram por al-

gum tempo, e ninguém falava mais no assunto, a menos que para criticar a imobilidade da associação. Entretanto, com as iniciativas para criar a creche, as pessoas e eu mesma pressionamos Aristeu para que ele devolvesse os documentos, o que acabou fazendo. Foi assim que, alguns meses depois, foi criada a Associação de Mães do Vila Verde, que preencheu o vazio deixado pela associação dos habitantes.

Avaliação da ação coletiva

É certo que, mesmo com os contratempos, uma etapa da intervenção estava concluída: as pessoas tinham tido uma experiência concreta de organização coletiva. Toda essa iniciativa de criação da associação deixou evidente a dificuldade de criar e manter uma instituição que pode ser portadora de direitos. Também ficou claro que, sem líderes experientes e interessados em iniciativas de mobilização, uma associação não pode existir realmente. A mesma coisa pode ser dita sobre uma associação “de fachada”. Se não há por trás uma pessoa que saiba jogar o jogo da manipulação, a associação só poderá se dissolver. Aristeu não era tão experimentado para ver claramente os benefícios que poderia obter na lógica de cooptação eleitoral, por exemplo, praticada em outras associações.

Um elemento a notar nesse processo: havia no bairro uma homogeneidade de opiniões sobre a necessidade e a eficácia da ação conjunta. Viu-se que a idéia da necessidade de mobilização popular unificada, para conseguir obter o socorro das autoridades, é muito difundida, assim como a crença na potencialidade dessa mobiliza-

ção. Isso quer dizer que a etapa de persuasão das pessoas relativamente à necessidade de uma ação organizada já estava realizada, antes mesmo do começo de nossa intervenção. Almeida (1992) percebeu essa situação nos movimentos populares em Belo Horizonte: o grupo, quando se auto-refere como uma “comunidade”, obtém a legitimidade para se tornar interlocutor à altura de argumentar com as autoridades.

As respostas ao questionário inicial da pesquisa, que continha perguntas sobre o engajamento dos habitantes em ações coletivas, mostram essa atitude. Por exemplo, à pergunta “Você está interessado em participar de reuniões para discutir os problemas do bairro?” 92,1% dos entrevistados respondeu “SIM” e, 7,9%, “NÃO”. As respostas às questões seguintes reforçam a primeira; assim, à questão “Quais são as atitudes que cada um poderia ter para melhorar a vida de todos no bairro?”, 78% responderam “Todos juntos, poderíamos fazer muitas coisas no bairro”; 14% disseram “Ninguém pode fazer nada, pois é responsabilidade das autoridades”; e 8% assinalaram “Cada um deve se ocupar de seus afazeres e deixar os outros se ocuparem dos deles”. A pergunta “Para resolver os problemas do bairro você pensa que...” obteve 94% de marcações em “A união faz a força”, e 6% em “Cada um por si e Deus por todos”.

Mesmo que essas questões sejam excessivamente “fechadas” e indutivas, vimos, em seguida, com a apuração do questionário final, o qual continha perguntas abertas, respostas muito próximas das citadas acima. À pergunta “Quais as atitudes que cada um poderia ter para melhorar a vida de todos?”, 23/37 propõem iniciativas coletivas (união, reunir, petição, associa-

ção, mutirão; a palavra “união” aparece em 8/23 dessas respostas); 5/37 propõem atitudes práticas individuais (limpeza, ajudar os outros); também 5/37 mostram uma certa impotência, dizendo que “é difícil” ou que “não há nada a fazer”, ou, ainda, que “isso depende das autoridades”, ou que “o problema é o desemprego”. Finalmente, 4/37 propõem “cada um por si”. À questão “Na sua opinião, como é possível resolver os problemas do bairro?”, 35/38 respostas são positivas, dizendo que os habitantes devem se reunir, lutar, “correr atrás” das autoridades, para resolver os problemas, e apenas 3/38 das respostas são duvidosas ou fatalistas.

Ficou evidente que algumas pessoas queriam chamar a atenção sobre si mesmas através das afirmações de engajamento. Em todos os questionários, as perguntas feitas podem levar a um certo tipo de resposta, mas somente se já há uma idéia comum do que se deve responder para ser “correto”. É isso que é surpreendente: de onde vêm essa homogeneidade e essa simpatia pela idéia da ação coletiva? De outra parte, de onde vem essa confiança na ação das autoridades? É evidente que as pessoas crêem que é eficaz ir buscar as autoridades (“correr atrás”) para resolver os problemas do bairro.

Talvez seja possível compreender essas atitudes examinando-se as experiências anteriores das pessoas, mesmo se relativas a experiências pontuais. Assim, verificou-se que conhecem pelo menos as ações reivindicativas e que até tiveram boas experiências, pois 41% dos entrevistados disseram que sua experiência de luta foi bem-sucedida e apenas 3% falaram de derrotas (os demais não souberam responder). Era preciso conhecer muito bem as lutas urbanas

em Salvador em cada bairro para aprofundar a discussão desse dado. Entretanto, o que também ficou claro é que durante a experiência-piloto não podíamos ver as conseqüências dessas idéias na prática. Mesmo tendo havido uma mobilização significativa das pessoas, por exemplo, para fundar a associação, na hora do encontro para estabelecê-la ali não havia o mesmo número de pessoas que responderam estar interessadas. Pôde-se constatar que, mesmo se as pessoas estão preparadas “ideologicamente” para agir coletivamente, a falta de experiência e de confiança em si as impede de engajar-se.

Um outro obstáculo para a ação coletiva de tipo pedagógico que estávamos propondo era que as pessoas esperavam líderes “salvadores”. Seus discursos na assembléia e, anteriormente, durante as discussões nas atividades pedagógicas, mostravam claramente isso. Elas estariam prontas a agir coletivamente – pontualmente, todavia – assim que vissem um caminho a seguir, mostrado por um líder carismático. Em sua concepção original, não era possível construir o caminho à medida que se desenrolassem as ações.

Uma última pergunta foi feita para tentar compreender o real interesse das pessoas pela ação coletiva, com relação aos seus interesses pessoais: “Se por acaso nós soubéssemos que haveria dinheiro para construir equipamentos para o bairro e fosse necessário decidir, qual seria sua opinião? a) é preciso fazer primeiro um posto policial; b) é preciso fazer primeiro o posto de saúde; c) é preciso fazer primeiro um terminal de ônibus; d) é preciso fazer primeiro uma votação para saber a opinião de todos”.

Metade (46%) das pessoas respondeu que era preciso fazer uma votação para conhecer a

opinião de todos, apesar da armadilha contida na questão. Tratando-se de uma população que tem necessidade de todos esses tipos de intervenção pública, o número de pessoas que se preocuparam com a opinião coletiva parece alto. Entretanto, diante da quase unanimidade quanto à necessidade da ação conjunta dos habitantes, observada nas outras perguntas, trata-se de um número menos espetacular. Com base na experiência concreta vivida no bairro, pode-se dizer que este último número reflete mais a realidade.

Segunda ação coletiva: a eleição para a escolha do nome do bairro

O nome do bairro era um problema que existia desde o início de sua construção, várias denominações já tendo sido dadas ao lugar, o que ocasionou muita confusão. Para dar continuidade à intervenção, foi proposta uma eleição com a qual se escolheria o nome do bairro. Para viabilizá-la, contou-se com os habitantes mais engajados, principalmente com aqueles que tinham tomado parte anteriormente na organização da associação.

O nome oficial do bairro era “COHAB II e III”, e esse nome estava impresso nos mapas urbanísticos dos técnicos da Prefeitura e das empresas de construção. Era também o que estava escrito nas faturas de eletricidade das casas. O nome “Vila Verde” era o mais conhecido das pessoas, por causa do bairro de invasão, vizinho, onde uma placa muito rústica sinalizava a entrada. Até os motoristas de ônibus da região conheciam o bairro por Vila Verde. Um outro fa-

tor da escolha do novo nome vinha dos convites para as atividades pedagógicas, já rotineiras no bairro, onde ele também era sempre chamado de Vila Verde.

Diante dessa confusão, foi proposta a possibilidade de eleger um nome, o que pareceu uma oportunidade pedagógica muito pertinente ao espírito da intervenção, e levada a idéia aos funcionários da Prefeitura, para um trabalho conjunto, que imediatamente a aceitaram. Os habitantes não se mostraram confiantes quanto à viabilidade de uma eleição desse tipo, pois não é comum em Salvador que as pessoas escolham o nome do seu bairro. Com o engajamento da Prefeitura e os encorajamentos do animador externo, os habitantes também se engajaram e, mais uma vez, puderam superar sua falta de confiança como grupo.

Nossa experiência conjunta em Vila Verde

Os funcionários da Prefeitura se ocuparam da lista de votantes e eu, das cédulas de voto. Os nomes propostos aos habitantes – os mais comuns – foram escolhidos conjuntamente com eles, em uma reunião. A impressão passada pelos habitantes que se interessavam pelo trabalho coletivo era a de que eles estavam contribuindo com este parceiro externo que, por sua vez, os estava ajudando para que tivessem êxito no seu próprio trabalho no bairro. A eleição foi um sucesso. Durou toda uma semana: de segunda a sexta-feira à tarde, na sede da representação da Prefeitura, sob a responsabilidade dos seus funcionários; no sábado, sob minha responsabili-



Votação para escolha do nome do bairro.

dade e dos habitantes, em dois postos de votação. Houve uma participação importante, pois 225 pessoas votaram num universo de aproximadamente 400 casas ocupadas.

Para a maior parte das pessoas que se envolviam com a organização da eleição, ela foi um curso prático de democracia, pois jamais haviam feito isso anteriormente. Alguns habitantes mais experimentados, principalmente Ada, Rute e Judson, dirigiam o processo juntamente comigo e os funcionários da prefeitura. Os habitantes votaram muito seriamente, respeitando o segredo do voto e o ritual da urna. A contagem de votos foi feita na presença de vários membros da associação, que acabara de ser criada. Aristeu não se envolveu com esse movimento e isso ilustra sua falta de interesse por esse tipo de mobilização.

O nome vencedor foi “Conjunto Vila Verde”, e sua escolha foi clara: 133 votos para Vila

Verde e 47 para Cohab. Houve protestos de pessoas que diziam – *“Ah, mas esse nome é o nome de um bairro de invasão, nós seremos confundidos pela polícia com marginais!”*. Apesar disso, parece que era mais cômodo para as pessoas nada mudar, pois o nome Vila Verde era o mais conhecido, além de ser o mais poético. Aparentemente, os funcionários da Prefeitura preferiam o nome oficial; o resultado, entretanto, foi aceito sem problemas pelo grupo que organizou a eleição.

Avaliação da ação coletiva

A idéia de organizar uma eleição para escolher o nome do bairro era muito pertinente no desenrolar da experiência, pois a assembléia de fundação da associação acabava de programar uma para eleger seus dirigentes. A experiência seria certamente importante e instrutiva para ajudar os membros da associação a fazer a sua eleição seis meses mais tarde. Esse processo também alimentou o espírito de grupo e, através dele, as capacidades de cada uma das pessoas envolvidas começaram a ser reconhecidas: aquele que fazia bem os cartazes de divulgação, aqueles que se comunicavam bem com os habitantes, etc.

O problema que essa ação coletiva revelou foi a inexperiência de muitos habitantes com a iniciativa democrática. Apesar de toda a mobilização das pessoas para votar, houve algumas contestações ao resultado das eleições. Essas reclamações não diziam respeito à organização do processo; ninguém aventou, por exemplo, a possibilidade de ilegitimidade dos votos por alguma razão ou de parcialidade da eleição.

Tratava-se, efetivamente, da falta de respeito de alguns para com a voz da maioria, que havia votado contra a opinião dos que reclamavam.

A legitimidade da eleição não foi julgada em si, mas por não se originar de uma instituição tradicional, como as eleições municipais. O fato de que ela envolvia apenas o bairro e que era organizada principalmente por habitantes, a fazia menos respeitável para alguns. Reconhecer o esforço de um grupo para fazer uma eleição bem organizada e com a participação de todos revela maturidade política e respeito pela iniciativa em si, diferente do simples reconhecimento de uma autoridade formal.

O erro do grupo foi o de não divulgar bem o resultado das eleições, como deveria. Para deixar o resultado incontestável era importante mostrar sua legitimidade, oriunda do número de pessoas que se manifestaram votando, e explicar melhor às pessoas o que isso significava. Apesar das contestações iniciais o nome Vila Verde continuou, e mesmo a Prefeitura e a imprensa passaram a chamar o bairro assim daí em diante, como até hoje.

Terceira ação coletiva:

A organização da escola comunitária

Depois da organização da associação e da eleição do nome do bairro, havia um grupo de pessoas dispostas a trabalhar em conjunto, motivadas para agir e que queriam começar a organizar a creche. Entretanto, a iniciativa para registrar a associação para receber a casa da creche continuava parada pela falta de interesse de

Aristeu. Foi preciso propor uma nova atividade para estimular o potencial de ação do grupo, pois as pessoas ainda não estavam inteiramente preparadas para tomar iniciativas. Essa ação foi a organização de uma escola comunitária de alfabetização de adultos.

A idéia de alfabetizar adultos era apropriada à nossa intervenção no bairro em vários aspectos. Primeiro, porque no bairro havia uma real necessidade disso, visto o número de analfabetos. Depois, porque o método de alfabetização proposto era o de Paulo Freire – a “Pedagogia do Oprimido”. Poderíamos, assim, ver ser posta em prática uma das idéias inspiradoras da pedagogia da participação.

De acordo com o método adotado, o tema das aulas deveria ser escolhido a partir da vivência das pessoas, tendo sido sugerido o bairro e as condições de vida da população. A idéia era juntar as discussões desenvolvidas pelos habitantes até esse momento às atividades pedagógicas e ações coletivas. O tema do bairro devia dar origem às palavras estudadas a cada dia, e os alunos deveriam escolher as palavras que eles gostariam de aprender. A escolha das palavras fazia parte da estratégia de valorizar o conhecimento das pessoas, podendo-se chegar assim a uma alfabetização que é também libertadora, nas palavras de Paulo Freire.

Os funcionários da Prefeitura cederam o espaço da sua sede para o desenrolar das aulas, à noite. Eles queriam se envolver, pedindo material à Secretaria Municipal de Educação. Mas, como sempre, as ações da Prefeitura foram muito lentas, e o grupo teve de ir buscar ajuda em outro lugar. Aristeu, por sua vez, opôs-se à organização da escola, provavelmente porque se

sentia incomodado diante da importância que alguns líderes passaram a ter durante a organização desta. Um dos problemas criados por ele era o constante desaparecimento da chave da sede da Prefeitura no bairro (que ficava sob sua responsabilidade, como chefe da segurança local), o que, às vezes, impedia a realização das aulas. Entretanto, entre disputas e negociações, terminou-se por vencer as dificuldades.

Nossa experiência conjunta em Vila Verde

A proposta de fazer uma escola comunitária foi discutida com várias pessoas e a idéia foi muito bem aceita. Duas das pessoas ativas durante as últimas ações coletivas, Ada e seu irmão, Judson, foram parceiros entusiastas dessa idéia, pois Ada é professora e Judson tinha vontade de agir nesse campo. A escola deveria funcionar com voluntários do bairro, de acordo com minha sugestão. A idéia era ter um ou dois professores cada noite – assim, não seria muito difícil encontrar voluntários. Ada, Judson e eu nos encarregamos de encontrá-los, bem como de fazer o levantamento do número de adultos interessados em serem alfabetizados.

Várias reuniões foram realizadas com os futuros professores, pessoas que tinham um grau de escolaridade mais elevado que a média dos habitantes (aproximadamente oito anos de escola). O método de alfabetização proposto foi objeto de alguns protestos, pois os voluntários não o conheciam e isso era uma dificuldade a mais diante do desafio de se tornar professor a que cada um tinha se lançado. Entretanto, o

apoio de Ada à idéia, cujas vantagens ela conhecia, fez a diferença, pois era a única pessoa realmente experiente. Para contornar a dificuldade com o método Paulo Freire, escrevi um texto que foi largamente discutido nas duas reuniões semanais dos professores. A idéia das aulas começava pouco a pouco a ganhar forma.

Nas reuniões, a questão material foi constantemente discutida. Era impossível para as pessoas do bairro solucionar esse problema, por causa de sua penúria. Aqui, foi necessário que o animador externo iniciasse seu papel de intermediário entre o mundo daqueles que precisavam de ajuda financeira e o mundo dos que podiam e queriam ajudar a iniciativa popular. A pessoa – à época chefe do estoque de material de uma empresa – indicada por amigos comuns, era engajada em trabalhos filantrópicos e se interessou imediatamente pela escola, ajudando individualmente e através do seu cargo.

Uma comissão de “professoras” foi então ver o provável parceiro. Em um contato anterior eu lhes explicara que essa reunião tinha um importante caráter pedagógico, paralelamente ao seu caráter material – era necessário mostrar às interessadas que era possível convencer outras pessoas a ajudá-las, que elas eram capazes disso e que sua iniciativa era digna de admiração. O animador manteve-se como observador da reunião, que foi dirigida por líderes em formação: Ada e Rute. O parceiro foi muito simpático e solidário e as mães presentes ficaram exultantes com essa recepção respeitosa. Para elas, serem recebidas de igual para igual, e mesmo de forma admirativa, por alguém de outra categoria social, significava uma experiência nova. Uma delas chegou a dizer que este dia seria “ines-



A escola comunitária em funcionamento.

quecível”. A comissão obteve tudo o que era necessário (mesas, cadeiras, lápis, papel, etc.) e também se assegurou da disposição do parceiro para continuar ajudando a escola.

As aulas começaram no início de setembro. No primeiro dia os alunos fizeram uma lista de aproximadamente trinta palavras sobre o tema “a vida no bairro”. Com base nessa lista, os professores escolheram as palavras que eram apropriadas para começar: deveriam ser simples, do ponto de vista fonético, mas ter um conteúdo simbólico importante para as pessoas. As primeiras palavras estudadas foram “comunidade”, “moradores” e “módulo” (de módulo policial).

A organização dos pares de professores de cada dia foi feita com dificuldade, por causa de

problemas pessoais entre as pessoas. A equipe de animadores externos garantiu a aula de quarta-feira à noite. De acordo com o método Paulo Freire, os alunos deveriam discutir com os professores sobre a palavra do dia, antes da aula; essa discussão se mostrava mais interessante nos dias em que o par de professores era mais experiente. Os alunos logo mostraram sua preferência por alguns dos pares, sendo mais numerosa a presença nos dias em que seus favoritos davam aulas. Essa situação originou inveja, rancores e a desistência de alguns voluntários.

Os alunos fizeram progressos rapidamente. Os habitantes do bairro, sobretudo os vizinhos da escola, eram parceiros também, pois emprestavam suas cadeiras para suprir as que

faltavam. Um carpinteiro, que havia anteriormente acompanhado as atividades pedagógicas, presenteou a escola com um grande banco rústico, que ele mesmo fizera.

Avaliação da ação coletiva

As disputas entre os professores constituíram a maior dificuldade encontrada para o funcionamento da escola. No início, a inveja atingia particularmente Rute. Esta, sendo responsável pela área cultural da associação de habitantes, que ainda existia, tinha sido designada como coordenadora da escola. Pouco a pouco,

as intrigas e a inexperiência da direção acarretaram a desistência de Rute. Em seguida, tendo-se destacado Ada, que se mostrou a pessoa mais experiente nas aulas (era professora diplomada), esta também foi alvo da inveja dos voluntários.

A organização da escola permitiu mostrar a potencialidade do trabalho coletivo e a capacidade das pessoas para cumprir uma tal tarefa, mas também mostrou que o caminho era longo, por causa da inexperiência das pessoas. Os conflitos entre os voluntários poderiam ser resolvidos com um pouco de maturidade, mas essa não existia. Tive um papel de intermediária nos conflitos, divergências e desentendimentos, e essa mediação permitiu, finalmente, o início das aulas.

© Débora Nunes.



Cena de um mutirão na creche.

O contato com o parceiro da escola foi o primeiro momento, na intervenção, em que os alunos saíram de seu mundo, do território do bairro, o que foi muito instrutivo. Quando as pessoas tomam a iniciativa de falar durante a reunião, isso mostra um certo grau de independência do animador e demonstra que os objetivos da intervenção estão sendo alcançados.

As reuniões dos professores para programar as aulas da semana seguinte eram um termômetro da autonomia do grupo engajado com relação à ajuda externa, representada por mim. No início, as reuniões aconteciam somente se eu estivesse presente. Pouco a pouco as pessoas assumiram a direção da escola e, apesar das dificuldades das relações pessoais de alguns dos professores, essas reuniões se tornaram frequentes. Eu as freqüentava cada vez menos.

A vitória que significou o funcionamento da escola revolucionou todo o trabalho posterior. Não se falava mais de uma vontade de trabalhar em conjunto, mas de uma experiência concreta. Cada uma das pessoas envolvidas sabia o quanto tinha sido difícil alcançar essa vitória, ultrapassar sobretudo a inexperiência de todos e os conflitos interpessoais. Uma vantagem intrínseca da organização da escola é que o prazer de ensinar os outros a ler sensibilizava a todos, por se tratar de fato de uma experiência gratificante.

A organização da escola suscitou uma luta de poder entre Ada e Aristeu. Apesar da sua simplicidade material e de seus apenas dez alunos, a escola era uma conquista no bairro. Os alunos falavam, os professores também, os habitantes de Vila Verde podiam ver seu funcionamento todas as noites e a escola tinha seus partidários

incondicionais. A liderança de Ada se consolidava a cada dia e ela se tornava uma referência no bairro. Por trás da disputa entre Ada e Aristeu, havia uma luta entre dois pontos de vista sobre o trabalho comunitário: um, tradicional, centralizador e paternalista, e outro, mobilizador e construtor de vitórias coletivas.

Quarta ação coletiva:

A organização da creche comunitária

Após colocar a escola em funcionamento, nós nos debruçamos sobre a organização da creche, como continuidade lógica do trabalho efetuado no bairro. O desafio era difícil, mas seu sucesso seria muito útil para as famílias. Todas as iniciativas para a organização de uma creche seriam pertinentes para o processo pedagógico em questão.

Até esse momento, dois meses após a fundação da associação, ela não tinha sido registrada; isso ameaçava o projeto da creche, por causa da falta de local para seu funcionamento. Quando perguntávamos ao presidente da associação sobre os documentos necessários, ele dava respostas evasivas e dizia às pessoas que a creche não era prioritária. É provável que a motivação da reticência de Aristeu fosse a mesma que o fez rejeitar as iniciativas relacionadas à escola: ele temia o prestígio do grupo em ação, que poderia competir com sua autoridade, particularmente o prestígio de Ada.

É verdade que a organização da creche era considerada por alguns como uma maneira de retomar a organização dos habitantes de outro

modo, já que Aristeu bloqueava a ação da associação. A idéia era que, com a fundação de um “Clube de Mães”, por meio do grupo da creche, seria possível retomar legalmente as ações no bairro, esquecendo a associação “de Aristeu”. A desconfiança de Aristeu era assim fundada, mas o engajamento das pessoas nesse projeto alternativo não era suficiente para abalar o imobilismo da associação.

Apesar das dificuldades, a creche despertava o interesse de todo mundo. Desde o começo das atividades pedagógicas, realizaram-se longas discussões sobre a oportunidade de criá-la. Essa idéia causava polêmica: alguns acreditavam na possibilidade de organização de maneira “comunitária”, ou seja, sem a ajuda dos poderes públicos, enquanto outros achavam isso impossível. O desafio lançado com a sugestão de criá-la por meio da organização comunitária era um motor para aqueles que defendiam a primeira alternativa. A maior parte dos professores da escola e até os alunos interessavam-se pela organização da creche. O momento era particularmente propício a seu engajamento, pois eles estavam contentes de ver a escola funcionar e se sentiam importantes.

A creche era um empreendimento maior que a escola, e as questões concretas em torno de sua organização afetavam interesses diversos no bairro, como o ilustra o caso da sua sede. A grande força das autoridades do bairro (os funcionários da Prefeitura e Aristeu, como chefe de segurança) era dispor das casas vazias das quais eles tinham a guarda. Entretanto, eles não entravam em acordo quanto a quem ou a quais casas seriam cedidas e a doação de uma delas para a creche foi igualmente um ponto de

discórdia entre eles. Depois de algumas “sabotagens” da parte daqueles que eram contra a creche, encontrou-se uma casa vazia que poderia servir para instalá-la.

Nossa experiência conjunta em Vila Verde

Várias pessoas foram contatadas tendo em vista encontrar parceiros e receber conselhos e ajuda para organizar a creche. Entre as pessoas procuradas algumas possuíam experiência com esse tipo de trabalho ou tinham tido contato com instituições semelhantes. O interesse desses parceiros de fora do bairro estimulava o grupo interessado desde o início e era um sinal de que a idéia começava a ganhar forma. Cada um pensava em uma amiga ou vizinha que tinha filhos e necessitava de trabalhar. A idéia era começar a organização da creche antes mesmo da resolução do problema dos documentos da associação e, portanto, do acesso à casa-sede, pois o processo de organização prometia ser longo.

A primeira discussão sobre a creche foi realizada durante uma das reuniões dos professores da escola, que aconteciam todos os sábados, na casa de Ada. As necessidades materiais da creche foram o primeiro tema e uma pessoa que já havia trabalhado em uma entidade com essa, Zélia, logo se distinguiu na reunião, por conhecer bem o assunto. Naturalmente isso gerou reações invejosas e, durante todo o processo, ouviram-se comentários como o de que Zélia queria ser a “dona” da creche.

As reuniões semanais das “mães da creche”, como as chamávamos, eram maratonas. Essas mulheres nunca haviam tido uma experiência como essa e era muito difícil organizá-las. Novamente o desconhecimento das regras de organização do trabalho coletivo, baseado nos rituais da democracia direta, era um empecilho ao bom andamento da experiência. Questões práticas, como o respeito ao horário de início das reuniões, a definição, mesmo que precária, da pauta da reunião, a garantia do direito à voz de todos os presentes, o respeito à fala de cada um, etc., eram explicadas a cada vez, pois sempre havia novas “mães” nas reuniões. Essas mães, pela sua inexperiência, tornavam necessário recomeçar às vezes a discussão, pois não entendiam que se tinham chegado no meio do processo era preciso respeitar as decisões já tomadas pelos outros.

Os professores da escola formavam, juntamente com outros, o grupo que dirigia a creche. As disputas entre esses líderes potenciais faziam com que esse processo de organização acontecesse muito lentamente, pois tudo era continuamente reposto em discussão. Os líderes não estavam muito firmes em seus papéis e em cada reunião havia desistências; mesmo se estas não fossem definitivas, causavam um problema de continuidade no trabalho, porque não havia um núcleo consolidado de direção. A gestão do processo vinha do animador externo, pois eu era o único elemento “fixo” do grupo e, portanto, referencial.

O que precipitou os acontecimentos da organização da creche foi a percepção de que quase todas as casas do bairro já estavam ocupadas e que se poderia ficar sem nenhuma. O grupo se

entendeu com o funcionário da COHAB para tomar posse de uma última casa vazia. Essa casa, muito mal-localizada, foi de início recusada por alguns dos envolvidos. Entretanto, após muita discussão, as pessoas perceberam que era melhor ter um lugar mal localizado que nenhum. Essa decisão razoável foi difícil de ser tomada.

Durante muito tempo as pessoas do bairro continuaram a reclamar da má localização da creche e os que costumavam fazer comentários maldosos encontraram aí mais um assunto. Depois de ter aceito uma casa, a realização dos trabalhos de acabamento do local se impunha ao grupo, bem como um fechamento do terreno. Isso significava um novo momento da ação coletiva, no qual iríamos passar realmente à ação, e as decisões nas reuniões se tornavam mais concretas. Os trabalhos necessários só poderiam ser feitos através de mutirões. Tratava-se de atividades muito cansativas e pesadas (desmatar e nivelar o terreno, fazer melhorias na casa, etc.), de caráter masculino, na tradição local. Portanto, era preciso mobilizar os “pais” da creche e sabia-se que isso não era fácil, pois, desde o início do processo, as mães contavam que seus maridos resistiam às atividades que elas vinham desenvolvendo.

Organizar os mutirões não era fácil de vários pontos de vista. Os homens presentes não eram numerosos e isso era um motivo de briga entre as mães: as que haviam convencido seus maridos acreditavam ter mais direitos que as demais. As pessoas que vinham a um mutirão falavam mal das que não estavam presentes sem se dar conta do fato de que no mutirão anterior elas mesmas não estavam presentes. Comecei a registrar as presenças e isso recolocou um pouco

de ordem. Para atrair as pessoas e criar um espírito de comunidade, a cada mutirão organizávamos um almoço coletivo.

A direção dos trabalhos coletivos constituía uma dificuldade a mais, pois as pessoas queriam creditá-la a mim, mas eu não podia assumir esse encargo sozinha, pois isso entrava em contradição com os princípios da metodologia testada. Dessa forma, os trabalhos se atrasavam. Era preciso também uma “direção técnica” para as obras, pois a maioria das pessoas não conhecia a profissão de pedreiro, carpinteiro, etc., e muitos erros eram cometidos a cada mutirão. E era ainda preciso tomar emprestadas as ferramentas necessárias aos vizinhos de bairro, o que implicava mais responsabilidade pessoal e diante do grupo.

Além dos problemas de organização, havia problemas materiais – a falta de água, que atingia freqüentemente o bairro, e principalmente, a falta de dinheiro, o que nos levou a buscar doações. A soma de dinheiro de que precisávamos era muito pequena, mas não para as pessoas que não têm nada. No começo, nos dirigimos aos comerciantes do bairro, que nos ajudaram; mas com o desenvolvimento dos trabalhos eram necessárias doações cada vez maiores. O destino da creche se misturou completamente ao da escola, pois fomos buscar a ajuda do mesmo parceiro, com os mesmos princípios que tivemos no contato anterior.

Outras iniciativas foram tomadas na busca de doações. Os auxílios externos não eram difíceis de encontrar e, geralmente, as pessoas contatadas ficavam felizes de poder ajudar esse tipo de iniciativa. Nossa primeira grande vitória foi poder garantir a alimentação das crianças

durante todo o primeiro ano, graças ao parceiro da escola. Isso permitiu o efetivo início das atividades.

A elaboração das regras de funcionamento da creche foi assunto de várias reuniões, às vezes tensas. As questões discutidas, que iam da maneira de tratar as crianças até a forma de administrar o dinheiro recebido eram novas para as pessoas. Uma das decisões tomadas, envolvendo a definição de responsabilidade de três mães diferentes, a cada dia, para tomar conta das crianças, foi objeto de debates acalorados. Como escolher o trio, apesar das brigas pessoais? Quem iria dirigir essas pessoas sem ferir suas suscetibilidades? Quem faria o quê na creche? Como administrar a creche no dia-a-dia? Como administrar o dinheiro da comida? Todas essas questões foram objeto de longas e cansativas discussões, nas quais as decisões tomadas em um dia eram esquecidas ou contestadas no dia seguinte.

Sem dúvida, a coragem e a determinação dos líderes da creche, principalmente de Ada e Zélia, assim como o apoio de um grupo próximo e dos parceiros externos, é que vêm permitindo seu funcionamento até hoje. Nada foi idílico nesse processo, mas ele atingiu seu objetivo.

Avaliação da ação coletiva

Na organização da creche, soubemos encontrar parceiros, manter essas parcerias e ultrapassar as dificuldades advindas dos “adversários”. Os funcionários da Prefeitura foram parceiros muito importantes para encontrar a casa-sede. De sua parte, Aristeu foi um adversário, na medida em que, discretamente, impedia o

avanço das coisas, seja por reter os documentos necessários à regularização da associação, que, assim, não avançava, seja pelos comentários que desencorajavam alguns participantes. Na verdade, ele quase conseguiu impedir a realização do primeiro mutirão, pois se recusou a dar a chave da casa e foi preciso que se quebrasse o cadeado para conseguir trabalhar com os quase 20 voluntários presentes. Todavia, os verdadeiros adversários do grupo eram alguns dos seus próprios membros, com sua inexperiência de trabalho coletivo, suas mostras de irresponsabilidade para com o projeto e, muitas vezes, pelo despeito demonstrado diante do prestígio dos líderes que despontavam.

Os mutirões eram, para mim, a ocasião de ver o grau de autonomia atingido pelas pessoas em seu trabalho. Várias vezes fiquei decepcionada porque as coisas não andavam em minha ausência ou porque as pessoas não agiam antes de me consultar. Tentei ser sempre firme, pois sabia que uma excessiva intervenção de minha parte poderia inibir a iniciativa das pessoas. Mas finalmente compreenderam que deveriam agir, e aqueles que eram os mais interessados e tinham mais eficácia se destacaram. Em certo momento, um pequeno grupo realmente assumiu a realização dos mutirões, sem a presença do animador externo.

Um problema de base sempre esteve presente: o interesse de algumas mães em serem contratadas em seguida, quando a creche estivesse “pronta”. Para as pessoas de espírito mais “comunitário”, esse desejo, que transparecia em algumas, era um verdadeiro pecado. Assim, eu sempre tinha de lembrar às pessoas que desejar um emprego era uma aspiração legítima. En-

tretanto, o problema se repetia desde há muito tempo, desde a discussão para a indicação das mães que atuariam a cada dia na creche. Houve mães que propuseram pagar duas pessoas fixas, para evitar as possíveis disputas. Elas não compreendiam que não havia fundos disponíveis ou, talvez, aguardassem o apoio de um parceiro externo poderoso. Essa ilusão é reveladora do desconhecimento do que representa um trabalho comunitário do ponto de vista das responsabilidades de cada um e, ainda, que a expectativa de uma relação de tutela – como aquela dos “assistidos felizes” (WOLF, 1993) – está sempre presente, apesar dos progressos na direção da autonomia.

Havia, em geral, dois tipos de mulheres que participavam da organização da creche: as “experientes” e as “necessitadas”. As experientes eram aquelas que tinham realizado um trabalho coletivo anteriormente e que acreditavam na possibilidade de colocar a creche em funcionamento. Normalmente, essas mulheres tinham um nível de renda e escolaridade levemente superior ao das outras. Considerando-se sua crença na possibilidade de conseguir fazer a creche funcionar, elas não eram mais prisioneiras dos efeitos da estigmatização.

As “necessitadas” eram mulheres que viviam em condições muito difíceis. Entre elas havia mulheres muito jovens, com um comportamento às vezes irresponsável em face do coletivo. Elas eram atraídas para a ação coletiva porque precisavam dos serviços propostos, mas não se davam conta do percurso a completar. Algu-

mas nem acreditavam nisso. As “necessitadas” tornavam o processo ainda mais difícil, pois não compreendiam que a creche era uma coisa que deveria ser construída. Tinham, assim, uma certa falta de compromisso com essa construção, apesar de serem as que mais precisavam do funcionamento desse equipamento comunitário, até para a alimentação de seus filhos, o que fazia com que sempre brigassem, por vezes deixando tenso o ambiente das reuniões e dos mutirões.

As mais experientes entendiam que o que iria acontecer dependia delas e, desse modo, tomavam mais cuidado com as palavras, chegando às vezes a voltar atrás para pedir desculpas, se isso fosse necessário para manter um bom ambiente de trabalho. Entretanto, entre estas, a dificuldade vinha das brigas por espaço, pois cada uma queria se distinguir mais que as outras, inclusive diante do animador externo.

Essa distinção entre “experientes” e “necessitadas” é um pouco sumária, pois havia comportamentos de todos os tipos e nunca ninguém foi um modelo de mulher “experiente”, dedicada à causa da creche. Aqui, também foram vistos altos e baixos em cada uma. Trata-se antes de tendências, como as que sinalizamos anteriormente, sobre os pólos “potencialmente engajado” e “potencialmente anômico”.

Outras iniciativas pedagógicas e alguns erros exemplares

Durante toda a duração das ações coletivas, o animador externo tentou organizar atividades complementares àquelas que eram desenvolvi-

das em conjunto. O objetivo era favorecer a integração das pessoas, descontrair o ambiente do grupo e promover pequenas vitórias coletivas. Algumas dessas iniciativas foram muito bem-sucedidas e outras, menos, tendo em vista o objetivo utilitário; entretanto, o fato de “fazer algo” e de fazê-lo em grupo, significava sempre um aprendizado do trabalho coletivo. Para organizar essas iniciativas sempre tive o apoio das pessoas mais engajadas, que diziam ter vontade de me prestar um serviço para me agradecer pela minha dedicação ao bairro. Como exemplo dessas ações, será citado o concurso de textos que foi realizado.

Durante o período de organização da creche, fizemos um concurso de redação sobre o tema “Meu bairro como ele é e como eu gostaria que ele fosse um dia”, também considerando a necessidade da pesquisa de contar com materiais de estudo, escritos, que contivessem o próprio pensamento das pessoas sobre o bairro. O concurso não foi organizado no momento das atividades pedagógicas, o que talvez fosse mais lógico, mas menos eficaz, pois, na época, as pessoas não tinham vivido o suficiente no bairro para falar disso. O fato de ser realizado durante as ações coletivas conferiu-lhe um papel destacado nos eventos do bairro naquele momento: foi um motor de integração entre as pessoas que trabalhavam para a escola e aquelas da creche.

Doze pessoas participaram desse concurso, observando-se que quase todas tinham, anteriormente, se vinculado às iniciativas de intervenção, seja no âmbito das atividades pedagógicas, seja no das ações coletivas. O júri compreendia um professor universitário, Ada (a pro-



Crianças em momento de repouso na creche comunitária de Vila Verde.

fessora da escola e líder, já citada), e eu mesma. O apoio dos líderes do bairro contribuiu para o sucesso do concurso, pois eles ajudaram a inscrever as pessoas e a motivá-las, em seguida, a produzirem seus textos.

A festa de entrega de prêmios foi cuidadosamente organizada pelas mulheres da creche e da escola, cada uma delas tendo contribuído fazendo um bolo. Essa foi a ocasião de reunir os alunos da escola, os professores e as pessoas da creche, além dos participantes do concurso, em torno da mesma mesa. O momento da festa foi importante para dar uma outra atmosfera às atividades, normalmente muito cansativas, seja física (mutirões), seja intelectualmente (reuniões). Os prêmios, bem modestos (um jantar para duas pessoas em uma pizzaria, duas entradas para o circo e duas entradas para o cinema), foram financiados pelo membro do júri estranho ao bairro, o professor universitário, que quis ajudar a pesquisa e as pessoas.

A análise dos textos permitiu verificar-se que os participantes desse concurso tinham desejos muito precisos para o futuro do bairro e eram bem ambiciosos em suas reivindicações. De uma maneira geral, as pessoas achavam que, naquele momento, o bairro estava razoavelmente bem estruturado e concebiam o seu futuro de forma bem otimista. Suas listas de melhorias necessárias misturavam a falta de serviços urbanos e as dificuldades de relações de vizinhança, como se se tratasse de problemas de mesma natureza. Quando os textos falavam dos problemas do bairro, raramente se referiam às autoridades especificamente; alguns mencionaram um “presidente do bairro” ou uma associação. O clima de engajamento no qual vivia o grupo das pessoas envolvidas nas ações coletivas transparecia nos textos, o que fez com que esses não pudessem ser considerados representativos do conjunto de habitantes do Vila Verde à época.

Alguns erros exemplares

Alguns erros de conduta por parte do animador externo foram fonte de problemas ou de atrasos no processo que se desenrolava no bairro. É importante assinalá-los, já que um dos objetivos deste livro é oferecer algumas chaves para a ação concreta. Eles são exemplares do fato de que a presença do animador em campo, mesmo se constante, não é nunca completa e que, por essa razão, não é possível se saber tudo o que acontece, o que gera o risco de falsos julgamentos. Além disso, esses exemplos exprimem alguns aspectos da realidade que são importantes para a compreensão do quadro geral.

Durante a organização da associação dos habitantes, surgiu uma disputa entre dois grupos de habitantes. A ação desses grupos, que pretendiam, ambos, a mobilização dos habitantes, me parecia bem homogênea, comparativamente àquela, autoritária, de Aristeu. Esforcei-me bastante, em várias conversas com os líderes, para derrubar as desconfianças que ainda existiam de parte a parte e realizar a união dos dois grupos. Em uma reunião para viabilizar esse acordo, propus uma direção colegiada para contar-se com a presença de todos e, assim, selar-se a união. Essa proposta desagradou totalmente as pessoas envolvidas. Para eles, nesse caso, não havia nenhum sentido dividir o poder em nome de uma unidade de ação e se mantiveram em disputa; observe-se ainda que um dos grupos, em seguida, apoiou parcialmente Aristeu, como já visto.

Essa concepção, avessa à divisão de poderes, pode ser talvez explicada pela excessiva

concentração dos poderes na sociedade brasileira (com o presidencialismo, por exemplo) ou pelo modelo familiar patriarcal (ou matriarcal, depende do caso), sempre centrado em uma única autoridade. As pessoas diziam que a idéia de vários líderes iria semear a confusão, que era preciso ter um só presidente para a associação e não os três “coordenadores” propostos. Diante dessa resistência, renunciei à minha posição para observar o modo pelo qual os próprios habitantes se organizavam. Insistir no contrário poderia levar as pessoas a criarem estruturas artificiais simplesmente para agradar ao animador externo. As coisas se organizaram sozinhas e, para alguns, cujas diferenças com o outro grupo eram mais de caráter pessoal, estas foram se apagando pouco a pouco, permitindo o trabalho conjunto.

Um outro aspecto a ser observado é a contradição que se desenvolveu durante algum tempo entre o animador e a maioria das mães da creche, por causa de uma das dirigentes do trabalho comunitário. Tratava-se de uma das pessoas mais capazes e das mais confiáveis na ação que se realizava, ocupando-se da administração do pouco dinheiro que a creche tinha inicialmente assim como de anotar a presença das mães nos mutirões. Essa “anotação” servia de “crédito” às mães para reservar a vaga de seus filhos na creche. As contestações das outras mães com relação a essa mulher eram numerosas. No início, pensei que se tratava do fenômeno da inveja, ligado à distinção dessa mulher relativamente às demais; porém, no decorrer do processo, fui me dando conta de que algumas das suas características pessoais não eram adaptadas ao trabalho coletivo. De certo ponto de vista era

uma excelente gestora, mas sua excessiva exigência de ordem e seu perfeccionismo eram inadequados. Um tal comportamento inspirava nas pessoas o pensamento de que ela se sentia superior aos outros, o que era reforçado pelo fato, que não presenciei, mas que me foi relatado, de

que não deixava seu filho brincar com as outras crianças da creche. Apesar de saber da falta que essa mulher faria, com sua capacidade prática, nos caminhos de construção da creche, deixei de defendê-la diante do grupo e ela terminou por se afastar do trabalho comunitário.

CAPÍTULO IV

Os resultados práticos da experiência

I – A mudança no comportamento dos habitantes

Após a descrição e discussão da experiência-piloto de Pedagogia da Participação do Vila Verde passa-se agora à sua avaliação e à interpretação dos resultados, para aferir as possibilidades de generalizações. Estas poderão tornar-se suporte para outras intervenções da mesma natureza em outros bairros populares, levando-se em consideração, entretanto, as peculiaridades de cada experiência. Neste caso, por exemplo, era preciso levar em conta os fatos de que nunca tinha havido no bairro uma associação de moradores solidamente constituída e legitimada em sua ação e de o Vila Verde não se situar em local particularmente atraente para a especulação imobiliária. Nos bairros de melhor localização e/ou que tenham tradições de lutas coletivas, as dinâmicas de um processo partici-

pativo, do ponto de vista das relações internas entre os moradores e da relação desses com os agentes externos, certamente seriam outras.

Nos casos semelhantes ao de Vila Verde, que não suscitam o interesse do mercado imobiliário e em que os habitantes não possuem experiência de organização e de luta coletiva, o que se passou ali pode ter caráter mais exemplar. Evidentemente, todos os bairros e todas as populações apresentam suas particularidades e é o bom senso do pesquisador ativo que deverá prevalecer ao ler cada aspecto dos temas aqui tratados, considerando a sua possível aplicação em outro contexto.

Duas grandes lições podem ser tiradas dessa experiência. A primeira lição é que ela se fundamentou na busca de um entendimento de base antropológica acerca das condições de vida da pobreza; a segunda, é a atenção particular que foi dada às características das relações entre os pobres e a elite. Desses pontos de vista, estima-se que os habitantes de Vila Verde são representativos do que acontece e aconteceria em outros bairros pobres e que a maioria dos princípios de ação empregados pode ser considerada

para uma utilização mais vasta. O que significa que esses princípios podem ser válidos para fundamentar outras intervenções em bairros populares, além daquelas de caráter urbanístico, como, por exemplo, iniciativas na área da saúde pública ou da educação de adultos. Isso, logicamente, desde que essas intervenções tenham como pano de fundo uma busca da pedagogia da participação e a aprendizagem da cidadania.

Os resultados práticos da experiência serão examinados, em primeiro lugar, com relação às mudanças no comportamento dos habitantes. Em seguida, serão feitas observações sobre o papel e o comportamento do animador externo em campo, no que esses dois fatores tiveram de decisivo para a obtenção desses resultados práticos favoráveis.

Dois tipos de resultados práticos foram observados: os que mostram uma melhoria do quadro de vida dos habitantes e os que demonstram a existência de um processo de aprendizagem da cidadania, resultado da pedagogia da participação. Os primeiros são vinculados à implantação da escola e da creche comunitária no bairro, com as dezenas de beneficiados diretos. Os segundos são constituídos de um conjunto de sinais que revelam que os que se engajaram nas iniciativas passaram a um estado superior da cidadania: aquele em que cada um é capaz de agir sobre seu destino.

Esses resultados práticos, que serão discutidos a seguir, não podem ser creditados unicamente à experiência-piloto. É preciso levar em conta algumas condições favoráveis encontradas no bairro, particularmente a existência de líderes mobilizadores potenciais de qualidade. Não é difícil afirmar, entretanto, que, no caso desse bair-

ro, tais resultados práticos não poderiam ser obtidos em tão curto espaço de tempo sem uma intervenção externa. Se fosse necessário dar a chave do nosso sucesso, falaríamos da confiança das pessoas em si e no grupo, que soubemos estimular e se tornou, em seguida, o motor das ações no bairro. Essa maneira de abordar a intervenção externa nos bairros pobres para enfrentar os problemas sociais foi resumida por Dumas e Segurier (1997) em uma frase lapidar: “Estimular o desafio, combater a desesperança”. Eles afirmam que, “em grupo, as pessoas marginalizadas estão à altura de vencer as múltiplas dificuldades para afirmar sua identidade e tomar parte no jogo social”. O mesmo comentário pode ser feito sobre o que aconteceu em Vila Verde.

Despertar do interesse das pessoas para o coletivo

Em uma escala concreta em direção à ação autônoma, o primeiro resultado que obtivemos foi o aumento do interesse das pessoas pelas questões coletivas. Como vimos, o interesse espontâneo ia para as questões pessoais e familiares e para aquelas ligadas à sobrevivência. É preciso dizer, entretanto, que antes de nossa chegada no bairro as pessoas já cuidavam dos problemas cotidianos, como a falta de água, de ônibus, etc., e até se manifestavam para chamar a atenção das autoridades. Mas tratava-se, naquele momento, de ações isoladas, como espasmos, sem preocupação de continuidade.

De maneira geral, é visível que os problemas de cada um ou de cada família se resolvem em seu seio e não são coletivizados, identifica-

dos como problemas sociais mais amplos. Observa-se que a solidariedade de proximidade, que existe originalmente na vida cotidiana dos pobres em um bairro como Vila Verde, é de um tipo quase tribal. Trata-se de uma organização social que se constitui para enfrentar os problemas imediatos do grupo. A solidariedade é um tipo de crédito que cada um adquire relativamente àquele a que ajudou e ao grupo ao qual pertence e que aprova seu comportamento solidário. Essa solidariedade será “recompensada” um dia e é, assim, sobre uma relação direta, que se estabelecem os laços cotidianos.

A solidariedade coletiva, a que fundou, por exemplo, o *Welfare State*, é baseada em uma racionalidade mais ampla, que não é “natural”, requer ser aprendida. A passagem da solidariedade de proximidade àquele que concerne à coletividade é tributária, em sua origem, de uma construção ideológica. Primeiro, é preciso ter um sentimento de pertencer a um grupo mais amplo que aquele com o qual se tem relações diretas. É somente a partir daí que, ultrapassando os interesses pessoais e imediatos, impõem-se as idéias de igualdade e o projeto de coesão social. Finalmente, chega-se a uma etapa de construção de uma instância garantidora da solidariedade, como, no caso europeu, o Estado-providência.

Em um país como o Brasil, onde essa construção ideológica ainda não está completa, este tipo de solidariedade coletiva ampliada não está inscrita profundamente nos usos e costumes. É a forte solidariedade de proximidade que tem o papel de garantidora da sobrevivência. Entretanto, mesmo existindo em algumas pessoas, como foi visto, a consciência (mais ou menos adquirida) de que são credoras de direitos relativamente

ao Estado (mesmo em se tratando de um Estado assistencialista), não há um engajamento profundo e espontâneo para fazer valer esses direitos.

Foi nesse contexto que agimos de maneira progressiva em nossas primeiras atividades pedagógicas, para dar um conteúdo concreto à idéia de espaço coletivo e aos problemas comuns do grupo. A maquete, o grande mapa urbanístico, a discussão das prioridades do bairro e a busca dos meios para ultrapassar os problemas eram o objeto desses encontros. Entretanto, o movimento mais importante naquela etapa não foi a transformação dos habitantes em reivindicantes e credores de serviços de uma maneira coletiva. O essencial foi que tomassem consciência de sua capacidade de fazer valer os seus direitos.

Por exemplo, é provável que as discussões durante as atividades em torno do tema “o bairro” tenham estado na origem da decisão das pessoas de se organizar em associação. Os dirigentes dessa iniciativa estavam entre os mais assíduos e os mais ativos participantes dessas atividades. A organização dessa associação, mesmo se, finalmente, ela não seguiu adiante como associação de habitantes e sim como Clube de Mães, revelou uma vontade de intervir de maneira coletiva, organizada, mas sobretudo de inscrever a ação coletiva no longo termo.

Um outro exemplo da construção da idéia de solidariedade coletiva é a organização da creche. Se existia, por exemplo, uma tendência natural a cuidar do filho da vizinha quando ela saía para fazer compras ou para ir ao médico, esse raciocínio não ultrapassava o horizonte imediato dos vizinhos. O fato de levar em consideração que essa mesma necessidade existia em todas as famílias, de refletir a longo termo e de

Tabela 11
“Sobre quais assuntos você gosta de conversar?”

Assuntos das conversas	Entre os habitantes não-envolvidos com a experiência-piloto (20 entrevistas)	Entre os habitantes envolvidos (18 entrevistas)
Vida privada (família, amores, trabalho, lazeres)	30%	11,1%
Vida privada e religião	20%	11,1%
Vida privada e bairro	10%	38,8%
Vida privada e outros temas	40%	38,8%

Obs: síntese das respostas dadas a uma questão aberta.
 Fonte: pesquisa de campo.

organizar, em seguida, uma creche comunitária, foi, para as pessoas, um passo a mais na aquisição da cidadania.

Uma outra maneira de entender o interesse das pessoas pelo coletivo é a comparação dos questionários. O primeiro, aplicado no início da experiência-piloto, mostrava um interesse majoritário pelas questões imediatas e de sobrevivência. No questionário final, aplicado um ano depois do primeiro, pôde-se observar uma diferença entre as pessoas engajadas e as demais. As respostas ao questionário final mostravam que as pessoas engajadas nas atividades pedagógicas e ações coletivas estavam mais interessadas pelos assuntos coletivos do que as que não participaram dos acontecimentos. A diferença é particularmente evidente no caso da ultrapassagem das preocupações privadas como interesse principal da vida das pessoas e do grau de engajamento nos problemas do bairro.

Um último exemplo do despertar do interesse para o coletivo vai confirmar também a capacidade de iniciativa nos habitantes. Trata-se da organização de uma estrutura coletiva de

busca de emprego. O desemprego é uma realidade do bairro, como vimos, mas as iniciativas para resolvê-lo são pessoais. O grupo da creche e da escola transformou o desemprego em problema coletivo quando utilizou essas estruturas – e sua respeitabilidade – o serviço das pessoas, como mostra um panfleto que foi produzido pelo grupo. Esse panfleto, assinado pelo “Clube de mães do Vila Verde”, oferecia serviços diversos e dava o telefone comunitário normalmente utilizado pela creche; ele foi distribuído também fora do bairro através dos parceiros das iniciativas comunitárias.

Aprendizado das iniciativas de trabalho coletivo

A aprendizagem do trabalho coletivo começa pelo domínio das regras do debate em grupo e se realiza na ultrapassagem dos conflitos em torno da tarefa a ser realizada em conjunto para atingir os objetivos comuns. Desde o início da experiência-piloto, foi feito o diagnóstico de que

os pobres, por causa de sua inserção social específica, têm menos experiência nas discussões coletivas. Nas primeiras reuniões, foi constatada a falta de experiência das pessoas nos procedimentos do debate, mesmo para os mais simples. O respeito dos horários de uma reunião, do momento da fala de cada um, da concentração do debate em temas definidos previamente e, finalmente, o respeito ao voto majoritário, não eram práticas adquiridas.

Assim que essa primeira etapa de aprendizagem do debate e da negociação foi ultrapassada, foi necessário enfrentar as dificuldades concretas para a realização dos objetivos decididos coletivamente. Para isso, o grupo engajado teve de buscar os meios materiais e o conhecimento específico. Vimos, por exemplo, que, mesmo depois de reuniões particularmente férteis sobre os problemas do bairro, as pessoas não tinham a idéia de formar uma comissão para propor ações. Quando finalmente ultrapassou-se essa etapa, com a ajuda do animador externo, as pessoas se perderam novamente diante das tarefas burocráticas que deveriam enfrentar e das iniciativas cotidianas da organização coletiva.

Todos esses passos tiveram de ser aprendidos: a delegação de tarefas de acordo com a capacidade de cada um; a administração dos conflitos pessoais; a negociação de interesses para levar a um compromisso entre todas as partes envolvidas. Atrás de tudo isso existe um fundo ideológico: cada um deve ser intimamente convencido de que vale a pena perseverar, apesar das dificuldades. Observam-se aqui idas e vindas, desistências, pois essa convicção interior é constantemente posta em causa, principalmente nos conflitos pessoais no seio do grupo, que

se devem, prioritariamente, como visto, à inveja despertada pelos que se distinguem.

Se as reuniões públicas certamente ensinaram aos participantes os elementos do debate público, a organização da escola comunitária foi um exercício formador para a ação coletiva concreta, que permitiu outras vitórias posteriores. Todavia, o fato de ter conseguido colocar a escola em funcionamento não quer dizer que o grupo de habitantes mais engajados tenha adquirido inteiramente a competência do trabalho coletivo. A continuidade da ação coletiva e o envolvimento em outras atividades semelhantes, como a da creche que foi criada a seguir e que representava um desafio superior, é que testemunham a aprendizagem.

Entretanto, num trabalho coletivo, tudo é muito frágil, já que, como vimos, por motivações pessoais ou outras, as pessoas envolvidas podem se afastar da ação e tudo deve ser então recomeçado. Isso ocorreu muitas vezes ao longo da experiência. Somente um grupo constituído por líderes e pessoas mais persistentes resistiu aos percalços, sendo capaz de recomeçar sempre e garantir a continuidade. Esse núcleo de direção, do qual fez parte, nos primeiros tempos, o próprio animador externo, é vital para que experiências comunitárias dêem certo. Todavia, de uma certa maneira, a partir de determinado momento da pedagogia da participação, jamais se recomeça um projeto do zero, porque as pessoas que foram formadas no trabalho coletivo podem sempre ser remobilizadas em caso de necessidade.

Se as estruturas da creche e da escola continuam a funcionar, hoje, sem apoios cotidianos (como os que eram dados anteriormente por mim) e se esses empreendimentos atingem sem-

pre mais beneficiários e aumentam suas responsabilidades, isso significa que as pessoas aprenderam com o processo. Para o animador externo e os líderes da experiência ficou a lição acerca da fragilidade de cada vitória, dos muitos altos e baixos e da necessidade de ser criativo diante das dificuldades, no sentido de perseverar e encontrar as mais variadas formas de manter o grupo unido e a esperança na consolidação das iniciativas. A longo prazo, essa consolidação se deu com a profissionalização de alguns membros do núcleo de direção nos empreendimentos em questão e esse parece ser um caminho viável a ser perseguido em outras iniciativas.

Emergência de líderes “mobilizadores”

A questão dos líderes já foi aqui discutida, particularmente a idéia da existência de um tipo de líder “natural” de um bairro pobre como o Vila Verde. O líder que se destaca espontaneamente em um ambiente de estigmatização e de identificação com os “dominantes” é o que não entra em contradição com as características gerais da sociedade. A admiração pelos “poderosos” legitimou Aristeu, no cotidiano, como líder natural, mas isso, como vimos, não durou muito.

Tratar-se-á agora de um outro tipo de líder, que dificilmente nasce sozinho nesse terreno pouco fértil para as idéias mais libertárias: o líder do tipo “mobilizador”. Esses líderes (é importante pensar neles sempre no plural, mesmo se um dentre eles é preponderante) são os únicos que podem impulsionar as iniciativas

coletivas no sentido de um aprendizado da cidadania. Em um movimento desse tipo, são eles que podem inscrever sua “liderança” de maneira duradoura no processo. Favorecer a emergência desse tipo de líder foi um dos resultados práticos da experiência.

O líder mobilizador é aquele que legitima sua liderança pelo seu poder de convencer as pessoas, de mobilizá-las em torno de uma luta baseada em suas próprias forças. Ele deve saber persuadir, dar o exemplo e estar acima dos comentários maldosos, dos conflitos interpessoais, etc. O líder mobilizador constrói sua ascensão sobre os outros a partir da influência do exemplo: sua dedicação à ação, sempre coletiva, sua capacidade de promover o entendimento entre as pessoas engajadas na ação. Certamente os líderes mobilizadores também têm, às vezes, atitudes típicas dos líderes fortes, como o paternalismo. Isso ocorre devido à penúria que pesa sobre as pessoas, levando-as a pedir ajuda, como também ao modelo tradicional de liderança. Mas a estratégia do líder mobilizador é antes de tudo alertar os que ainda não tomaram consciência dos seus direitos para que eles mesmos possam reivindicá-los. Para os que já estão conscientes desses direitos, o papel do líder é o de estimulá-los a lutar de forma coletiva para ampliar suas conquistas cidadãs.

Para que um líder mobilizador apareça em um ambiente como o descrito em Vila Verde, é preciso que ele tenha características pessoais, ideológicas e políticas diferentes daquelas que são mais comuns nas circunstâncias. Com base nas entrevistas realizadas com os líderes mais próximos do modelo mobilizador e que se distinguiram durante o processo, evidencia-se que

existe sempre um conjunto de características e de experiências que estão na origem dos seus “talentos”: a imagem de alguém que também foi líder e serviu de modelo, uma experiência anterior de distinção no esporte ou no movimento estudantil ou, ainda, a participação em grupos religiosos com preocupações sociais. O exemplo familiar foi muito marcante no caso de Vila Verde, no qual, dentre os responsáveis pela escola e pela creche, havia um irmão e uma irmã influenciados por uma família “militante”.

Entretanto, a liderança é sempre uma relação, um fenômeno de ida e volta, pois o líder reflete os “liderados”, suas perspectivas e suas potencialidades. Se, em um grupo, pode aparecer um líder mobilizador e não apenas um líder forte, “salvador da pátria”, isso revela que existe um grupo de “liderados” dispostos, maduros para enveredar por outros caminhos além daqueles da dependência. A emergência de um líder mobilizador é assim um sinal de um processo maior de transformação de mentalidades. Formar um líder mobilizador não é uma tarefa realizável em uma experiência de apenas um ano, mas é possível criar uma atmosfera favorável a seu surgimento. No início da experiência foi possível observar que os líderes mais experientes não queriam se engajar. É o sentimento de ser apoiado, de estar sustentado por alguém ou por um grupo que leva os líderes potenciais a se revelarem. Escutemos Rute: *“Eu tinha vontade de fazer alguma coisa pelo bairro desde quando cheguei, mas foi o seu apoio que me fez confiar em mim mesma e aceitar responsabilidades”*. Isso pode também ser atribuído a um sentimento de dever diante do animador externo, que, mesmo não sendo do bairro, luta pelo sucesso da ação coletiva.

Mudança na relação entre os habitantes e a Prefeitura

A relação entre os habitantes de Vila Verde e a Prefeitura era muito particular. De um lado, como originários de bairros populares, eles tinham a experiência da indiferença dos poderes públicos. Por outro lado, eram beneficiários de uma ação urbanística de grande porte, a criação do seu bairro, e do fato de que existia temporariamente uma representação da Prefeitura sediada no bairro, enquanto durasse a construção. Eles estavam, dessa forma, sem referências claras em suas expectativas com relação ao Poder Público.

Entretanto, na relação direta entre os habitantes e os funcionários da Prefeitura nada havia mudado e tudo se passava como em qualquer outro bairro popular. Tratava-se da relação tradicional entre “pedintes” e autoridades, derivada daquela, majoritária, de dependência dos pobres relativamente à elite dirigente. Nessa relação hierárquica, os habitantes tanto comportavam-se como “vítimas”, de forma tímida, quanto se mostravam, às vezes, ameaçadores e revoltados, em situações específicas. O que não se via era uma relação civilizada e de parceria. Muitas vezes a estratégia de alguns habitantes era arranjar-se pessoalmente na situação, aproximando-se dos funcionários que trabalhavam no bairro para ter a quem recorrer em caso de problema.

Perto do fim da experiência, todavia, tudo estava mudado, pelo menos para o grupo mais mobilizado. Primeiro, com os passos dados em conjunto, as pessoas sabiam a quem se dirigir e como. Durante alguns episódios, a capacidade

de discussão e de negociação com as autoridades municipais se evidenciou, bem como uma capacidade de iniciativa, de afrontamento (por exemplo, a busca de apoio do jornal de oposição à Prefeitura, para pressioná-la) e de resolução concreta dos problemas (a troca forçada da casa dada para a creche por uma outra com o terreno maior). A coragem demonstrada nesses episódios vinha também, em grande parte, do fato de que as pessoas tinham concluído alguma coisa, que tinham realizado a escola e a creche comunitárias. Eles tinham assim adquirido uma segurança diante dos funcionários da Prefeitura, aos quais cabia o papel de provedores de serviços públicos e equipamentos coletivos.

Capacidade de ação coletiva autônoma

A capacidade de ação autônoma é, primeiro, a tomada de iniciativa diante de uma dificuldade, sem influência externa. Entretanto, o isolamento dos pobres é um dado que não evoluirá antes de mudanças estruturais no país. A penúria de recursos materiais, técnicos e profissionais nos bairros pobres não vai desaparecer de uma hora para a outra. Isso significa que as pessoas continuarão a viver com necessidade das ajudas externas, mesmo se elas não são mais dependentes para tomar iniciativas. Nesse contexto, ser autônomo é saber ir buscar um apoio no momento em que fica evidente que não se é capaz de alcançar, sozinho, o objetivo.

Um acontecimento mostra que uma real capacidade de iniciativa se instalou no bairro,

particularmente por parte das pessoas que haviam vivenciado conjuntamente as ações coletivas. Próximo do fim da experiência, uma tempestade de verão causou grandes transtornos em Salvador e o bairro de Vila Verde foi um dos mais atingidos. Entre cem e duzentas famílias, segundo a imprensa, viram os telhados de suas casas voarem com os fortíssimos ventos e encontraram-se assim, novamente na condição de famílias desabrigadas. Faltou eletricidade, o telefone público do bairro quebrou. Não houve feridos graves, mas o pânico observado lembrou aos observadores o que essas pessoas haviam vivido anteriormente: uma tragédia ainda não esquecida.

Na urgência, os líderes provaram suas capacidades. Imediatamente o pequeno grupo que estava à frente da creche e da escola – entre cinco a dez pessoas – se mobilizou para ajudar as vítimas. Seu trabalho era convencer as pessoas a deixarem suas casas para evitar tragédias maiores, pois as paredes poderiam desabar a qualquer momento, acarretando grandes estragos e perigos. O bar onde antes realizavam-se as atividades pedagógicas foi transformado em local de abrigo das famílias. O grupo fez uma grande sopa para os sem-teto utilizando a comida das crianças da creche (cujo funcionamento foi suspenso nesse dia). Nesse episódio, os papéis dos atores se cristalizaram. Fui chamada para ir socorrer as pessoas, mas preferi o papel de intermediária, avisando as autoridades, a imprensa, a TV. Aristeu apareceu por alguns minutos e desapareceu em seguida, para logo reaparecer fazendo as pessoas crerem – como sempre – que ele tomava as rédeas da situação – nesse caso, dizendo que as telhas para recobrir as casas che-

gariam rapidamente no bairro, o que não aconteceu. A defesa civil mostrou sua experiência com essa ordem de problemas, tomando medidas urgentes, como dar às pessoas plástico sólido para cobrir as casas provisoriamente e acalmar as famílias:

A atividade do grupo de socorro improvisado não parou por aí, o que mostra um nível significativo de capacidade de ação coletiva e de solidariedade. Eles arrumaram o local onde estavam instalados os sem-teto, com colchões, cadeiras e uma TV emprestada por vizinhos. Ajudaram as famílias a organizar suas casas, iam e vinham no bairro e contatavam pessoas de fora para conseguir ajuda. Esse episódio consolidou alguns líderes e desacreditou outros, que apenas se ocuparam de seus próprios problemas.

Se nos perguntarmos se tudo isso aconteceria dessa forma se ninguém tivesse tido antes as experiências de trabalho coletivo no bairro, podemos, com muita certeza, responder negativamente. Foram a formação do grupo de trabalho, a compreensão das etapas a cumprir para entrar em acordo e poder agir, e a confiança mútua das pessoas envolvidas que constituíram as bases da ação. Além disso, era preciso ter a possibilidade concreta de ajudar as pessoas fornecendo o lugar onde se abrigar e comida. Foram os laços estabelecidos anteriormente e a existência da creche que permitiram a ajuda concreta.

Refletindo sobre as conquistas da experiência

Os resultados positivos, tanto materiais quanto “ideológicos”, que foram explicitados, impõem ao pesquisador-ativo – o animador da experiência – a questão pragmática: quais os elementos decisivos para o sucesso de uma experiência-piloto como esta? Dois aspectos devem ser sinalizados acerca do sucesso da experiência-piloto: o aspecto “formador” da primeira etapa, chamada de “atividades pedagógicas” e, em seguida, o sucesso objetivo das “ações coletivas”, materializado na escola, na creche, etc. Essas duas etapas foram descritas e discutidas, e significaram a realização de eventos pouco comuns na vida do bairro, em suas iniciativas e significados. Todavia, uma experiência desse tipo é, antes de mais nada, a história de contatos pessoais entre o animador e os habitantes assim como entre os habitantes engajados.

Na discussão de uma metodologia de experiência não é fácil reconhecer que a dimensão “relações humanas” tem um lugar decisivo. É mais comum pensar nas fases sucessivas para atingir o objetivo, nos procedimentos e ferramentas que devem ser utilizados para alcançá-lo. Nossa sociedade de especialistas dá muito mais importância ao *savoir-faire*, aos meios materiais, e mesmo à reflexão *a posteriori* sobre a ação (*feed back*, *évaluation post-usage*) que à discussão sobre as relações humanas que influenciam qualquer experiência. Além disso, existe, segundo Todorov (*op. cit.*), uma “tradição associial” no pensamento intelectual ocidental,

que não põe em relevo a primazia das relações humanas na constituição mesma da humanidade¹⁰. Segundo esse autor, a herdeira moderna dessa tradição é a psicanálise, que afirma, com Freud, que “o homem é egoísta e fundamentalmente solitário”. Os conceitos psicanalíticos, que atingiram uma divulgação e uma vulgarização notáveis, criaram a imagem de um indivíduo originalmente só, tentando viver em suas relações sempre conflituosas com os outros.

Todorov apresenta-nos uma outra leitura, na qual o homem se constitui como homem em suas relações com os outros. O fundamento das relações humanas estaria, assim, na busca – nem sempre conflituosa – do “reconhecimento”. Além disso, afirma: “*Não existe plenitude sem os outros*”. Essa interpretação parece muito pertinente quando se observa a experiência de campo aqui analisada: o que vemos todo o tempo é a busca profunda do outro, do olhar do outro, do reconhecimento da utilidade de cada um para seu entorno – parceiro, família, grupo ou sociedade.

Isso não quer dizer que estejamos no melhor dos mundos de comunhão entre os homens, e é evidente que os efeitos anti-sociais desse princípio de “busca de reconhecimento” são também cotidianos. O que importa aqui é reconhecer a efetiva importância das relações entre as pessoas como dado essencial do sucesso da experiência coletiva e, também, compreender melhor esse reconhecimento que seria o motor das relações humanas.

A primeira experiência de busca do reconhecimento, segundo Todorov, aproxima-se bem mais da comunicação que do conflito: é a necessidade que a criança tem de ser reconhe-

cida em sua existência pela mãe. Na vida em sociedade, a busca do reconhecimento se manifesta pela ambição de receber continuamente dos outros uma opinião sobre si mesmo, que confirmaria cada um na sua própria existência. Todorov observa que essa confirmação não se dá sempre a partir de um julgamento positivo, e que o reconhecimento pode se fazer até pela violência. Entretanto, esses são casos extremos. O que é mais comum é a busca da aprovação, do amor dos outros. Essa aprovação se faz mais naturalmente se esse “outro” ou esses “outros” concebem que nossa existência tem uma utilidade, no sentido amplo.

Ainda segundo Todorov, a busca do reconhecimento é tão mais importante que é a partir da opinião dos outros sobre si que cada um faz um julgamento sobre sua própria pessoa. É desse movimento que nasceria, ou não, a confiança em si. Aqui, é necessário retomar a questão da estigmatização dos pobres, debatida anteriormente. Se partimos do princípio de que o objetivo de cada um nas relações humanas é a busca do reconhecimento, podemos admitir que no caso dos indivíduos estigmatizados essa procura ganha aspectos particulares.

¹⁰ “Se levamos em consideração as grandes correntes de pensamento filosófico europeu no que diz respeito à definição do que é humano, chega-se a uma conclusão curiosa: a dimensão social, a vida em comum, não é geralmente concebida como necessária ao homem” (página 15, tradução da autora). TODOROV (1995).

A vivência da estigmatização faz com que a necessidade de ser reconhecido seja ainda mais imperiosa para os pobres, já que seu reconhecimento pessoal em termos de sucesso econômico e social é negado de saída. Isso explica as suscetibilidades excessivas perante os outros, particularmente diante dos não-estigmatizados, e explica também, em parte, o poder de sedução exercido pelos líderes fortes, os religiosos e os líderes mobilizadores dedicados, quando demonstram seu afeto. A vontade de ser “levado em consideração” pelos outros, de ser reconhecido, faz com que mesmo a vitimização – a busca do reconhecimento como vítima – constitua-se numa possível via de relação com os outros.

II – A interação do animador externo com os habitantes

A partir dessas reflexões, podemos deduzir a importância particular do aspecto “relação humana” em uma experiência participativa, e isso é ainda mais importante no quadro de uma população estigmatizada. No caso brasileiro, essa estigmatização é provocada predominantemente pela pobreza, mas a atenção dada a esse

problema é pertinente também em outros contextos, nos quais a estigmatização se faz por questões étnicas, de sexo, idade, etc. De qualquer horizonte em que esteja, o animador, sobretudo se vem de um meio diferente daquele da população estigmatizada, não deve negligenciar o peso dos pequenos detalhes cotidianos em sua relação com as pessoas.

Serão discutidos agora detalhes dessa relação no sentido de deixar evidentes erros mais flagrantes de um animador. Entretanto, se quisermos nos servir das reflexões aqui feitas para desenvolver “procedimentos” sobre essas relações humanas, correremos o grande risco de torná-las artificiais, o que estragaria toda a experiência. É preciso reconhecer, ao contrário, que os erros, cometidos em grande número durante a experiência-piloto, são próprios da atividade humana (*“errare humanum est”*) e dão espontaneidade às relações entre os homens.

Para concluir esse parecer geral sobre a relação animador/habitantes, é preciso lembrar que o animador tem particularidades pessoais que jogarão a favor ou contra o sucesso de sua experiência. Ora, essas características não são facilmente modificáveis e a única possibilidade de levá-las em conta no debate é tentar objetivá-las em termos de conduta mais desejável. Além disso, as indicações de conduta buscadas não se afastam daquelas da cortesia normal da vida em sociedade. É imperativo, entretanto, em uma experiência que tem por objetivo o aprendizado da cidadania, que alguns outros aspectos sejam também levados em consideração.

Romper com as relações hierárquicas

Como já foi destacado, a relação animador/habitante que propomos contrasta radicalmente com a tradição das relações elite/povo no Brasil; entretanto, é no contexto dessa tradição que as relações vão se desenvolver. Levar em consideração esse contexto significa saber que as pessoas são habituadas a uma relação hierárquica e dependente e também que é preciso buscar entender o que sente uma pessoa pobre diante de alguém que não pertence a seu meio.

Para começar a construir uma relação diferente da tradicional, o animador deve se diferenciar do representante típico da elite até em sua aparência. É preciso minimizar, na medida do possível, a distância social e evitar que o primeiro olhar dos habitantes para o animador seja um olhar para alguém considerado um superior do ponto de vista material. Uma das maneiras de fazer isso é tentar se apresentar sem sinais distintivos excessivos (evitar jóias, roupas e acessórios ostensivos, aparência geral excessivamente “produzida”, postura corporal de superioridade, olhando as pessoas “de cima” etc.). As atitudes dessa primeira aproximação são imediatamente percebidas. Evita-se, dessa forma, lembrar às pessoas suas condições econômicas e sociais, o que as coloca em uma posição de inferioridade.

O não-reforço da diferença social existente e a atitude acolhedora – ou seja, informal, sorridente – no contato são recebidos como traços de simplicidade, abertura em relação aos habitantes do bairro. Eles não ficam intimidados, o que os desconstrói. Dessa forma, diferencia-

mo-nos, à primeira vista, dos “metidos” ou “cheios de histórias”, segundo expressões utilizadas no bairro. Essa atitude não é artificial, já que o nosso interesse em agir deve-se a um efetivo interesse no sucesso da experiência: é necessário conhecermos as pessoas e sermos aceitos entre elas.

Desse preâmbulo já se inicia um relacionamento diferente daquele que os pobres têm com os técnicos da Prefeitura e afins. Como vimos, na presença desses estranhos “que podem”, as pessoas pobres tendem a adotar uma atitude estereotipada de vítima, de necessitados, de gente que solicita: um serviço, um emprego, um favor, dinheiro, etc. Evitando-se que façam o papel de vítima, evita-se logo sua primeira auto depreciação, o que é um elemento positivo para uma relação de maior igualdade.

Essa distinção positiva que o animador constrói diante de outros membros da elite, pelo seu comportamento diferenciado, não exclui, no futuro, outras confusões. Isso pôde ser constatado em Vila Verde, após alguns meses de “estada” no bairro, quando o papel do animador externo já parecia estar claro para todos. Num contato fugaz, ao oferecer uma carona a uma moradora, esta, que já me vira várias vezes no bairro, me disse: *“ainda ontem, em minha casa, eu pensei em você e me perguntei o que você fazia aqui...”*. Ela achava que eu era uma freira ou candidata a cargo político, pois minha atitude se distanciava daquela de um estranho “comum”.

Essa semelhança com políticos e missionários é inteiramente plausível, pois são pessoas que se misturam ao povo de tempos em tempos, por causa das eleições ou da religião. Eles também tomam muito cuidado para não se distinguir muito

dos pobres, para ser mais amados que admirados. No caso dos primeiros, fazem crer que estão próximos das pessoas e de seus problemas para conseguir seu voto; quanto aos religiosos, são sempre tolerantes com os “irmãos” que querem converter. É o desenvolvimento de atividades concretas no bairro e o contato contínuo com as pessoas que vai finalmente estabelecer, aos olhos dos habitantes, a autenticidade do animador.

Construir a legitimidade do animador no bairro

Se, no começo, foi pela simpatia que o animador conseguiu ser aceito no bairro, foi importante que, em seguida, adicionasse motivos racionais de legitimação. É sempre necessário que este volte a explicar quem ele é e o que faz no bairro, pois, para construir uma relação de confiança, as pessoas precisam saber o que esperar. As intenções “cidadãs” da experiência são menos evidentes para explicar, mas existem as atividades práticas: fazer a maquete do bairro, ensinar as pessoas a se localizarem no mapa urbanístico, discutir com elas as prioridades coletivas da experiência pública, etc., são atividades que permitem um envolvimento e dão, assim, sentido à nossa presença.

A continuidade das idas e vindas do animador externo em campo testemunha o interesse pelas pessoas do bairro, o que é também uma

forma de legitimação. Entre outros aspectos, conhecer o que se passa no cotidiano permite ter assuntos comuns de conversação. Estar lá continuamente, interessando-se pelas pessoas e seus problemas nos legitima como pessoas de algum modo ligadas às suas vidas e seus interesses.

A legitimidade se consolida nas relações continuadas, principalmente com aqueles que participam do trabalho coletivo e que mantêm um contato mais regular com o animador. Este último não deve esconder seus sentimentos. No cotidiano, por várias vezes, ele estará impaciente, chocado, decepcionado ou vivendo qualquer outro estado emocional relativamente aos habitantes e é importante que tais sentimentos sejam expressados. Trata-se, mais uma vez, da idéia mais geral da comunicação de intercompreensão: considerar os habitantes como sujeitos, adultos, que podem suportar pequenas desavenças sem maiores problemas e continuar engajados. O resultado será mostrar sinceridade e respeito ao outro como igual.

O comportamento caloroso do animador pode também causar comportamentos excessivos, que não interessam à experiência. Certas pessoas o tomarão, sem sua concordância, como confiante de seus problemas e de suas lamentações, já que ele é mais disponível que os outros “estranhos”, e insistirão em envolvê-lo em seus problemas pessoais. É importante então ser firme e não se deixar envolver nem explorar. Deixar claras as “regras do jogo” da sua presença ali e argumentar acerca disso.

Reconhecer a diferença sem estabelecer uma hierarquia

O animador, apesar de todas as suas iniciativas para romper a hierarquia em suas relações com os habitantes, é e será visto durante muito tempo como alguém “superior”. Sua diferença é evidente e não vem somente de características físicas (que, aliás, podem nem existir) ou de sinais externos de riqueza, que podem ser evitados. O que não lhe é possível esconder é a sua atitude corporal, herdada do fato de pertencer ao grupo “dos que podem”. Como a maior parte das pessoas do seu meio, ele mantém a cabeça erguida ao falar, seus passos são seguros, fala de modo bem articulado, seu olhar é direto, interessado por tudo aquilo que vê... Todos esses sinais portadores de diferença são percebidos pelas pessoas. Eles não devem ser negados, mas atenuados na medida do possível, para não criar relações verticais.

Em sua busca para estabelecer relações de igualdade, o animador se aproxima das pessoas. Para alguns ele se torna até o amigo ao qual se contam as coisas íntimas. Isso acontece no caso dos líderes, com os quais a proximidade é constante e com quem essa relação é mútua. Essa proximidade, todavia, não deve se transformar em uma confusão de papéis. O animador é antes de tudo um catalisador e, levando até o fim essa metáfora química, como tal ele possui uma natureza diferente dos constituintes da reação que quer induzir, acelerar, ou modificar. O desafio não é ser artificialmente “igual”, mas saber estabelecer relações nas quais o reconhecimento da diferença não introduz uma subordinação:

tem o mesmo sentido que a reivindicação que alimentou por muito tempo o movimento feminista – “Somos diferentes, somos iguais”.

O perigo de ver a diferença entre o animador e os habitantes cair ainda em uma relação de inferior/superior vem também da admiração que o animador provoca. O contato contínuo, a natureza da experiência e a afeição que o animador inspira e troca com as pessoas faz com que esse se torne quase uma “instituição”, respeitada até pelos bandidos do bairro. É então importante para ele não ser unicamente a pessoa “de bom coração” que todos admiram, mas permanecer uma pessoa “verdadeira” e não cair no jogo de se tornar um personagem.

O olhar amável, mesmo admirativo, das pessoas para com ele, vem da sua escolha de estar ali, de seu comportamento acessível e afável e, principalmente, do seu engajamento nos problemas coletivos dos habitantes através de seu trabalho. A ruptura dessa relação de admiração, mantendo as características que a experiência exige, vem de um esforço em uma dupla direção. De um lado, do empenho em ajudar as pessoas a superar sua baixa estima, o que constitui um dos objetivos essenciais da experiência; do outro lado, da tentativa de não esconder seus próprios sentimentos de fraqueza, de desencorajamento ou de raiva.

Um último aspecto que pode acarretar também uma relação hierárquica é a doação. Às vezes o animador é solicitado a dar dinheiro, ajuda material ou a prestar serviços. É preciso lembrar que aquele que dá não é um igual, a doação marca a diferença, salvo quando existe a consciência mútua que uma troca está acontecendo, quando o intelectual “utiliza” as pessoas como

objeto de sua pesquisa e estas “utilizam” o pesquisador como lhes convém. Essa relação com os habitantes foi descrita por Zaluar (*op. cit.*) a respeito do seu trabalho na Cidade de Deus no Rio de Janeiro, mas trata-se de um estudo fundamentalmente diferente do nosso, pois o aspecto “ação” não existia em sua pesquisa.

Passar da dependência para a autonomia

Poderíamos começar a discussão sobre a autonomia pelas declarações de princípio do tipo: “o projeto no bairro era trabalhar COM os habitantes, e não PARA eles”. Esse princípio, entretanto, não é tão simples de seguir na prática. A idéia mesmo da pesquisa-ação é trabalhar para um grupo com o qual iremos interagir, com a convicção de que vamos contribuir com a melhoria do seu quadro de vida, senão isso não teria sentido. Trabalhar “PARA” é inevitável em certo sentido; é preciso então, antes, estabelecer regras, proteções, para que a experiência estimule o movimento, sem tomar o seu lugar. Entretanto, está-se sempre no “fio da navalha”.

É normal que, no início, a relação animador/habitantes seja de dependência destes últimos para com a iniciativa do primeiro. É preciso aceitá-la. Entretanto, o processo pedagógico deve levar-nos a uma relação de autonomia, o que não é simples nem definitivo, mas permanece sendo o objetivo que se visa alcançar.

III – Os papéis do animador externo

O sucesso da experiência depende não somente da boa relação entre o animador e os habitantes, mas também das missões que ele deve cumprir. Para consegui-lo, o animador deve buscar um equilíbrio entre diferentes papéis, às vezes contraditórios, como saber dirigir e, também, se retirar; ser firme, mas também flexível; agir de acordo com as necessidades do momento, mas também ter um objetivo a longo prazo. É necessário, enfim, demonstrar muita sensibilidade e, principalmente, flexibilidade, quando as mudanças se produzem no projeto inicial, para que se evidencie o seu respeito pela realidade concreta e pelas pessoas. A vontade de intervir e ser voluntário deve ser combinada com a capacidade de adaptação ao funcionamento social do bairro, aos valores das pessoas, a seus interesses, a seu modo de viver e de se comportar.

O animador como estimulador do trabalho coletivo

A idéia da “Pedagogia da participação” parte do princípio, como vimos, de que os habitantes dos bairros populares encontram grandes dificuldades para participar de maneira autônoma da busca da melhoria das suas condições de

vida. Sua maior dificuldade, também já vista, é a falta de confiança em si e no seu potencial de ação. O primeiro objetivo do animador é então agir para encorajar as ações; dessa maneira, ele se diferencia de muitos militantes políticos que agem como vanguarda e dirigem as ações. Em um primeiro momento, contudo, algumas vezes o animador deve ter um papel de dirigente, mas sempre mantendo uma perspectiva pedagógica nessa atuação.

A melhor maneira de persuadir as pessoas de que elas têm capacidade de agir em conjunto consiste em promover pequenas vitórias. Isso pode se dar de várias formas, até a mais modesta, como destacar, diante dos habitantes, o sucesso de uma reunião produtiva do ponto de vista da tomada de decisões. É preciso sobretudo apresentar desafios simples, no início, e maiores, com o tempo. No caso de Vila Verde, por exemplo, alcançamos pequenas vitórias com a organização bem-sucedida de uma festa coletiva, com o funcionamento da escola, com os trabalhos coletivos em mutirão para organizar a creche, etc.

No papel daquele que incita a ação, o animador é sempre um portador de otimismo. Sabendo que as pessoas se sentem incapazes e não acreditam no grupo social ao qual pertencem, o animador deve ser aquele que acredita, que dá o exemplo da perseverança, que não deixa as pessoas caírem na desesperança diante das dificuldades da ação coletiva. Existe, certamente, o risco da personificação do trabalho coletivo. Várias vezes ouvi declarações do tipo: *“Eu só participo dessa tarefa (um mutirão, por exemplo) por causa de você, os outros, eles não merecem”*. Mas isso faz parte do processo e, apesar dessas declarações, no fundo as pessoas vinham ao

mutirão porque achavam essa atitude importante para si mesmas e para o bairro.

Em nenhuma situação o animador deve monopolizar a fala. É bem mais interessante, em uma conversação ou em uma reunião, que seja um habitante, e não o animador, que defenda um ponto de vista pertinente aos interesses da experiência. Para isso, é preciso estar próximo das pessoas, saber mais ou menos quem pensa o quê, e os convidar a falar num momento oportuno. Nos contatos cotidianos, existe uma preciosa pergunta a fazer em todas as situações: “E você, o que pensa disso?” Essa pergunta tem duas vantagens: de um lado, as respostas vão nos dar informações sobre o pensamento de cada um e do coletivo; de outro lado, ela leva as pessoas a se darem conta de que o pesquisador-ativo realmente se interessa por eles.

O animador como organizador

No início da experiência, o animador tem um papel organizador muito forte, já que ele, normalmente, é o único que anteriormente já teve verdadeiras experiências de organização. É também o único que tem uma visão do conjunto da experiência que quer desenvolver e das etapas a cumprir. Essa visão, global e prévia, que será adaptada no andamento da ação, o distingue dos habitantes e lhe dá uma capacidade de organização particular. Essa capacidade deve ser exercida na sugestão da criação de uma comissão para acompanhar determinada iniciativa, no papel de objetivar a discussão em uma reunião,

ao escrever textos em uma linguagem apropriada para serem discutidos com as pessoas, ao propor um modelo de estatuto de uma associação, etc. Mas esse papel de organizador deve ser sempre cumprido de forma pedagógica, principalmente diante dos líderes, para que eles possam tomar o lugar do animador no processo.

O animador, no geral, busca ver de imediato os resultados de uma reunião, de uma comissão, etc. Como ele, de certa forma, também está fora dos acontecimentos e possui uma visão de longo prazo, conhece as tarefas que vão se seguir e tem vontade de tudo orientar. É necessário pensar na experiência no longo prazo também com relação ao aprendizado dos habitantes, e não tomar iniciativas que possam ser tomadas por eles. Ter uma visão de longo prazo, ter noção do tempo necessário ao aprendizado das pessoas, significa renunciar às vitórias imediatas na medida em que elas não seriam o espelho do estado de andamento do processo de conquista da autonomia.

Tudo isso conduz também a aceitar as diferenças do grau de engajamento entre os habitantes e o animador. O fato de que este esteja inteiramente engajado na pesquisa e no bairro não lhe dá o direito de exigir um comportamento tão engajado da parte dos habitantes. Ele deve ter consciência de que os acontecimentos provocados pela experiência são uma pequena parte da vida das pessoas e que várias vezes elas não darão a uma reunião ou atividade a devida importância, contrariamente aos anseios do animador. Este deve tentar manter-se modesto e preservar-se, contribuindo, dessa forma, para não criar tensões indesejáveis entre os habitantes e para preservar a si próprio de decepções desnecessárias.

Para completar seu papel como organizador, o animador deve compreender bem o dado “tempo”. É preciso reconhecer que existem diferenças entre o tempo de um pesquisador ativo e o tempo das pessoas, dadas as diferenças de estilos de vida, de acordo com os meios em que estão inseridos. É importante que o animador saiba respeitar o tempo dos habitantes, sem querer impor o seu. Como diz a sabedoria popular, é preciso “dar tempo ao tempo”. Para poder compreender o dado tempo, é fundamental estar na mesma frequência de onda que as pessoas. É preciso, a todo momento, estar atento para que as respostas obtidas sejam o resultado da reflexão dos que trabalham coletivamente e não apenas a repetição das observações do animador ou a expressão da vontade de agradá-lo. É preciso evitar o real perigo que representa um movimento que só existiria pelo impulso dado externamente, pois isso significaria seu fracasso completo.

Em seu papel de organizador o animador deve ser flexível: ele não deve esperar que as reuniões comecem na hora exata nem tampouco pedir ordem e silêncio a toda hora. As pessoas, normalmente, não estão habituadas com discussões coletivas e repreendê-las constantemente por conversas paralelas ou discussões não-pertinentes à pauta é contraproducente pois se instalará aí uma relação vertical. É importante lembrar que as experiências de reuniões públicas mais frequentes na vida das pessoas são as missas ou os cultos religiosos. Nesses casos, eles não são convidados a dar sua opinião sobre o assunto em questão, mas simplesmente a repetir fórmulas feitas – ou seja, o pedido da participação é novidade. Já que tudo

o que acontecerá no trabalho é mais ou menos desconhecido dos participantes, é preciso dar-lhes o tempo de se acostumar com as regras da discussão coletiva.

É preciso pensar também nas crianças nessas reuniões. Elas estão sempre presentes, pois são numerosas nos bairros populares e os pais não podem deixá-las sozinhas. Elas interessam-se muito pelas iniciativas e são muito barulhentas. Assim, na medida do possível, é necessário encontrar atividades para elas no contexto da atividade comunitária. De qualquer modo, é preciso tratá-las como crianças – fixando limites – mas também incorporar sua agitação como parte da reunião, para que seus pais não sejam contrangidos pelos problemas que elas causam.

Os animadores devem estar atentos ao seu próprio discurso nas reuniões, pois eles devem ser bem compreendidos e, para isso, é preciso falar claramente e dar exemplos concretos. As palavras “eruditas” e as lógicas pouco conhecidas das pessoas não devem ser evitadas, mas sim expressas de forma a virem a ser compreendidas. É preciso saber exatamente quais são essas palavras e esses raciocínios desconhecidos, pois é sempre difícil manifestar a não-compreensão de uma palavra ou raciocínio publicamente. Sabendo quais são as dificuldades de compreensão, é possível lidar com elas no próprio contexto do discurso, dirimindo-as. Ao mesmo tempo, é importante estar sempre atento ao modo como as pessoas falam das mesmas coisas, suas palavras, seus raciocínios, para retomá-los no discurso e valorizar assim o seu saber. O objetivo de comunicação durante as reuniões é alcançar um tipo de aculturação recíproca, em que cada uma das pessoas aprende com a outra.

O animador como mediador dos conflitos

Como já foi várias vezes sinalizado, as relações interpessoais são um dos problemas mais comuns do trabalho de grupo, particularmente no caso dos habitantes de um bairro popular. Em todos os grupos sociais em que o nível de frustração individual é objetivamente elevado, o problema da suscetibilidade excessiva se agrava. Encontramos aqui a discussão sobre a busca de reconhecimento: como foi dito, cada indivíduo tem necessidade de ser reconhecido pelos outros e esse reconhecimento pode, ao mesmo tempo, acarretar em outros um sentimento de não-reconhecimento de si mesmo.

No cotidiano de uma população de um bairro pobre, as leves diferenças entre as pessoas, principalmente de salários e de nível de escolaridade, são fracamente percebidas e não trazem grandes problemas. Mas o desenvolvimento de atividades coletivas revela talentos e valoriza certas pessoas, o que não é suportável para outras. A experiência de participação coletiva é assim um motivo de diferenciação e, logo, de conflitos.

O animador deve ter em mente esse mecanismo e tentar suavizar os efeitos perversos da competição, pois ela acarreta a frustração de participantes potenciais e seu afastamento. Pior, ela acarreta também maledicências que, a longo prazo, são perversas para o ambiente entre as pessoas que trabalham em conjunto e podem até ocasionar o afastamento dos líderes menos perseverantes.

Por sua posição, e independentemente da sua vontade, o animador externo também pode

provocar disputas, principalmente entre os líderes que são seus interlocutores mais comuns. Sua relação com eles remete a um tipo de “legitimação” perante os demais participantes e, assim, cada líder busca atrair a atenção do animador. Por esse motivo, pequenas intimidades com o animador – como o fato de ele permanecer mais tempo na casa de um ou outro líder – podem tomar uma amplitude desmesurada, causar mágoa e provocar o afastamento de potenciais líderes do trabalho coletivo. Entretanto, o que perdemos com uma ou outra das pessoas, ganhamos com o conjunto dos participantes, que se sentem seguros pela sinceridade das relações com o animador.

Nos momentos de decisão, verifica-se, muitas vezes, um clima de disputa entre líderes para conseguir que o animador prefira a idéia que eles defendem. Isso pode se resolver mais ou menos facilmente, pois o animador pode evitar tomar partido nas disputas ou, no caso inverso, dar argumentos para explicar sua opção. O verdadeiro problema é que essa disputa se dá mesmo no caso da relação pessoal que o animador tem com cada líder. Ele deve então tentar ter uma relação igualitária com aqueles que estão encabeçando o trabalho coletivo. Não se deve exigir muito, no entanto, dessa igualdade de relações, já que o animador será também, ele próprio, naturalmente inclinado a estar mais freqüentemente com aqueles de que ele mais gosta. A regra da sinceridade deve estar ligada àquela da conveniência, e o animador deve tentar equilibrar esses dois embaraços.

Esse papel de mediador de conflitos lembra a idéia mais geral do *tiers*, na comunicação, na concepção habermiana. O *tiers* é aquele que

favorece a comunicação, na medida em que ajuda a fazer evoluir as posições tomadas pelos interlocutores, para ultrapassar a ambivalência da comunicação estratégica. Trata-se do poder da neutralidade, que pode se materializar através dos argumentos racionais, de experiências vividas, etc. É o caso do sociólogo em uma empresa, nos debates entre patrão e sindicato: em uma relação que poderia ficar no domínio do estratégico, o fato de haver um *tiers* pode contribuir para que a comunicação se faça de uma maneira mais intercompreensiva. É o caso do terapeuta de família, do diplomata, etc. Ser neutro não é fácil, mas se aprende; cada um pode se aproximar desse papel sabendo que será impossível atingi-lo.

O animador como intermediário entre dois mundos

Já foi discutido o fato de que no Brasil o mundo dos pobres é separado daquele dos não-pobres. Em um país onde tudo pode se resolver por relações de amizade com pessoas “bem-posicionadas” (DA MATTA, 1986), isso representa obviamente uma enorme perda social para os pobres. Dessa forma, um dos grandes problemas dos pobres é que eles normalmente se relacionam apenas com outros pobres e, assim, não podem contar com a solidariedade e as informações que podem ser necessárias diante de um problema de saúde ou um problema legal, por exemplo, que são acessíveis, por amizade, a pessoas de classe média e alta.

Esse tipo de vínculo construído sobre relações pessoais com pessoas bem-posicionadas revela uma fraqueza das instituições, verdadeiro problema estrutural cuja superação não está à vista. Na perspectiva da ação imediata, que constitui o interesse da experiência discutida aqui, é claro que essa dificuldade é incontornável e que é melhor reconhecê-la claramente, em particular quando ela é da ordem clientelista. Assim, em uma gincana de jovens organizada por Ada para unir os habitantes e, ao mesmo tempo, recolher fundos para a creche, um personagem político aceitou patrocinar o evento, desde que todos os participantes usassem uma camiseta com dizeres elogiosos a sua pessoa.

Para superar essa relação clientelista é preciso que os habitantes tenham outras opções de apoio a suas iniciativas. É o caso quando animadores externos disponibilizam suas relações pessoais e profissionais no mundo “das elites” aos líderes populares para favorecer esse apoio externo. Embora se trate de um fato relativamente novo no Brasil, existe um conjunto de parceiros possíveis na sociedade civil, que se posicionam

deliberadamente fora da relação clientelista. Vista a limitação dos recursos materiais e técnicos das populações pobres, essa ajuda externa é importante em vários casos e pode significar a superação das relações de dependência. Superar essas dificuldades sem estar obrigado a cair no clientelismo, pode significar crescimento da autonomia do indivíduo.

A iniciativa de intermediação feita pelo animador é vital, sobretudo para as iniciativas que exigem financiamentos, pois ela é a garantia de que o dinheiro vai servir a “boas causas”. Se a autonomia não é a ação sem parceiros, ser autônomo, quando estamos em uma situação difícil, é saber buscar o bom parceiro; por isso, o animador pode ser muito útil. Depois dos primeiros passos para a aproximação o animador pode se afastar, pois as relações entre os habitantes e os “padrinhos”, uma vez iniciadas, têm grandes chances de se aprofundar na ação conjunta. Foi o que aconteceu em Vila Verde e permitiu a continuidade dos empreendimentos coletivos e o enfrentamento de novos desafios¹¹.

¹¹ Ver NUNES, Débora. A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v. 12, n. 1, junho 2002.

CONCLUSÃO

Considerando o quarto capítulo deste livro como uma reflexão que busca fazer um balanço da experiência, eu gostaria de concluir com apenas um comentário sobre um problema com o qual me confrontei individualmente ao longo desta experiência-piloto, mas cuja amplitude parece ultrapassar a experiência pessoal. Trata-se da idéia de cidadania que se quer transmitir às pessoas e do modelo de sociedade de que faz parte esse conceito. Todo este livro gira em torno da questão da cidadania, de sua construção através da participação, cujos mecanismos devem ser aprendidos. Sonha-se e luta-se pela cidadania ampla e irrestrita para todos, pelo princípio de justiça social. Acreditamos que essa cidadania, esse conceito construído durante dois milênios, originário da Grécia antiga e passando pelas experiências revolucionárias inglesa, francesa e americana, ajudará as pessoas a viver melhor.

A experiência de campo mostra, todavia, uma incongruência. A civilização que criou e desenvolveu o conceito de cidadania perdeu muito da alegria de viver que encontramos em Vila Verde. Aqui, as pessoas manifestam sua sabedoria diante da vida pela sua gentileza natural, sua simplicidade, sua abertura aos outros, o que geralmente significa relações humanas mais ricas. Talvez tenha sido a necessidade de olhar de frente para as privações que os tenha levado a desenvolver o gosto pela festa, sabendo fazer um samba com uma caixa de fósforos; sabendo

aproveitar os bons momentos, o prazer do corpo, a sua afetividade, enfim, a vida. Poderíamos qualificar tais atitudes como “alienação positiva”, para dar um conceito racionalizado ao fato observado. Mas uma coisa é certa, as pessoas sabem viver inteiramente os momentos de alegria – não se queixam tanto de solidão, de angústias, de depressões, apesar das inúmeras dificuldades de sua vida cotidiana e da violência crescente.

Não se trata aqui, longe disso, de fazer uma apologia da pobreza feliz, como outros fizeram da pobreza demente ou da pobreza revolucionária. Há apenas uma interrogação pessoal, fruto de uma observação concreta e que poderia se tornar objeto de pesquisa. Essa interrogação adquire pleno sentido se nós a aproximamos da denúncia feita muitas vezes por Max Weber, do estado de desencantamento do mundo; da atitude insensível, sobre a qual nos fala George Simmel, ou da condição pós-moderna, tratada por François Lyotard. Essa mesma interrogação tem ainda o seu sentido enriquecido quando invocamos o fato de que nas sociedades ricas ou nos ambientes abastados o consumo sempre crescente de antidepressivos revela o mal-estar reinante.

É preciso perguntar o que as pessoas de Vila Verde ou de outros bairros têm realmente a aprender conosco, cidadãos plenamente integrados, mas freqüentemente incapazes de aprovei-



tar, como eles, dos prazeres simples que a vida oferece. A consciência ampliada que presumimos ter e a riqueza de escolhas possíveis na vida têm um ônus, do qual as regras sociais muito mais estritas e a falta de tempo para viver são alguns dos componentes. Se a penúria despreocupada é sempre penúria e a falta de perspectivas pode ser vista por nós como angustiante, é sempre possível ver as coisas de um outro ponto de vista.

Esse debate é uma armadilha no momento e, assim, o mais proveitoso talvez seja que um animador de processos participativos se disponha a proceder a trocas e não a doações. Dessa forma, será muito interessante sabermos fazer essa troca, com o desejo de aprender o que realmente representa a cidadania e a felicidade para as pessoas às quais queremos levar o

nosso sentido de cidadania e de bem-estar.

Uma das conseqüências do processo aqui descrito vem sendo a formação, pouco a pouco, de uma nova geração de animadores externos para agir nos bairros populares, num quadro de diálogo e parceria com os habitantes. Isso está sendo feito seja na Universidade, em cursos nos quais as idéias e práticas que fundamentaram esta experiência são analisadas e discutidas, seja mediante a ação da ONG REDE – Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania. Essa entidade vem atuando em vários bairros de Salvador e apóia as iniciativas já consolidadas dos habitantes do Vila Verde, como a creche e a escola comunitárias, além de empreender junto com eles novos desafios, desta vez ligados à geração de emprego e renda, com base nos princípios da Economia Solidária.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMEIDA, Cristina Cunha Filgueiras. *L'enjeu des droits sociaux au Brésil: organisations populaires et politiques sociales* (études de cas à Belo Horizonte dans les années 1979-1996). Tese (Doutorado). IHEAL – Institut d'Hautes Études sur l'Amérique Latine, Paris, 1992.

BERNFELD, Dan; MAYERL, Marja; MAYERL Roland. *Architecture et urbanisme participatifs*. Expériences françaises dans le contexte européen. Veneza, Editions du CIEDART, 1980 (Coleção Fichier de la Participation).

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris, Pluriel, 1978.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DA MATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

DUMAS, Bernard et SÉGUIER, Michel. *Construire des actions collectives, développer des solidarités*. Lyon, Chronique Sociale, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vol 1 e 2. Rio de Janeiro, Globo, 1987.

FARIA, Vilmar. *Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: O caso de Salvador*. In Caderno CEBRAP, nº 34, Petrópolis, Vozes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979a.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação* – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 16ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

GIROUX, Henry. *Alfabetização e a pedagogia do empowerment político*. Prefácio de Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

GORDILHO SOUZA, Angela Maria. *Invasões e intervenções públicas, uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946–1989*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, IPPUR, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Volume I e II. Paris, Fayard, 1987.

JEANNERET, Yves. Jürgen Habermas – *La communication, fondement du social*. *Revue Sciences Humaines*, n. 2, agosto/setembro 1992.

KATAN, Roger. *De quoi se mêlent les urbanistes?* Paris, Editions Actes/Sud, 1979.

KNAEBEL, Georges. Le rangement du résidu. *Revue Les Annales de la Recherche Urbaine – Le Génie du propre*, n° 53, 1992.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o sistema representativo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975 (1ª edição em 1949).

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elisabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEWIS, Oscar. *La cultura de la pobreza*. Barcelona, Anagrama, 1972.

MACEDO, Donaldo e FREIRE, Paulo. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

MALHEIROS, Maria José. *L'urbanisation des invasions, réponse politique au problème de l'habitat populaire* – Analyse sur les quartiers d'invasion à

Salvador de Bahia. Tese (Doutorado em Urbanismo) IUP – Institut d'Urbanisme de Paris, Université Paris XII, 1990.

PAUGAN, Serge (organizador). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris, La Découverte, 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife, Hucitec, 1978.

TODOROV, Tzvetan. *La vie commune* – Essai d'anthropologie générale. Paris, Seuil, 1995.

THOMPSON, Edward P. *La formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 1988.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da Universidade Federal de Brasília (UNB), 1991.

WOLF, Leila. *La démocratie au quotidien* – histoire d'un mouvement de quartier au Brésil. Paris, Syros-Alternatives, 1993.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Apoio:



Edição Quarteto/Unesco (logos)

